

LIVRO DE ATAS Nº 21

Servirá este Livro, cujas folhas são numeradas seqüencialmente, para que sejam lavradas as atas de sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba, a partir de primeiro de janeiro de 2012.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretária, assino com o Senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 02 de janeiro de 2012.

VEREADORA ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

VEREADOR MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

Ata da Sexagésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia dois de fevereiro de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (60ª sessão ordinária, de 15/12/2011). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Após, foi lido requerimento do Vereador Agildo José dos Reis ao Sr. Presidente da Câmara solicitando a visita da Comissão de Obras com a tarefa de realizar uma ou mais visitas ao local onde se realizaram obras para o funcionamento do matadouro municipal, à Av. Djanira Lucas Esteves, com o objetivo de se verificar as obras que foram realizadas pelas administrações municipais e as adaptações recomendadas pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, bem como que o Sr. Presidente da Câmara estabeleça as comunicações necessárias com o Chefe do Executivo Municipal relativas ao agendamento da(s) data(s) da(s) visita(s), acompanhamento de servidor da Prefeitura e outras correlatas. O Sr. Presidente da Câmara designou então à Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais, através do seu Presidente, Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, a tarefa requisitada pelo Vereador Agildo; comentou que talvez seria importante convidar um funcionário do IMA para acompanhá-los, porque a Comissão de Obras não tem conhecimentos técnicos sobre a obra. O Vereador Agildo José dos Reis comentou sobre as informações existentes na Câmara sobre a obra do matadouro, as quais analisou durante esta semana, apesar da complexidade; comentou sobre os montantes gastos pela administração passada e pela atual naquela obra, que está parada desde 2008; disse que deseja fazer essa visita e garantiu que, na próxima reunião, trará o motivo de o matadouro até hoje não estar funcionando; garantiu que a administração passada cumpriu com tudo o que ela fez, desde a licitação até as demoradas licenças dos órgãos competentes; disse que, até o momento, o que está batendo são os dois relatórios do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA; questionou o porquê de a atual administração haver realizado mais gastos naquela obra sabendo que não poderia funcionar lá, pela proximidade de um rio; disse que as pessoas não sabem o que está acontecendo e nem mesmo os açougueiros sabem da papelada, de forma que ele pretende ir lá porque muito dinheiro foi gasto e está na hora da comunidade e todos os vereadores reagirem, independente de qual administração seja a culpa. O Sr. Presidente, Vereador Maurílio, constatou estar certo em sugerir o acompanhamento de um técnico do IMA, porque o mesmo dará a sua opinião na presença de três vereadores. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o Vereador Agildo está correto e o parabenizou, porque o destino do dinheiro público precisa ser apurado; comentou que, se tivesse o poder, o matadouro não seria naquele local, que é mais apropriado à uma quadra, casas populares ou um posto de saúde; como membro da Comissão de Obras, apoiou o pedido e disse que cabe questionar ao Luciano, do IMA, ou a quem de direito o motivo que impede o funcionamento do matadouro, o que até hoje não conseguiu entender; recordou que o atual Prefeito fez algumas obras para preservar aquele patrimônio público,

inclusive contra invasões e roubos. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que o ponto nevrálgico da questão não foi questionado pelo Vereador Agildo, porque a questão não é tanto o IMA; comentou que, quando se iniciou a obra, foi concedida à administração passada uma licença pelo prazo de cinco anos, de modo que, antes de se convocar o pessoal do IMA, deveria se questionar ao Prefeito se a licença de cinco anos foi renovada, porque ela se expirou na administração atual; supôs então que o matadouro pode não estar funcionando porque a licença de funcionamento pode não ter sido renovada, o que deve ser verificado antes de se convocar o pessoal do IMA; ressaltou que o ex-prefeito, em sua carta, informa que foi criada uma lei municipal responsabilizando a fiscalização não mais ao IMA, que é um órgão estadual; por isso, entendeu o Vereador Hermann que a convocação do IMA é desnecessária e disse que os dois pontos principais são questionar se a licença foi renovada e, caso afirmativo, questionar ao pessoal da fiscalização municipal. O Vereador Agildo José dos Reis disse que a lei federal diz que todos os municípios podem fazer o seu frigorífico e ser inspecionado pelo município quando a carne for vendida apenas no município. O Vereador Hermann questionou se a licença ambiental concedida para cinco anos foi renovada e o Vereador Agildo respondeu que não, sendo isto que ele está apurando. O Vereador Hermann disse que não se pode afirmar isso e deve ser requerida a informação ao Prefeito; comentou que faz questão de ir ao matadouro junto com a Comissão de Obras. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, como Presidente da Comissão de Obras, parabenizou ao Vereador Agildo pela iniciativa e disse que irá marcar uma data o mais rápido possível para a fiscalização; disse que o Vereador Hermann poderá fazer o requerimento com relação às suas indagações; comentou que o IMA é de suma importância não somente para a comercialização, mas também considerando a existência de um trevo de rodovia estadual, por onde talvez o transporte da carne não poderia passar caso houvesse a fiscalização do IMA. O Vereador Hermann disse que o trevo é perímetro urbano. O Sr. Presidente disse que irá agendar com o IMA a visita junto com a Comissão de Obras. Seguindo, foi lida a Intimação nº 65202/2011, da Coordenadoria de Apoio à 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado no processo nº 843.387 – Contas do Executivo de 2010. O Sr. Presidente informou que o processo já está com a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas para a tomada das providências. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.488, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que altera o art. 1º da Lei nº 1.174/2003, que instituiu o Dia Municipal dos Evangélicos. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes parabenizou ao autor pelo projeto e solicitou o apoio da Casa devido à sua importância, porque se faz necessário que as religiões se unam para alertar os jovens e a comunidade quanto a tantas coisas ruins que andam acontecendo; colocou-se favorável ao projeto, com muito orgulho. Conforme regular inscrição feita para usar a Tribuna Popular, o pastor Célio Gomes da Silva se pronunciou sobre o Dia Municipal dos Evangélicos, que teve como mentor o Vereador Agildo José dos Reis e atualmente ocorre no terceiro domingo de outubro; disse que, devido à dispersão do povo e dos jovens no mês de outubro, e, ao contrário, havendo uma concentração muito grande de jovens no domingo da Exposição Agropecuária, muitas vezes consumindo produtos que lhes fazem mal,

surgiu a ideia de se mudar a data comemorativa do Dia Municipal dos Evangélicos para essa data, onde há um espaço bastante aberto na parte da tarde, podendo oferecer show gospel com louvores, banda, cantores, que envolvem também o meio secular como Católicos, Espíritas e outras denominações; isso com a intenção de trazer a Rio Pomba, na qualidade de Evangélico, não a centralização de um trabalho evangélico, mas um trabalho municipal com os Evangélicos participando da Exposição, que é um movimento festivo muito marcante na nossa sociedade; disse que, não encontrando o Vereador Agildo, teve a possibilidade de conversar com o Vereador Maurílio que de prontidão lhe atendeu muito bem; comentou que, pela fala do Vereador Gerardo, está percebendo sairemos daqui com o projeto aprovado. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 135, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.488. Votado, o Requerimento nº 135 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente consultou a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e esta, por unanimidade, concluiu favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.488. Então, ainda no expediente, como autorizado pelo Plenário, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.488. Encerrada a discussão, o referido projeto foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.489, do Executivo, que altera o art. 44 da Lei Municipal nº 1.362/2011 – LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, e dá outras providências. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Dando continuidade, foi lido o Projeto de Lei nº 1.490, do Vereador Romeu Moreira Batista, que declara de utilidade pública o Bloco Unidos da Pedra. O Vereador Romeu Moreira Batista pediu ao Sr. Presidente o regime de urgência para este projeto, considerando que o carnaval está chegando e a possibilidade de se conseguir alguma coisa para o carnaval; pediu o apoio dos colegas. A Mesa Diretora apresentou o Requerimento nº 137, requerendo o regime de urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.490. Colocado em votação, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente consultou a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e esta, por unanimidade, concluiu favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.490. Então, ainda no expediente, como autorizado pelo Plenário, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.490. Encerrada a discussão, o referido projeto foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 134, do Vereador Agildo José dos Reis, pedindo informações sobre área de perímetro urbano. O Vereador Agildo José dos Reis disse que os moradores da Av. Prof. José Marcelino constantemente reclamam com ele pela intercessão do DER, de modo que gostaria que o Sr. Prefeito conversasse com o pessoal do DER para verificar o que está acontecendo; disse que existe também a questão da iluminação, pois são quatorze casas ligadas a um transformador, que constantemente causa problemas de falta de energia. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o Vereador Agildo está certo em seu requerimento. O Vereador Romeu Moreira Batista também parabenizou ao Vereador Agildo porque acha um absurdo o que o DER está fazendo com aqueles moradores, enquanto outro cidadão está construindo na beira do asfalto, o DER esteve lá e a obra prossegue, sendo que a lei é para os grandes e os pequenos; pediu a união dos vereadores junto ao Prefeito para que os poderes unidos tenham mais força para

esclarecer a situação ao DER. O Vereador Jorge Luís Martins Soares colocou-se favorável ao requerimento e disse que os direitos devem ser iguais para todos, considerando a área do perímetro urbano; concordou que é preciso se tomar uma atitude. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça achou que a lei municipal do perímetro urbano deveria ser remetida ao DER. O Sr. Presidente disse que encaminhará a lei como sugerido pelo Vereador Hermann. Votado, o Requerimento nº 134 foi aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 136, do Vereador Agildo José dos Reis, requisitando informações sobre o avanço do rio Pomba na *Estação*. O autor disse saber que a Prefeitura andou providenciando documentos e que o procedimento é demorado mesmo, por depender de vários órgãos; disse que gostaria de ver o empenho do Prefeito o mais rápido possível e do apoio dos colegas, sendo diversas as alegações sobre o impedimento da tomada de uma providência efetiva, de forma que gostaria de saber qual a previsão de tempo para serem tomadas. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que uma das suas prioridades foi o corte do rio Pomba, obra que deseja mais do que ninguém; disse que o assunto não está parado, o que é de conhecimento de alguns moradores, estando o Prefeito a par de tudo; disse que ainda esta semana conversou com o Cel. Martins, Coordenador da Defesa Civil, e que o Sr. Prefeito contratou a empresa Ampar que, através do engenheiro Virgílio Furtado, já fez o levantamento hidrográfico e topográfico da localidade; informou também que já se tem a licença da Agência Nacional das Águas – ANA, mas vários outros órgãos são envolvidos, como a Defesa Civil, o meio ambiente; disse ter certeza de que tudo está caminhando bem para o corte do rio; citou que naquela área foi proibida a construção e o desmembramento pelo Ministério Público, que o ex-prefeito cruzou os braços e deixou que outras áreas que pudessem ser construídas entrassem nessa lei; disse que o Dr. Fernando já conseguiu que onde a água não chega se possa construir casas; afirmou que o assunto não está parado e que ela e o Prefeito conhecem o sofrimento dos moradores, e ainda que tem se comunicado muito com o Cel. Martins e a qualquer momento ele virá a Rio Pomba; reconheceu que o caso é difícil, mas que nada se consegue sem luta. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse saber que a Vereadora Maria do Carmo cobra reiteradamente essa providência do Prefeito, mas infelizmente as coisas não acontecem como a gente quer. O Vereador Agildo José dos Reis disse saber que a Vereadora Maria do Carmo está muito entendida sobre o assunto e questionou se ela tem uma previsão de quando se irá cortar o rio; comentou que para isso o Sr. Prefeito tem que se empenhar o mais rápido possível e não esperar a vinda do coronel, mas ir até ele e buscá-lo, bem como o diretor da Defesa Civil Estadual, pois os moradores não aguentam mais esperar porque de conversa o povo está cheio; disse que na semana que vem uma emissora de TV virá filmar a situação do rio para dar mais apoio aos moradores; disse acreditar que o Sr. Prefeito, junto com o Estado, conseguirá resolver a situação. A Vereadora Maria do Carmo disse que com esse requerimento o Vereador Agildo não irá resolver a situação, porque o Prefeito e alguns moradores estão a par de tudo. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que a situação é preocupante por ser uma área de risco, que já se está no quarto ano desta administração e não se pode esperar mais; apesar de não ter conhecimento sobre seus detalhes, disse que existe uma ação na Justiça do

Ministério Público contra o município a respeito desse assunto, salvo engano; disse que amanhã irá ao fórum se inteirar e poderá passar o processo aos moradores interessados; na sua opinião, se há interesse do município em fazer obras lá, questionou o motivo de não se fazer um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público no próprio processo estipulando um prazo, para que os moradores fiquem sabendo quando será realizada a obra; com relação ao embargo das construções, disse que foi uma decisão da Justiça, a pedido do Ministério Público, da qual a administração passada não ficou inerte, recorreu, a ação foi ao Tribunal de Justiça e a administração perdeu em Belo Horizonte, que manteve a decisão; com base nessa decisão da Justiça, disse o Vereador Hermann, o ex-Prefeito fez um decreto proibindo construções no local; disse que amanhã ou na semana que vem irá ao fórum analisar o processo existente para se inteirar do assunto e reforçou a ideia da necessidade de se fazer um termo de ajustamento de conduta, sem o qual o processo poderá correr por muitos anos. O Vereador Romeu Moreira Batista parabenizou ao Vereador Agildo pelo trabalho que vem fazendo nesta sessão; comentou sobre a inexistência de um matadouro municipal, situação que vem se arrastando há muitos anos; quanto à situação do rio Pomba na *Estação*, disse que não se pode esperar mais tempo porque existem moradores, sendo uma preocupação de todos os moradores porque são nossos irmãos riopombenses que moram lá. O Vereador Jorge Luís Martins Soares lembrou que o problema não começou a três anos, mas vem desde lá de trás e disse que conhece a luta de todos os vereadores, mas especialmente da Vereadora Maria do Carmo; garantiu que as providências não estão paradas e que há empenho do Dr. Fernando, apesar de infelizmente depender de licenças, trâmites e recursos financeiros. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas parabenizou ao Vereador Agildo e valorizou a luta da Vereadora Maria do Carmo desde o início do mandato. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que os vereadores que apóiam a obra estão de parabéns, e que o Vereador Hermann disse a verdadeira versão do fato, o restante sendo apenas boatos; disse que os moradores que estão ansiosos o estão com toda razão, porque vimos todos os dias tragédias acontecendo que refletem em nosso ser; disse que a palavra “ação” é pequena, mas representa tudo o que precisa ser feito, envolvendo seja quem for, desde o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, porque senão fica o dito pelo não dito. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que não se deve ficar discutindo a quem coube as providências, mas reconhecer que o problema caiu nas mãos do Dr. Fernando e ele é quem terá que resolver; manifestou o seu voto de confiança no Prefeito e disse que existe ainda outro problema, que é a cabeceira posterior da ponte sobre o rio Pomba. Com a permissão do Plenário, uma moradora se manifestou em nome dos moradores da Rua Juvenal Pena, externando a gravidade da situação e o desejo de providências urgentes, inclusive envolvendo a história do curso do rio Pomba e a legalidade das construções; segundo ela, o que os moradores desejam é uma atenção para o que está acontecendo, e saber o que está impedindo as obras, para que possam saber o que fazer. Colocado em votação, Requerimento nº 136 foi aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 466: Canalização de esgoto; 2) Indicação nº 467: Colocação de placa de perímetro urbano; 3) Indicação nº 468: Providências no abastecimento de água; b) da

Vereadora Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 464-2ª edição: Iluminação na Rua Diógenes Coelho Gomes; 2) Indicação nº 470: Colocação de placas indicativas com o sentido dos bairros e do centro; 3) Indicação nº 471: Reforma na Escola Antônio José da Silva; c) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 106-5ª Edição: Iluminação no trevo; 2) Indicação nº 203-3ª Edição: Extensão de iluminação pública na Rua Manacá da Serra; 3) Indicação nº 456: Reforma nos quebra-molas da Av. Prof. José Sebastião da Paixão; d) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 469: Providências na Praça Getúlio Vargas; 2) Indicação nº 472: Iluminação na ponte da Estação; 3) Indicação nº 473: Passe livre para portadores de deficiência. Após, foi lida a Moção nº 49, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, de aplausos a Maria do Rosário Rosa Quintão. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade, bem como o pedido para entrega em sessão da Câmara. Ato contínuo, foi lida a Moção nº 50, do Vereador Agildo José dos Reis, de aplausos e agradecimentos a Helder Bomtempo Martins. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade, bem como o pedido para entrega em sessão da Câmara. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

ROMEU MOREIRA BATISTA

GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

MARIA DO CARMO V. S. GOMES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Sexagésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara todos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; ausente o Vereador Agildo José dos Reis; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (61ª sessão ordinária, de 02/02/2012). Votada, essa ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Dando continuidade, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 49, de aplausos a Maria do Rosário Rosa Quintão. Após, a autora, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, pronunciou-se e fez a entrega da moção à homenageada, quando lhe foi concedida salva de palmas. A homenageada, Maria do Rosário Rosa Quintão, pronunciou-se em agradecimentos. Seguindo, em atendimento ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de dezembro de 2011. O Sr. Presidente comentou que a Professora Ana Paula Magno Pinto deseja apresentar aos vereadores um projeto de pesquisa que fez sobre o Hospital São Vicente de Paulo, como patrimônio cultural da região da Zona da Mata Mineira; consultou aos vereadores se poderia ser aberto um espaço em sessão da Câmara, para tal apresentação. Pela unanimidade dos presentes, o pedido da Professora Ana Paula Magno Pinto foi aceito. Em seguida, visando aos arts. 12 e 48, XIII, do Regimento Interno, o Sr. Presidente consultou ao Plenário se este concederia autorização de uso do recinto e equipamentos da Câmara para a realização dos cursos a distância da Fundação Ulysses Guimarães – FUG, que são gratuitos e abertos ao público, coordenados pela Vereadora Alinéa Cristina Lamas. Pela unanimidade dos presentes, foi autorizado o uso do recinto conforme solicitado. Em seguida, o Sr. Presidente comunicou que continuaria tramitando o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado no processo nº 843.387 – Contas do Executivo de 2010, que já está com a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O Sr. Presidente anunciou que também ficaria tramitando o Projeto de Lei nº 1.489, do Executivo, que altera o art. 44 da Lei Municipal nº 1.362/2011 – LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, e dá outras providências, enquanto aguarda o parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Devido à ausência do autor, Vereador Agildo José dos Reis, continuaram tramitando, sem serem lidos, o Projeto de Lei nº 1.491, que denomina rua com o nome de João Carlos de Abreu Rocha no Bairro São Manoel, e o Projeto de Lei nº 1.492, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude – CMJ, e dá outras providências. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.493, do Executivo, que dispõe sobre a revisão geral anual para os servidores públicos municipais e dá outras providências (seis por cento, retroativo a janeiro/2012). Após, foi lido o Requerimento nº 139, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.493. Votado, o Requerimento nº 139 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, pela unanimidade dos seus membros, manifestou-se pela legalidade do

Projeto de Lei nº 1.493. Em seguida, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, também por unanimidade, manifestou-se favoravelmente ao projeto. Então, com a autorização plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, ainda no Expediente, o Projeto de Lei nº 1.493. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.493, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.494, do Executivo, que acrescenta dispositivo ao parágrafo único do art. 5º da Lei Municipal nº 1.291/2009, e dá outras providências. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 140, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.494. Votado, o Requerimento nº 140 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, pela unanimidade dos seus membros, manifestou-se pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.494. Em seguida, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Educação, Saúde e Assistência. Esta, também por unanimidade, manifestou-se favoravelmente ao projeto. Após, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, unanimemente, manifestou-se pela normalidade do projeto. Então, com a autorização plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, ainda no Expediente, o Projeto de Lei nº 1.494. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.494, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.495, da Mesa Diretora, que concede a revisão geral anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal (seis por cento, retroativo a janeiro/2012). Após, foi lido o Requerimento nº 141, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.495. Votado, o Requerimento nº 141 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, pela unanimidade dos seus membros, manifestou-se pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.495. Em seguida, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, também por unanimidade, manifestou-se favoravelmente ao projeto. Então, com a autorização plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, ainda no Expediente, o Projeto de Lei nº 1.495. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.495, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.496, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que denomina rua com o nome de Floripes Maria de Jesus, no Centro. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 138, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, requerendo à diretoria do Hospital São Vicente de Paulo informações sobre a destinação dada à subvenção social de R\$56.000,00 e pede outras providências. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que o seu requerimento tem como principal objetivo fiscalizar o dinheiro público e comentou sobre a necessidade informada pelo Sr. Prefeito para aumentar a subvenção do hospital no final de 2011, e que ficou preocupado quando soube do fato de a administração do hospital estar angariando um empréstimo consignado de R\$60.000,00 no início de

2012; com este requerimento, disse o Vereador Hermann que pretende fiscalizar o destino da subvenção e saber efetivamente o que está acontecendo com o hospital. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que será favorável ao requerimento, porém, com uma ressalva pelo fato de o hospital não ser pertencente à administração pública, de modo que não sabe se a Câmara tem o direito de fiscalizar o empréstimo que o hospital está fazendo; na sua opinião, deve ser fiscalizado o dinheiro do município que está sendo empregado lá. Votado, o Requerimento nº 138 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 32-2ª edição: Proibição de parar e estacionar na esquina da Rua Vereador Luiz Antônio Barra; 2) Indicação nº 94-5ª edição: Providências na Travessa Raimundo Furtado; 3) Indicação nº 481: Redução de velocidade na Rua Dr. Dutra; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 250-3ª edição: Iluminação na vila existente junto à Av. Djanira Lucas Esteves; 2) Indicação nº 478: Ponte de madeira no Córrego dos Dias; 3) Indicação nº 479: Atendimento à saúde na zona rural; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 475: Redutores de velocidade na Rua Dr. José Reis Santos; 2) Indicação nº 476: Providências de segurança nas Ruas Álvaro Augusto Cruz e Carminha Morais Sarmento; 3) Indicação nº 477: Providências de preservação da ponte sobre o rio Pomba; d) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 480: Reforma de escola rural. O Vereador Jorge Luís Martins Soares leu carta que recebeu do Instituto de Estudos e Pesquisas na Administração Pública – IEPAP, destacando-o como de alto índice de credibilidade e aprovação junto à população riopombense, conforme se apurou através de enquete de opinião pública via telefone e internet feita entre outubro/2011 e janeiro/2012; disse que ficou muito feliz com o reconhecimento popular do seu trabalho na Câmara Municipal. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que gostaria de repassar aos vereadores informações que obteve relacionadas à situação do processo existente sobre a contenção do rio Pomba no bairro “Estação”; comentou que em 2007 e 2008 o Ministério Público entrou com uma ação contra o município por causa do assoreamento do rio Pomba, visando compelir o município a resolver o problema, sendo que o Juiz, ao despachar, em 2008, deu uma liminar julgando parcialmente procedente o pedido e dentre os itens que determinou ao município um deles foi que tomasse as providências necessárias para impedir o avanço da erosão no local indicado na inicial e para garantir a segurança dos moradores ribeirinhos; prosseguiu o Vereador Hermann dizendo que o município recorreu da decisão alegando que a competência para julgar a causa não era da Justiça Estadual, e sim da Justiça Federal, e ainda que o município era parte ilegítima para figurar no processo, sob o argumento de que a erosão teria sido causada, a princípio, por construções irregulares; disse que esse recurso tramitou por quase três anos no Tribunal de Justiça e, no dia 26 de maio de 2011, o Tribunal acolheu em parte o recurso do município e manteve a determinação judicial que determinava a tomada das medidas necessárias a impedir o avanço da erosão; disse que, quando o município recorreu, ele pediu um efeito suspensivo para que já em 2008 não fosse tomada nenhuma providência para impedir a erosão, tentando cancelar a decisão judicial, mas, na época, o Tribunal não acolheu o efeito suspensivo, apenas em parte; disse o Vereador Hermann que, desde o final de 2008,

aproximadamente no mês de agosto, já existe essa decisão judicial; seguiu dizendo que foi procurado por alguns moradores, que explicou a eles essa situação e que lhes orientou a levarem ao conhecimento da Justiça o fato; seguiu dizendo que, junto com alguns moradores e o Vereador Agildo, procurou o Promotor, Dr. Plínio, em audiência, da qual foi feito um termo e onde o Promotor alegou proceder a reivindicação e o temor dos moradores, bem como a representação dos edis representados, no sentido de garantir a segurança, razão pela qual decidiu acostar aos autos a manifestação propondo a execução provisória; disse que o Promotor se comprometeu a entrar com uma execução provisória, que é o tem que tem ser feito, para executar a decisão liminar que já transitou em julgado; disse que, nesta data, recebeu a notícia de que o Ministério Público já entrou com uma execução provisória, da qual o município ainda não foi intimado, onde o Promotor conclui requerendo a citação do município para o cumprimento imediato da decisão em sede liminar, com posterior prosseguimento dos atos executórios, expedindo-se o respectivo mandado de cumprimento, sob pena de multa diária no valor de dez mil reais, no caso de descumprimento da decisão judicial ou interrupção da obrigação imposta. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis perguntou se o Promotor está dizendo sobre o corte do rio. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça respondeu que não se trata do corte do rio, mas que o Juiz, na decisão liminar, não determinou o corte ou o desvio do rio, mas sim que o município tomasse as providências para impedir o avanço do rio; comentou que a questão do desvio do rio será analisada no final do processo, quando poderá ser julgado a favor dos moradores ou não, sendo a liminar um indício de que alguma coisa boa vai ocorrer para os moradores; disse que os moradores não tinham conhecimento dessa decisão liminar do Judiciário, e que o recurso demorou uns três anos, porque foi necessário intimar o Ibama. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis perguntou se essa providência não seria o corte do rio, e o Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça respondeu que não, podendo ser alguma obra para impedir o avanço do rio. O Vereador Jorge Luís Martins Soares perguntou se o Promotor pode determinar multa, e o Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça respondeu que o Promotor apenas pede e o Juiz é quem vai decidir; comentou que, pelo que se consta nos papéis, o município está brigando para não fazer obra alguma. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis solicitou ao Vereador Hermann que deixasse uma cópia do documento emitido pelo Promotor, e o Vereador Hermann respondeu que vai fazer a cópia e amanhã deixará na Câmara, porque a sua via não contém o protocolo. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa perguntou se a decisão judicial faz com que o município não precise das liberações necessárias, como do Ibama etc. O Vereador Hermann respondeu que, a partir do momento em que há uma determinação judicial, ela tem que ser cumprida; que não sabe se o município apresentou essas alegações em seu recurso mas, se não alegou, é preclusão. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que medidas estão sendo tomadas, desde três anos atrás. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Sexagésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia primeiro de março de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Maurílio Rodrigues dos Reis; ausente os Vereadores Agildo José dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (62ª sessão ordinária, de 16/02/2012). Votada, essa ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Dando continuidade, foram lidas as seguintes correspondências: a) carta da Copasa, comunicando o novo Encarregado; b) convite dos Alcoólicos Anônimos; c) convite para a posse do Pároco de Nossa Senhora do Rosário, Padre Emerson José da Silva. O Sr. Presidente informou que encaminhará ofício de congratulações ao novo pároco e informando ainda sobre esta sessão, justificando a ausência dos vereadores. Passando às proposições, continuou tramitando o Projeto de Lei nº 1.496, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que denomina rua com o nome de Floripes Maria de Jesus, no Centro, enquanto aguarda o parecer da Comissão de Legislação. O Sr. Presidente informou que ia passar adiante as proposições do Vereador Agildo, como assim solicitou o próprio, caso estivesse ausente à sessão. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 142, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, requerendo informações à empresa Pavel. Votado, o Requerimento nº 142 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Requerimento nº 143, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, requerendo ao Chefe do Executivo o fornecimento de demonstrativo de todos os valores de diárias pagos ao mesmo no período compreendido entre a entrada em vigor da Lei Municipal nº 1.303/2009 até o presente momento, não discriminados nos documentos anexos. Durante a leitura deste requerimento, às dezenove horas e nove minutos, compareceu à sessão o Vereador Agildo José dos Reis. Colocado em votação, o Requerimento nº 143 foi rejeitado por 04 (quatro) votos dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; recebendo 03 (três) votos a favor dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Agildo José dos Reis. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 487: Demarcação de vias no Loteamento Panorama; b) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 482: Aquisição de terreno no centro para construção de praça; 2) Indicação nº 483: Asfaltamento de trecho de rua; 3) Indicação nº 484: Continuação da colocação de placas com os nomes das vias; c) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 485: Reforma no calçamento da Vila Araújo. Após, foi lido o Requerimento nº 144, do Vereador Agildo José dos Reis, requerendo informações sobre atendimento de pronto-socorro. Votado, o Requerimento nº 144 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Com a presença do Vereador Agildo José dos Reis, o Sr. Presidente voltou os trabalhos às proposições de autoria daquele, quando encaminhou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Projeto de Lei nº 1.491, que denomina rua com o nome de João Carlos de Abreu Rocha no Bairro São Manoel, e

o Projeto de Lei nº 1.497, que denomina rua com o nome de José de Paula Ferreira, no bairro Jardim América. O Sr. Presidente disse que estava encaminhando estes dois projetos à Comissão de Legislação porque são um pouco complicados, para que esta verifique sobre a sua regularidade sob o ponto de vista das projeções de vias urbanas e da família do ex-proprietário de um loteamento, sem fazer as suas leituras para resguardar os nomes propostos. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que, individualmente, fez consulta ao Setor de Cadastro da Prefeitura para dirimir uma controvérsia quanto ao Projeto de Lei nº 1.491, sem citar o nome proposto; comentou que esteve em contato com familiares da pessoa homenageada para denominar uma rua, estando eles cientes de que o autor do projeto é o Vereador Agildo, que esses familiares estão muito felizes com a lembrança do nome proposto, de forma que pediram para agradecer ao autor e a todos os vereadores, caso seja possível aprovar a proposição; disse que ambos os nomes escolhidos são muito bons para a finalidade e, caso não seja possível para os locais escolhidos, que sejam redirecionados para outros lugares. O Vereador Agildo José dos Reis disse que a rua interna do parque de exposições nunca será fechada, porque já é caminho usual para os moradores dos bairros Santa Isabel e São Manoel, inclusive faltando calçamento; sobre a segunda denominação feita através do Projeto de Lei nº 1.497, disse que já conversou com familiares do ex-Vereador Luiz Luiz, explicou-lhes que já existe uma praça com o nome do ex-vereador, e disse que os seus familiares não se importaram em usar a denominação proposta no local indicado; disse que Rio Pomba tem cerca de doze ruas sem nomes e que não está fazendo denominações por motivos políticos; disse que se futuramente a rua do parque de exposições se tornar rua, outro vereador poderá denominá-la com outro nome, e questionou como ficará essa situação; questionou se, dependendo do parecer da comissão, o projeto será retirado sem votação. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que é o Vereador Agildo quem irá decidir. Prosseguindo nos trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.492, do Vereador Agildo José dos Reis, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude – CMJ, e dá outras providências. O Sr. Presidente encaminhou este projeto à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e à Comissão de Educação, Saúde e Assistência. O Vereador Agildo José dos Reis disse que o Congresso votou em fevereiro criando o Conselho Nacional da Juventude, e que a criação em Rio Pomba somente trará benefícios a Rio Pomba, como já existe em Juiz de Fora, Ubá e Tocantins; pediu o apoio dos vereadores. Em seguida, foi lida a Moção nº 51, do Vereador Agildo José dos Reis, de aplausos ao Sr. Jânio David Lamas. O autor disse que conheceu Jânio há cerca de um ano, tratando-se de pessoa simples e que tem uma aprovação de 79% à frente da Prefeitura de Silveirânia; comentou que moradores de Rio Pomba são ajudados por aquele Prefeito, que tem uma assessoria jurídica que presta contas de tudo o que ele faz e é o 28º Prefeito de Minas Gerais na questão da prestação de contas. Votada, a Moção nº 51 foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Às dezenove horas e trinta e seus minutos, aberta a Ordem do Dia, foi lido o Parecer nº 12, da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei nº 1.489. Após, o Sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.489, do Executivo, que altera o art. 44 da Lei Municipal nº 1.362/2011 – LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, e dá outras providências, após o que o mesmo seguiu tramitando. Em seguida, foi lido,

para conhecimento, o Parecer nº 13, da Comissão de Finanças, relativo à prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2010 – aprovação das contas; bem como o Projeto de Decreto Legislativo nº 140, da Comissão de Finanças, que aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2010. Estes seguiram tramitando para discussão e votação na próxima sessão. O Vereador Agildo José dos Reis declarou, desde já, o seu voto contra as contas de 2010, porque o Tribunal de Contas analisa o percentual de educação, saúde e funcionalismo, mas não analisa o que passa em nosso município, de modo que ele não pode votar nas contas de um Prefeito que tem um coração enorme, mas que está deixando a Prefeitura desorganizada, que encheu o parque de exposições de gente, funcionários que não vinham trabalhar e várias outras questões; disse que vota contra porque tira a oportunidade do nosso povo de fazer o concurso público e emprega quem ele quer. O Vereador Jorge Luís Martins Soares comunicou que fez indicação no ano passado sugerindo ao Executivo que buscasse a cessão em comodato do imóvel do DER localizado no trevo, para fazer lá o almoxarifado e sobrar a área atual do almoxarifado para a construção de casas populares ou de uma área de lazer; leu trecho de notícia de concessão e disse que isso é mais uma conquista desta administração. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, ciente de que o Projeto de Decreto Legislativo nº 140 não está em votação, declarou o seu voto antecipado a favor das contas, considerando que o Tribunal de Contas do Estado fez a sua pesquisa, analisou, reuniu e ficou favorável às contas do Prefeito; disse que, se há denúncias, que elas sejam encaminhadas por outros meios, porque o que se está apreciando é o parecer do Tribunal de Contas, sendo que as denúncias que porventura puderem existir o próprio Tribunal de Contas as aceita, como pode presenciar em pronunciamento do Conselheiro Sebastião Helvécio em Juiz de Fora sobre a fiscalização inclusive pela internet que é feita, e sobre a possibilidade do recebimento de denúncias pelo Tribunal de Contas; comentou que, embora esteja sendo pago, é contrário, assim como o Vereador Hermann, ao décimo terceiro subsídio e ao terço de férias para os agentes políticos, os quais lhe parece estarem sendo aceitos pelo Tribunal de Contas. O Vereador Agildo José dos Reis questionou ao Vereador Jorge se a cessão de uso do imóvel do DER é temporária ou uma doação definitiva, e o Vereador Jorge respondeu que é a título gratuito e temporário. O Vereador Agildo disse que a Prefeitura, seja o Dr. Fernando ou o prefeito que for, faz uma obra de infra-estrutura no local, futuramente é trocado o Governador, o Secretário ou o diretor do DER, e então questionou como fica a situação; citou que o prédio da farmacinha que está sendo feito dentro do terreno do hospital, segundo o Conselho dos Vicentinos de Juiz de Fora e Belo Horizonte, eles querem receber por aquele terreno, que não era para ter sido doado; disse que esta é uma preocupação sua pois, para o Estado doar, a Assembleia Legislativa tem que votar, o que será ótimo para tirar o almoxarifado de onde está, mas questionou se for cobrado judicialmente o município poderá ficar prejudicado, porque os administradores poderão mudar. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o “se” é interpretado de várias maneiras, mas as intenções do Prefeito e do Dr. Paulo, do DER, são as melhores possíveis; comentou que se trata de um terreno desativado e que qualquer Prefeito ou diretor do DER irá querer usar o terreno para não deixá-lo desativado, sendo que a pessoa responsável verá com bons olhos que o município

está crescendo e evoluindo. O Vereador Agildo José dos Reis disse que aprova o que está certo do Prefeito e aquilo que está errado ele denuncia e vai até o Ministério Público, e que tem feito vista grossa em muita coisa que tem vindo; sobre o carnaval de 2012, disse que foi um dos melhores que o Sr. Prefeito fez, cercando e preservando o jardim, com ausência de brigas, fazendo-o merecedor dos parabéns pelo carnaval, bem como o Vereador Jorge que foi o autor da lei para que a festa fosse no centro da cidade; disse não estar entendendo o porque de a administração estar colocando mais gente na Prefeitura, pois hoje entrou mais um e todo dia entra gente na Prefeitura; disse não entender essa situação, por mais que o percentual esteja no limite, questionou o porque de tanta gente na Prefeitura, sendo que a Câmara não se sabe valores de documentos e o quanto se gasta, porque desde janeiro de 2011 o Prefeito não envia mais nada à Câmara, sendo que os vereadores precisam ir à Prefeitura e a quantidade de documentos é enorme, impossível de ser olhada em uma ou três horas; comentou também sobre o fato de carro da Prefeitura sendo parado por falta de seguro, guinchado, passando no MGTV, os pacientes pegando carona, sendo coisas que prejudicam o Dr. Fernando, que é ótima pessoa e tem feito muita coisa, mas a história de caminhão ficar levando material para lá; disse que conversou com o gerente na rua e este lhe disse que recebe ordens. O Sr. Presidente da Câmara disse que foi aprovado requerimento sobre este assunto e que o Vereador Agildo poderá se pronunciar quando vier a resposta. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que solicitasse ao Vereador Hermann a cópia do documento emitido pelo Promotor de Justiça, a qual o Vereador ficou de deixar na Câmara, para que ela dê uma analisada. O Sr. Presidente da Câmara informou que o Vereador Hermann lhe disse haver feito a cópia, mas que esqueceu de trazê-la. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça informou à Vereadora Maria do Carmo que o processo é público e que ela mesma pode conseguir a cópia no fórum, na sala do Ministério Público, através de Geraldo, sem necessidade de requerimento antecedendo. A Vereadora Maria do Carmo disse que pediu porque consta na ata que o Vereador Hermann traria esse documento. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça perguntou se a Vereadora estava querendo esse documento para levar ao Prefeito. A Vereadora Maria do Carmo respondeu que não precisa levá-lo para o Prefeito e que se interessa pelo assunto, sendo este o motivo. O Sr. Presidente da Câmara disse que a própria vereadora pode pegar o documento, ou que ele pode solicitar ao funcionário da Câmara que faça um ofício. A Vereadora respondeu que pode pegar pessoalmente, mas que somente tocou no assunto porque isso consta na ata. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Sexagésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia quinze de março de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Maurílio Rodrigues dos Reis; ausente o Vereador Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (63ª sessão ordinária, de 01/03/2012). Votada, essa ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Dando continuidade, em atendimento ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de janeiro e fevereiro de 2012. Após, foi lido convite da Academia Rio-Pombense de Ciências, Letras e Artes. Dando continuidade, o Sr. Presidente disse que havia uma moção ao Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, a qual era uma surpresa para o homenageado; então, determinou a leitura da Moção nº 52, do Vereador Agildo José dos Reis, de aplausos e congratulações ao Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, pelo seu histórico político e sua conduta parlamentar exemplar, no ano em que completa 30 anos ininterruptos de vereança. Submetida à votação, a Moção nº 52 foi aprovada pela unanimidade dos vereadores presentes. O Sr. Presidente registrou a presença do Prefeito de Silveirânia, Sr. Jânio David Lamas, do Vice-Presidente, Sr. Jalmeno Marota de Oliveira, do Presidente da Câmara Municipal de Silveirânia, Vereador Gilberto Dias de Souza, e dos Vereadores Wilimar Antônio Fernandes, Jairo Ferreira Martins, Valdencir Antônio, Francisco de Paulo Martins, Francisco de Paula e Valdenci da Costa Coelho. Após, o autor, Vereador Agildo José dos Reis, disse que o Vereador Gerardo é o sexto vereador com vários mandatos no Brasil e o quarto no Estado de Minas Gerais; disse que, em seu segundo mandato, tem aprendido muito com o Vereador Gerardo, que tem sido um conselheiro pessoal seu, além de um exemplo, sendo característica sua votar naquilo que é certo e criticar o que for errado; disse que a moção não é sua, mas de todos os colegas vereadores desta Casa, que têm um respeito muito grande e gostam muito do Vereador Gerardo, bem como da sua família, dos seus amigos e dos eleitores rio-pombenses; disse ser um prazer muito grande ter o Vereador Gerardo nesta Casa, comentou que ele sempre interpreta os projetos na forma da razão e que sempre opina nos momentos difíceis dos vereadores, sempre buscando o consenso, de forma que é um vereador exemplar para a nossa cidade. Em seguida, o Sr. Presidente autorizou que um dos filhos do homenageado, Sr. Germano de Oliveira Menezes, pronunciasse palavras dirigidas ao seu pai e homenageado, em nome da família. Assim procedeu o Sr. Germano de Oliveira Menezes, na tribuna da Câmara. O homenageado, Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, muito emocionado, pronunciou-se em agradecimentos; disse que se surpreendeu com a chegada de seus familiares e amigos no recinto da Câmara e somente depois soube que era em função dessa moção de aplausos; comentou que o Vereador Agildo sempre surpreende as pessoas e revela-se, muitas vezes, uma pessoa cheia de entusiasmo pela vida política; abriu um espaço, aproveitando a presença de alguns familiares no recinto, para falar em memória do Sr. Duduca, como Provedor do Hospital São Vicente de Paulo, pai do

Sr. Helder Bomtempo Martins, que sempre o respeitou, reconhecendo a sua responsabilidade profissional e indiferente às siglas partidárias; falou da simplicidade, humanidade e carisma do Sr. Jânio, Prefeito de Silveirânia; com relação ao Sr. Jalmeno, Vice-Prefeito de Silveirânia, recordou o nome do seu pai, também Jalmeno, e dos seus comparecimentos ao hospital, quando ele ajudava financeira e diretamente às pessoas mais necessitadas que estavam lá, sem necessitar saber quem eram aquelas pessoas; agradeceu de coração aos seus amigos e familiares que vieram a esta sessão prestigiá-lo, especialmente ao Sr. José Alfredo Quintão Furtado; disse que recebe esta homenagem num momento muito delicado da sua vida, que o surpreendeu totalmente, tanto que veio para a reunião com a sua roupa de trabalho; disse jamais ter pensado ser merecedor desta homenagem, porque simplesmente procurou fazer o seu trabalho, sem saber se era tão importante; no entanto, disse ter ficado muito orgulhoso, porque na vida pública e política tudo o que foi dito na justificativa é o que Jesus Cristo cobra de todos, como obrigação de sermos honestos, termos caráter, dignidade e sabermos representar a nossa comunidade, sendo que estamos aqui para defender a comunidade e o povo; disse que, quando fica a favor ou contra algum projeto dos prefeitos, não o está fazendo àquele cidadão que ocupa o cargo de prefeito, mas sim com relação ao administrador público e com suas ideias, com as quais ele não é obrigado a comungar; lembrou da sua atuação como denunciante ao Tribunal de Contas, autor e membro de Comissão Parlamentar de Inquérito, tudo no cumprimento da obrigação para com os eleitores e a comunidade; finalizando, agradeceu muito sinceramente ao Vereador Agildo Reis e a todos os colegas, os quais citou nominalmente e elogiou a transparência que tem sido demonstrada pelo Vereador Maurílio na Presidência da Câmara; agradeceu também aos funcionários da Câmara, que não lhe revelaram a surpresa; finalizou dizendo que a gratidão ficará eterna e citou o seguinte trecho de poema de Vinícius de Moraes: “o amor não seja imortal, posto que é chama. Mas que seja infinito enquanto dure”. Ato contínuo, o Vereador Agildo José dos Reis fez a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. Seguindo nos trabalhos, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 50, de aplausos a Helder Bomtempo Martins. Durante a leitura da Moção nº 50, o Vereador Romeu Moreira Batista compareceu à sessão e integrou-se ao Plenário. O autor, Vereador Agildo José dos Reis, pronunciou-se e fez a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. O homenageado, Helder Bomtempo Martins, pronunciou-se em agradecimentos. Após, também atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 51, de aplausos a Jânio David Lamas. O autor, Vereador Agildo José dos Reis, pronunciou-se e fez a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. O homenageado, Jânio David Lamas, pronunciou-se em agradecimentos. Dando continuidade, permaneceram tramitando, enquanto aguardam os pareceres jurídicos solicitados pela Comissão de Legislação, o Projeto de Lei nº 1.491, do Vereador Agildo José dos Reis, que denomina rua com o nome de João Carlos de Abreu Rocha no bairro São Manoel, e o Projeto de Lei nº 1.492, do Vereador Agildo José dos Reis, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude – CMJ, e dá outras providências. Igualmente, seguiu tramitando, enquanto aguarda o parecer

da Comissão de Legislação, o Projeto de Lei nº 1.497, do Vereador Agildo José dos Reis, que denomina rua com o nome de José de Paula Ferreira, no bairro Jardim América. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.498, do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 1.389/2012 e dá outras providências. Na sequência, foi lido o Requerimento nº 145, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.498/2012. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Então, visando ao art. 159 do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, por unanimidade, manifestou-se pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.498. Após, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, por unanimidade, manifestou-se pela normalidade do Projeto de Lei nº 1.498. Então, com a permissão Plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, ainda no expediente, o Projeto de Lei nº 1.498. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.498 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 14/2012, do Executivo, que insere dispositivos na Lei nº 934/94 – Código de Posturas. Na sequência, foi lido o Requerimento nº 146, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei Complementar nº 14. O Sr. Presidente informou sobre o objetivo do projeto, que conta inclusive com o apoio da diretoria do Torneio de Férias. A Secretária fez leitura da carta anexa ao projeto, assinada pela diretoria do Torneio de Férias. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que os municípios da região se reuniram e estabeleceram as datas das exposições agropecuárias, para nenhuma festa atrapalhar a outra; disse que, por um lapso do nosso Secretário de Agricultura, Rio Pomba ficou com a data que coincidiria com o Dia do Padroeiro, de forma que a solução foi antecipar a exposição para julho; porém, deparou-se com uma lei que não permite outro evento no mês de julho, para não atrapalhar o Torneio de Férias; então, este projeto veio dando uma abertura unicamente para este ano. O Vereador Agildo José dos Reis disse não ver motivo para se votar contra, mas que é estranho o Presidente do Torneio de Férias, Sr. André, atualmente ser também o Secretário Municipal de Esportes e Lazer, sendo esta uma questão que deve ser vista depois pelo Sr. Prefeito quando do repasse de recursos ao Torneio de Férias. Votado, o Requerimento nº 146 foi aprovado por unanimidade. Então, visando ao art. 159 do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, por unanimidade, manifestou-se pela legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 14. Então, com a permissão Plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, ainda no expediente, o Projeto de Lei Complementar nº 14. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei Complementar nº 14 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 147, do Vereador Agildo José dos Reis, requisitando informações sobre destino de material. O Vereador Agildo José dos Reis disse ter certeza de que até hoje, às dezesseis horas, esse material não estava no almoxarifado; questionou para onde foi levado, se para o parque de exposições, e disse que, dependendo da resposta que virá, vai apresentar umas coisas sobre onde estava esse material. Votado, o Requerimento nº 147 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 53, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, de aplausos a Luiz Antônio Mota Lamas. Votada, a Moção nº 53 foi

aprovada por unanimidade, inclusive o pedido para entrega em sessão ordinária. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 493: Leitos de UTI no hospital; b) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 489: Coleta noturna do lixo; 2) Indicação nº 492: Passeio na Rua Caetano Machado; c) dos Vereadores Alinéa Cristina Lamas e Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 488: Construção de casas populares no *Rosário Central*; d) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 106-6ª edição: Iluminação no trevo; 2) Indicação nº 436-2ª edição: Construção de passeio no trevo; e) do Vereador Gerardo Magela Alves Menezes: 1) Indicação nº 111-4ª edição: Calçamento da Rua Ionício Teodoro de Oliveira; f) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 490: Instalação de redutor de velocidade; 2) Indicação nº 491: Verificação de bueiros no bairro Santa Isabel. Às vinte horas e quinze minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Parecer nº 13, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, sobre a prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2010 – aprovação das contas. Em seguida, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 140, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2010. O Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 140. O Vereador Agildo José dos Reis disse que na sessão anterior já justificou o seu voto contra, e comentou que tem muita coisa errada na Prefeitura, de forma que não tem como votar a favor das contas. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 140, que aprova as contas da Prefeitura referente ao exercício de 2010 (dois mil e dez), foi submetido à votação pelo Sr. Presidente, por chamada nominal e em ordem alfabética, e aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Romeu Moreira Batista; recebendo 02 (dois) votos contra dos Vereadores: Agildo José dos Reis e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça. Ao votar, o Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça justificou o seu voto dizendo que, com relação às diárias de viagem do Sr. Prefeito, não acredita na devolução aos cofres públicos de todo o valor recebido a maior que ele acha que devem ser devolvidos, além do fato de, sete meses após a Lei Municipal nº 1.303/2009, o Sr. Prefeito haver editado o Decreto nº 1.370/2010, alterando os valores das diárias e modificando alguns critérios do Anexo único da Lei nº 1.303/2009; disse o Vereador Hermann entender que o Prefeito não poderia fazer isso por decreto porque, de acordo com a Lei nº 1.303, art. 2º, parágrafo único, o Poder Executivo somente está autorizado a atualizar monetariamente e não alterar valores, que são coisas distintas; disse o Vereador Hermann entender que os valores recebidos a maior no período de dois mil e dez também foram recebidos de forma irregular; o Vereador Hermann também citou o fato de, em agosto de dois mil e onze, haver requisitado à Prefeitura, como cidadão, cópias dos contratos de dois mil e dez e de dois mil e onze, sendo que esse pedido foi negado na Prefeitura, contra o que ele entrou com mandado de segurança na Justiça e ainda aguarda a decisão. Seguindo, foi lido o Parecer nº 12, da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei nº 1.489. Após, foi colocado em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.489, do Executivo, que altera o art. 44 da Lei Municipal nº 1.362/2011 – LDO – Lei de Diretrizes

Orçamentárias de 2012, e dá outras providências. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que todas as dúvidas que tinha sobre esse projeto foram esclarecidas para ele e alguns colegas, que chegaram à conclusão de ser o projeto realmente para adequar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Com permissão da palavra, o Vereador Gerardo Magela Alves Menezes falou sobre o julgamento das contas de dois mil e dez, comentando que o Tribunal de Contas faz um parecer técnico e que tem aprovado contas, de forma que ele (Vereador Gerardo) não pode deixar de ser coerente; disse ter votado a favor das contas do ano de dois mil e dez e, como se constou na ata anterior e é um dado conhecido pelo Vereador Jorge, que o acompanhou a um evento em Juiz de Fora, junto com a Contadora e a Assessora Jurídica da Câmara, onde houve a presença e a palavra do Conselheiro Sebastião Helvécio dizendo que hoje o Tribunal de Contas mudou muito em seu modo de trabalhar, ligado à internet e acompanhando às Câmaras e Prefeituras, o que é importante para quem quer trabalhar sério e ter uma vida pública aberta; disse que votou favorável às contas, embora ache que existem algumas coisas a serem feitas, em termos de denúncias, seja lá a quem for. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.489 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Parecer nº 15, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.496. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 148, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, requerendo o regime de urgência simples par ao Projeto de Lei nº 1.496. Votado, o Requerimento nº 148 foi aprovado por unanimidade. Após, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.496, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que denomina rua com o nome de Floripes Maria de Jesus, no Centro. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.496 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O Vereador Jorge Luís Martins Soares comentou que teve a ideia de apresentar este projeto porque a Rua Floripes Maria de Jesus já existe, denominada através de decreto do Executivo, mas agora está sendo expandida, de forma que deveria ter uma denominação só e feita através de lei; disse sentir-se honrado por apresentar o projeto e agradeceu a todos pela aprovação. O Vereador Agildo José dos Reis solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que verifique sobre o fato de o seu Requerimento nº 132/2011 não ter sido respondido pelo Sr. Prefeito até hoje, o que é um descumprimento à Lei Orgânica e à Constituição, uma situação que não pode continuar porque é uma desconsideração à existência de todos os vereadores; citou que protocolou hoje, às três horas da tarde, uma ação civil pública sobre a liminar do Tribunal de Justiça pela qual o Sr. Prefeito não envia documentos à Câmara, sendo o único Prefeito da região que faz assim; disse que essa ação foi feita através do Dr. Humberto, de Belo Horizonte; comentou que está também esperando a liberação para a visita ao matadouro, sendo que o Sr. Presidente da Câmara comentou que ia ser liberado, apesar de já ultrapassado o prazo. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse ser preciso ficar atento ao prazo de cento e vinte dias para ingressar com mandado de segurança. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Sexagésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e dez minutos do dia dez de abril de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (64ª sessão ordinária, de 15/03/2012). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Estava presente no recinto o Sr. Alarcon Mendes Gomes, Secretário Municipal de Agricultura. Após, em resposta a ofício enviado pelo Presidente da Câmara, foi lido Ofício nº 91/2012, do DER/Ubá, referente às faixas de domínio. O Vereador Agildo José dos Reis disse que essa cobrança do DER é de agora, porque tem gente que está construindo galpão do lado da rodovia e não é cobrado, mas apenas o pessoal do alto da Estação, do Euclides e os coitadinhos, mas os ricos mesmo que estão construindo galpão na beirada do asfalto o DER não cobra. Seguindo nos trabalhos, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 53, de aplausos a Luiz Antônio Mota Lamas. O autor, Vereador Jorge Luís Martins Soares, pronunciou-se e fez a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. O homenageado, Luiz Antônio Mota Lamas, pronunciou-se em agradecimentos. Dando continuidade, permaneceu tramitando, enquanto aguarda o parecer jurídico solicitado pela Comissão de Legislação, o Projeto de Lei nº 1.491, do Vereador Agildo José dos Reis, que denomina rua com o nome de João Carlos de Abreu Rocha no bairro São Manoel. Também seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.492, do Vereador Agildo José dos Reis, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude – CMJ, e dá outras providências, já com o parecer jurídico emitido e aguardando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Em seguida, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 1/2009-3ª edição: Realização de concurso público municipal; b) do Vereador Gerardo Magela Alves Menezes: 1) Indicação nº 501: Projeto de reforma nas praças localizadas à Av. Raul Soares; c) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 393/2011-2ª edição: Proibição de estacionar e estabelecimento de mão única; 2) Indicação nº 495: Internet na Escola Rural Severino da Costa Vieira; 3) Indicação nº 498: Veículo para o Conselho Tutelar; d) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 486: Corrimão na escada da Rua Prefeito Dr. Antônio da Mota Filho; 2) Indicação nº 494: Infra-estrutura da Av. Manoel Fernandes; 3) Indicação nº 499: Rotatórias em pontos específicos da cidade; e) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 502: Acessibilidade física para cadeirantes. Sobre a Indicação nº 1/2009, o Vereador Agildo José dos Reis disse que sempre tem pedido o concurso público, pela situação das pessoas ficarem trabalhando contratadas na Prefeitura em vista da lei de contratação prever apenas dois anos; disse que tem gente da administração do ex-prefeito até hoje trabalhando na Prefeitura e questionou como ficará essa situação com os próximos prefeitos, que também colocarão os contratados; disse que precisa colocar um ponto final nessa situação, porque

ninguém entra na Prefeitura pela janela ou pela porta dos fundos, e que colocar pessoas na Prefeitura sem concurso público é cabide de emprego e isso a população está vendo. Sobre a Indicação nº 502, o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que esta é uma providência que precisa ser tomada, atendendo a pedidos de diversas pessoas, que já conversou com o Sr. Prefeito e este informou que fará o possível para atendê-la. Seguindo os trabalhos, às dezenove horas e vinte e seis minutos, conforme regular inscrição, o Sr. Presidente convidou para usar a Tribuna Popular o Sr. Diogo Homem Borges da Costa, extensionista da Emater em Rio Pomba, que apresentou o relatório anual de atividades referente ao ano de 2011 (dois mil e onze), inclusive usando material multimídia. Durante a apresentação, houve perguntas e comentários dos vereadores. Os vereadores Jorge Luís Martins Soares e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes cumprimentaram ao Extensionista, Diogo, e à funcionária, Catarina, pela apresentação e pelo trabalho realizado. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis também agradeceram o Sr. Diogo e à Sra. Catarina pelo trabalho; parabenizou aos produtores rurais presentes, apesar de serem poucos, ainda que tenha sido feito um convite através da rádio. Às dezenove horas e cinquenta e cinco minutos o Sr. Presidente da Câmara encerrou o uso da tribuna e abriu a Ordem do Dia, quando foi lido o Parecer nº 16, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.497. Em seguida, foi colocado em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.497, do Vereador Agildo José dos Reis, que denomina rua com o nome de José de Paula Ferreira, no bairro Jardim América. Por ausência manifestada de oradores, o Sr. Presidente declarou encerrada a discussão e apresentou o Requerimento nº 149, requerendo urgência simples para o Projeto de Lei nº 1.497. Este requerimento foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.497, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Autorizado pelo Sr. Presidente, o Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça fez considerações sobre a concessão de subvenção pelo município ao Hospital São Vicente de Paulo, principalmente sobre o aumento de R\$56.000,00 em outubro de 2011, sob a alegação do Sr. Prefeito de que a verba era para socorrer financeiramente o hospital, cuja diretoria teria dificuldades financeiras em findar aquele exercício financeiro; comentou que a Câmara Municipal aprovou o projeto do Prefeito, na oportunidade em que esteve na Câmara o diretor da empresa Multihospitalar atendendo a requerimento do Vereador Romeu; disse o Vereador Hermann que o diretor da Multihospitalar informou que o déficit do hospital estava em torno de nove mil reais por mês naquela época, bem como que a subvenção era fundamental para a sobrevivência do hospital e ainda que o Dr. Fernando os procurou desde o início dando-lhes respaldo mas pedindo uma prestação de contas e uma abertura para informações sempre que necessárias; seguiu o Vereador Hermann dizendo que, para seu espanto, tomou conhecimento, em dezembro/2011, que o hospital estava contraindo um empréstimo de sessenta mil reais no Bradesco; recordou que, em março deste ano, apresentou requerimento para que a diretoria do hospital prestasse uma série de informações sobre o destino da subvenção de R\$56.000,00, o que foi respondido com o envio de várias pastas de documentos; disse que ficou surpreso ao descobrir que, na realidade, o valor de R\$56.000,00 não era para socorrer o hospital, mas sim para cobrir as despesas com o pagamento da própria empresa Multihospitalar, o que não foi dito aqui pelo seu

diretor em momento algum; disse concluir isso porque a empresa assumiu a administração do hospital no dia dois de maio de 2011 e, até o final do ano, teria a receber sete meses, a oito mil reais cada um, totalizando-se os R\$56.000,00; disse ainda que, até o mês de maio, a Prefeitura passava mensalmente R\$40.000,00 ao hospital, a título de subvenção, e que a partir de junho aumentou para R\$48.000,00 por causa da empresa, mas, chegando em outubro, a conta não ia fechar porque iria ultrapassar o valor autorizado de R\$480.000,00, o que motivou o projeto que aumentava o valor da subvenção, cobrindo as despesas com a empresa; relatou que, de janeiro a abril de 2011, quando o hospital estava sob a administração do Professor Tião, o déficit do hospital era de R\$47.488,10, ou seja, o Prof. Tião deixou o hospital com uma dívida nesse valor e a mesma aumentou em R\$201.302,74 quando a empresa assumiu, de maio até dezembro de 2011, passando para R\$248.790,84; questionou se está valendo a pena para o hospital a permanência do contrato com a empresa, e havendo dinheiro público envolvido nisso; salientou ainda que o próprio Dickson afirmou prestar as informações necessárias ao Sr. Prefeito, e questionou se o Prefeito está ciente disso e verificando a situação real do hospital; disse que fez uma média da dívida do hospital constatando que, de janeiro a abril, sob a administração do Prof. Tião, ela ficava em R\$11.872,03 por mês, enquanto que, na administração da empresa, passou para R\$25.162,84, aumentando em mais de cem por cento; informou que o hospital contraiu uma dívida de mais de R\$65.000,00, para ser paga no mês de março de 2012; disse que a situação do hospital é esta depois que a empresa Multihospitalar assumiu, e que não estava criticando a ninguém, mas falando embasado em números, e que a empresa não está resolvendo a situação do hospital, conforme o Sr. Dickson relatou aqui na Câmara de que estava saneando as dívidas que eram de apenas nove mil reais, mas não falou hora alguma que os R\$56.000,00 eram para cobrir os sete meses da empresa; disse ser por isso que, quando é enviado um projeto à Câmara com regime de urgência, ele (Vereador Hermann) cobra e questiona, porque tem que ser analisado com calma, buscar-se informações e balancetes, o que deveria ter sido feito antes de se aprovar o projeto de lei. O Vereador Agildo José dos Reis comentou que o Sr. Dickson Rodrigues disse na reunião da Câmara que estava assumindo o hospital em maio de 2011, quando ainda estava na Presidência o Prof. Tião e havia deixado a administração a Sra. Viviane, filha do Debanda e sobrinha do Vereador Jorge; disse que, em junho de 2011, a dívida estava em torno de noventa e sete mil reais, segundo lhe informou o contador do hospital, e que a dívida só vem crescendo, chegando a mais de duzentos e quarenta e oito mil reais em dezembro; recordou que o Sr. Dickson informou estar tomando providências iniciais dentro dos aspectos técnicos, ou seja, o choque de gestão, que é enxugar a máquina; entretanto, a dívida triplicou, de modo que ele entrará com requerimento pedindo a presença do Sr. Dickson na tribuna e que a comunidade saberá dessa dívida porque ele (Vereador Agildo) vai colocar a moto-som nas ruas para que o povo saiba que a dívida triplicou com a Multihospitalar, que está arrebatando o hospital e que poderá chegar a um milhão de reais se não for cortada. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça falou sobre o contrato da Multihospitalar, que inicialmente ia de dois de maio a trinta e um de outubro de dois mil e onze, assinando como contratante o provedor Sebastião Nunes de Paula; antes de se expirar o contrato, no

dia treze de outubro, disse o Vereador Hermann, foi feito um novo contrato, dessa vez por prazo indeterminado, assinado por Marco Antônio Franco e Aparecido José Monaia, não informando quem são essas pessoas, mas, tanto em um quanto no outro contrato, chamou-lhe a atenção a necessidade, no caso de rescisão, da notificação mínima de noventa dias, sob pena do pagamento de multa não compensatória no valor de vinte e quatro mil reais referente ao período não alcançado; disse o Vereador Hermann que foi falada uma coisa aqui na Câmara e ele está enxergando outra. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse saber que, quando o Prof. Tião assumiu o hospital, a dívida era de mais de duzentos mil reais; quanto ao dinheiro que a Prefeitura passa ao hospital, que é um dinheiro público, disse que sempre pediu um aumento no valor, por ver que não é suficiente e que as outras cidades passam valores ínfimos; sobre esse impasse, disse concordar com o Vereador Hermann, mas é preciso deixar claro que o Sr. Prefeito terceiriza o serviço de pronto-socorro junto ao hospital e que, se isso parar, a população será barrada na porta do hospital, o que faz necessário se chegar ao um acordo e apurar essa dívida, porque os órgãos têm que funcionar e o dinheiro público ser fiscalizado; comentou que, quando o Prof. Tião saiu, ele reclamou que estava sendo praticamente expulso, que ele contratou essa firma, que ia findar o contrato mas não teve autonomia para isso, por influência dos Vicentinos superiores, sem ter nada a ver com a Prefeitura; disse que o Prof. Tião lhe informou que os Vicentinos superiores não gostaram sobre a falta de repasse duodécimo na sua época, em torno de dois mil reais, o qual está sendo passado arduamente pela Multihospitalar, sem se saber para onde vai ser empregado como caridade; disse que a firma só está aí porque os Vicentinos estão concordando, o que precisa ser visto e cobrado deles essa atitude porque, se não está funcionando, sair, porque fica caro para o município assumir essa prestação de serviço. O Vereador Romeu Moreira Batista lembrou que, quando levantou a hipótese de não se votar o projeto de repasse dos R\$56.000,00, alguns vereadores se assustaram por se tratar do hospital, mas a questão era se saber quem iria receber o dinheiro, e nem tanto a finalidade; questionou ao Vereador Hermann se o pedido de repasse de R\$56.000,00 foi para cobrir os R\$480.000,00, que foram ultrapassados. O Vereador Hermann respondeu que sim e explicou sobre os totais repassados. O Vereador Romeu Moreira Batista disse achar que o Sr. Dickson pregou algo diferente na Câmara, pois disse que afixaria a escala de médicos plantonistas e outras coisas mais, o que precisa ser guardado para lhe ser questionado pessoalmente pela Câmara; disse que o Sr. Prefeito ajuda com muita boa vontade, mas é preciso saber para onde o dinheiro público está indo. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes parabenizou ao Vereador Hermann pela excelente pesquisa feita e pelos argumentos apresentandos, contra os quais não tem o que se discutir; confessou-se enganado pelo Sr. Dickson, da Multihospitalar, lembrando que chegou a elogiá-lo no dia em que veio à Câmara, porque ele falou muito bem e soube convencer; disse que, embora nunca tenha duvidado das administrações anteriores, sempre acreditou que uma firma competente poderia administrar o hospital, mas, nesse caso, o Sr. Dickson foi um artista e soube conduzir o assunto de uma maneira que levou a acreditar que o problema do hospital seria resolvido; seguiu o Vereador Gerardo dizendo que, no entanto, está vendo as portas do hospital sendo fechadas se continuar dessa forma, tendo sido enganados os vereadores e o povo. O Vereador

Agildo José dos Reis disse que o maior avalista da firma Multihospitalar é o Sr. Prefeito Municipal, porque os primeiros contatos para trazê-la para Rio Pomba foram feitos pelo Sr. Prefeito. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que tem visto que o hospital melhorou muito na parte de atendimento, sempre havendo um médico plantonista e não apenas os acadêmicos; voltando à parte da responsabilidade, questionou se a responsabilidade pela dívida seria da empresa contratada. O Vereador Hermann respondeu que é a diretoria quem representa o hospital. O Vereador Romeu disse que a diretoria é dos Vicentinos, que a atual está provisória e que haverá outra reunião para eleger uma nova. O Vereador Hermann disse que irá verificar quem assinou o segundo contrato, porque não foi a diretoria, pelo que lhe consta. O Vereador Hermann disse que não adianta colocar mais médicos e melhorar se os números são negativos pois, desse jeito, o hospital fechará as portas. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que então se deve aguardar pelo requerimento do Vereador Agildo para vermos o que a firma irá informar. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que a maior responsabilidade é dos Vicentinos, porque a administração do hospital não é pública, e quem avalisou a firma são os Vicentinos, que a contrataram. O Vereador Hermann disse que há dinheiro público e que a empresa prestou contas ao Prefeito. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse achar que é muito difícil conversar com os Vicentinos, que não têm um bom entrosamento, segundo percebeu em uma reunião em que participou. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária (o)

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Jorge Luís Martins Soares

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Agildo José dos Reis

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Fabício Fernandes Costa Caiafa

Ata da Sexagésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e seis minutos do dia vinte de abril de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (65ª sessão ordinária, de 10/04/2012). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas pediu um minuto de silêncio em memória de Ronilza Costa da Silva, falecida no dia 14 de abril do corrente ano, e também como forma de protesto contra a violência sofrida pelas mulheres vítimas de maridos, namorados, etc; ao final, todos os presentes, de mãos dadas, conjuntamente fizeram a Oração do Pai Nosso. Seguindo, em atendimento ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de março de 2012. O Sr. Presidente determinou a tramitação do Parecer da Assessoria Jurídica, ao Projeto de Lei nº 1.491, e do Projeto de Lei nº 1.491, do Vereador Agildo José dos Reis, que denomina rua com o nome de João Carlos de Abreu Rocha no bairro São Manoel, enquanto se aguarda o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Igualmente, seguiram tramitando o Parecer da Assessoria Jurídica, ao Projeto de Lei nº 1.492, e o Projeto de Lei nº 1.492, do Vereador Agildo José dos Reis, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude – CMJ, e dá outras providências, enquanto aguardam os pareceres da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e da Comissão de Educação, Saúde e Assistência. O Sr. Presidente solicitou que estas comissões tragam os pareceres para a próxima sessão. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 428/2011-2ª edição: Redutores de velocidade nos locais que especifica; 2) Indicação nº 508: Faixa de pedestres e redutor de velocidade próximos ao Colégio Exitus; 3) Indicação nº 509: Providências na Rua Prof. João Batista Santiago; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 379/2011-2ª edição: UBS no Lindo Vale; 2) Indicação nº 496: Área de lazer à Rua Prefeito Messias Pereira Baía; 3) Indicação nº 497: Providência na Praça Joaquim Alves de Araújo; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 500: Instalação de semáforos; 2) Indicação nº 503: Iluminação na escada da Rua Prefeito Dr. Antônio da Mota Filho; 3) Indicação nº 504: Reforma do prédio público localizado à Av. Raul Soares; d) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 510: Reparo de ponte seca entre Gonçalves e Carmos; 2) Indicação nº 511: Concerto de passagem de córrego nas Contendas; e) do Vereador Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 507: Local para guarda de carros alegóricos. Às dezenove horas e vinte minutos, conforme regular inscrição, o Sr. Presidente deu início ao uso da Tribuna Popular, para se debater sobre a situação do Hospital São Vicente de Paulo, convidando inicialmente o Sr. Aparecido José Cândido Monaia, Presidente do Conselho Metropolitano. Na tribuna, o Sr. Aparecido José Cândido Monaia se apresentou como Presidente do Conselho Metropolitano e membro do Conselho Nacional do Brasil, e disse que daria notícias do âmbito do Conselho Metropolitano,

ficando a cargo da Multihospitalar a prestação de contas, por ser a contratada pela Sociedade São Vicente de Paulo; o Sr. Aparecido José discorreu sobre a área de atuação do Conselho Metropolitano, suas responsabilidades e sua composição; disse não ser carisma da Sociedade São Vicente de Paulo possuir hospitais, asilos e creches, e sim a distribuição de vales e cestas para assistidos, bem como promovê-los; disse que os parceiros da Sociedade são a Prefeitura de Rio Pomba, junto com a Câmara Municipal, a Prefeitura e a Câmara de Tabuleiro, e a Prefeitura e a Câmara de Silveirânia, que ajudam a Sociedade a manter as suas obras; disse que não seria justo o Conselho Metropolitano deixar a Multihospitalar sozinha nesta prestação de contas; disse que a Sociedade São Vicente de Paulo é Católica Apostólica Romana e tudo o que tem é da pessoa do pobre, e tudo o que faz é em parceria, citando como exemplo a gestão do Professor Sebastião, presente no recinto, quando se fez uma parceria para vinte anos entre o Hospital São Vicente de Paulo e Prefeitura, resultando numa Unidade Básica de Saúde sem nenhum ônus pela cessão do terreno, em benefício da população rio-pombense; informou que daqui a seis meses o hospital de Rio Pomba estará sendo administrado pelo Conselho Metropolitano de Juiz de Fora e colocou-se à disposição para quaisquer informações. Em seguida, apresentou-se na Tribuna Popular o Sr. Marco Aurélio Teixeira Silva, um dos diretores da Multihospitalar; disse que tem visto pelas ruas de Rio Pomba e pelos corredores do hospital alguns rumores e dúvidas acerca da situação da saúde do hospital, de modo que vêm aqui hoje no intuito de tentar esclarecer algumas dúvidas; iniciou a apresentação de uma análise situacional, da qual foi distribuída cópia aos vereadores, contextualizando alguns dados, para demonstrar a situação financeira do hospital; disse ser verdade que o hospital fechou o ano de 2011 (dois mil e onze) com déficit de duzentos e quarenta e oito mil reais, mas sendo preciso ver o que aconteceu com o mesmo ao longo do tempo, porque isso não é de hoje, sendo que a Multihospitalar assumiu o hospital em maio de 2011, fez um trabalho e vem colhendo os frutos, os quais serão apresentados hoje; usando recursos multimídia, apresentou alguns números assistenciais, apontando o crescimento de onze por cento no atendimento de consultas e no número de internações, bem como, por conseguinte, o número de refeições servidas; apresentou outros números e disse que, em dois mil e dez, houve um mutirão que gerou uma verba extra destinada a alguns exames laboratoriais e de raio X; disse que o número de cirurgias cresceu em quarenta e quatro por cento, sendo este o procedimento mais importante realizado pelo hospital, e que o número de partos aumento em dezenove por cento; comentou que, com esses números, começa-se a mostrar que a realidade do hospital mudou um pouco, que a população está tendo mais acesso e sendo mais assistida; informou que, em 2008, a receita bruta do hospital foi de R\$1.568.016,76, e que, em 2009, a receita foi de R\$1.645.541,91, sendo que, para existir receita, é necessário que exista um custo, que ficou em R\$1.383.931,18 em 2008, e em R\$1.544.628,65 em 2009, significando que para se gerar uma receita de setenta e sete mil reais o hospital implementou de custo cento e sessenta mil reais, o que se explica pelo aumento dos salários, medicamentos e material; comentou que em 2008 o hospital apresentou um superávit de cento e setenta mil reais arredondados, e que em 2009 começou a apresentar sintomas de alerta ao gerar um déficit de R\$41.635,09, empobrecendo cento e vinte e quatro por cento, equivalente a R\$212.178,94;

voltando aos R\$248.000,00 de 2011, que está se falando que 2011 foi o ano em que o hospital entrou em coma, disse que, como profissional e técnico, discorda disso porque é um sintoma que precisa ser curado para não se tornar um câncer; comentou que, em 2010, o hospital continuou descendo a ladeira ao apresentar como receita nenhum crescimento com relação a 2010, por se tratar de apenas três mil reais aproximadamente, enquanto os custos cresceram em torno de nove por cento em 2010 comparado com 2009, indicando que o hospital atendeu à população mas não ofertou mais serviços; disse que isso tem algumas explicações como o aumento de salários e de honorários médicos, e que não pode ir mais a fundo porque não participava da administração do hospital; comentou o Sr. Marco Aurélio que, a partir de 2011, a Multihospitalar implementou à receita que já existia algo em torno de cento e noventa mil reais, demonstrando o crescimento dos números e da receita, principalmente a do SUS porque, se tivessem aumentado a receita dos convênios, esses números seriam muito maiores, mas a empresa pertence ao direito privado, tem contrato com o SUS e fora disso tem o carisma dos Vicentinos na prestação de saúde gratuita ou pelo SUS; citou que a Multihospitalar aumentou o atendimento e a receita, mas também os custos cresceram bastante, em torno de quinze por cento, equivalentes a duzentos e quarenta e seis mil reais; disse que, passando ao resultado operacional e porcentagens, os R\$248.000,00 começam a fazer sentido, porque saiu-se de 2008 com a receita positiva e passou-se a uma deficitária, empobrecendo o hospital em cento e vinte e quatro por cento; explicou que um resultado financeiro positivo agrega valor ao patrimônio líquido da instituição, no caso do hospital a sua sede física, e comentou que em 2008 o hospital agregou cento e setenta mil reais, enquanto em 2009 ficou negativo em quarenta e um mil reais, representando cento e vinte e quatro por cento de desvalorização do hospital; com relação a 2009 para 2010, esse valor chegou ao absurdo de trezentos e quarenta e quatro por cento de desvalorização, saindo de um déficit de R\$41.000,00 e passando para R\$184.910,00, sendo que no final de 2010 o hospital fechou no vermelho, deficitário nesse valor, culminando no final de 2011, sob a responsabilidade da Multihospitalar, com o fechamento em R\$249.000,00 arredondados; prosseguiu o Sr. Marco Aurélio dizendo que, no entanto, em termos percentuais, houve uma retração de 344% para 35%, não significando que o déficit de R\$248.000,00 seja todo financeiro, porque tem que o que é contábil e somente de depreciação são R\$121.000,00 em 2011, dados esses que precisam ser relevados para que a informação não se torne desinformação; disse que, se for equiparado, o custo do hospital em 2011 é menor com uma receita maior, vislumbrando-se uma melhora do hospital; o Sr. Marco Aurélio apresentou os percentuais de aumento de gasto com as diversas despesas do hospital e falou sobre as medidas que pretendem implantar, como mobilizar o corpo funcional do hospital, tirando-os da zona de conforto; demonstrou que o custo com pessoal próprio aumentou em 56%, apesar de os funcionários ainda não ganharem bem, o que representa trinta e um mil reais somente em folha de pagamento, além de provisões, gratificações, hora-extra, vale-transporte; citou que o valor do plantão aumentou para que se consiga médicos, de forma que agora se mantém o acadêmico e o preceptor, médico formado e com CRM, em todos os plantões; falou também dos custos com manutenção, com medicamentos e com terceiros; disse que os R\$248.000,00 começam a fazer sentido,

porque o hospital não estava com tudo no lugar e ainda não se conseguirá organizar tudo neste ano; falou da importância de todos fazerem algo para ajudar a administração do hospital, desde os funcionários, os políticos e a população; discorreu sobre a economia conseguida com gêneros alimentícios; disse que os números hospitalares precisam ser contextualizados e não podem ser analisados separadamente e colocou-se à disposição para perguntas. O Vereador Agildo José dos Reis perguntou se quando o orador se referiu a dívida com terceiros, referia-se a gastos com terceirizados, materiais e fornecedores. O Sr. Marco Aurélio respondeu que sim, também. O Vereador Agildo Reis disse que não foi isso o que o Sr. Dikson informou na última reunião pois, naquela oportunidade, o Sr. Dikson disse que, além das despesas do hospital, estavam com os fornecedores em dia. O Sr. Marco Aurélio disse que o hospital está em dia com os fornecedores atualmente, ressaltando-se o fato de ter havido uma transição de diretoria, com assunção do Conselho Metropolitano que está sendo registrada em ata, e não há quem assine, de forma que existem alguns fornecedores atrasados, mas sem protesto; disse que não existe dívida pretérita com fornecedores. O Vereador Agildo José dos Reis disse que, antigamente, havia um laboratório de análises clínicas instalado no hospital em troca do responsável assinar pela farmácia técnica, sem cobrar nada, e também não pagar o aluguel do espaço, além de receber R\$1.255,00 pelos exames; continuou dizendo que a empresa Multihospitalar quis cobrar o aluguel do imóvel e o bioquímico deixou o hospital; o Vereador Agildo perguntou o valor pago atualmente ao bioquímico, que não permanece diariamente no hospital. O Sr. Marco Aurélio solicitou esta informação à administradora Walkíria, e esta respondeu que hoje o laboratório não funciona na sede do hospital, mas em Rio Pomba, que é o Laboratório São Geraldo e o bioquímico Lincoln, pessoa que não fica dentro do hospital, como nenhum dos outros ficavam anteriormente, indo até o hospital caso sejam solicitados, como no caso de transfusão sanguínea; sobre o valor, disse não ser possível dizê-lo, porque antes havia uma demanda de laboratório e hoje se tem outra, antes se pagava para que o bioquímico ficasse de sobreaviso e hoje não se paga, pagando-se atualmente pelos exames realizados conforme a tabela do SUS. O Vereador Agildo José dos Reis perguntou se nas cidades pelas quais a Multihospitalar passou houve resultado positivo, citando as cidades de São João, Santos Dumont, Carmo e uma outra. O Sr. Marco Aurélio respondeu que houve resultado positivo; comentou que em Santos Dumont foi uma passagem rápida. O Vereador Agildo Reis disse que, segundo o provedor do hospital da cidade de Carmo, Sr. Sílvio Onofre, a dívida do hospital chegou a um milhão e trezentos mil reais, tendo ele assumido em março deste ano; disse ainda que o conselho daquele hospital sugeriu em ata a rescisão do contrato com a Multihospitalar, que recebia um valor de doze mil reais mensais para gerenciar o hospital, devido ao não cumprimento das metas pela empresa; disse o Vereador que a empresa está levando o hospital de Carmo na Justiça de Muriaé; o Vereador Agildo disse que a dívida era de cento e quarenta e sete mil reais antes da Multihospitalar assumir, segundo o Sr. Sílvio. O Sr. Marco Aurélio disse que a empresa apresentou todos os relatórios cabíveis e possíveis, tomou todas as decisões técnicas para sanear os problemas, e disse que existem problemas dentro da cidade de Carmo que não cabem serem citados aqui, lembrando que o provedor da época foi tirado do hospital e ventilado

que o valor da Multihospitalar era caríssimo, mas a empresa reverteu a situação; disse que faz parte da ética da empresa não abrir os números, mas é possível se conseguir parecer da Secretária de Saúde, bastando solicitá-lo; disse que essas afirmações do provedor são contraditórias, pois ele está chegando agora e colocando a culpa em alguém, e perguntou ao Vereador Agildo se o provedor escreveu essas informações. O Vereador Agildo Reis disse que ele não escreveu, mas a ata do conselho do Hospital Nossa Senhora do Carmo consta o pedido da rescisão contratual. O Sr. Marco Aurélio perguntou se o Vereador Agildo possuía uma cópia disso e falou que gostaria dessa cópia, para que tomem as providências. O Vereador Agildo Reis disse que ela não foi enviada pelo fax ainda. Aberto um aparte, o Sr. Henrique, que foi o administrador do hospital de Carmos, disse que a dívida inicial não era de R\$147.000,00, mas de quase novecentos mil reais, que podem ser comprovados por números e dados; disse que, ao saírem, no dia 31 de agosto, após uma situação política onde quatro meses depois quem os tirou também saiu, por solicitação, e disse que a empresa atingiu números, em um ano e meio, que gerou um abaixo-assinado de todos os funcionários e médicos para que a Multihospitalar continuasse; comparou que o contrato com a Multihospitalar custou R\$216.000,00, enquanto um simples contrato de fornecimento de oxigênio que a empresa reduziu o custo em R\$265.000,00; disse que a Multihospitalar trouxe números muito bons para o hospital de Carmo, tanto que até hoje são parceiros da Secretaria de Saúde e dos médicos, não cabendo dizer a situação política. O Vereador Agildo José dos Reis disse existir uma Clínica Médica Rio Pomba Ltda. que, segundo informações que tem, foi criada para pagar os médicos, antes da Multihospitalar, com o endereço de uma funcionária que trabalhou por vinte anos no hospital, porém, que nunca existiu naquele endereço; perguntou se o orador sabia informar quem eram os proprietários e questionou o por quê dela ter sido criada no endereço de uma antiga funcionária. O Sr. Marco Aurélio disse que existe algo diferente nesse hospital que em outras cidades não tem, que é o fato de os médicos receberem como pessoa jurídica, para não se criar um passivo trabalhista; disse não poder informar neste momento quem são os proprietários, mas que o Vereador Agildo poderia ir ao hospital na segunda-feira e obter essa informação, assim como todos os vereadores, para esclarecerem estas e outras dúvidas. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça comentou que o primeiro contrato com a Multihospitalar se iniciou no dia dois de maio para vigorar até trinta e um de outubro, na ocasião assinado pelo Prof. Sebastião, como Provedor; no dia treze de outubro, foi firmado um novo contrato com a Multihospitalar, desta vez com prazo indeterminado, desta vez assinado por Marco Antônio Franco, da Central, de Ubá, e o Sr. Aparecido José Cândido Monaia; perguntou ao Sr. Aparecido José por quê fora ele quem assinou e não o provedor. O Sr. Aparecido José Cândido Monaia respondeu que o dia treze de outubro era o último dia do mandato da diretoria, e que a Multihospitalar precisava desse contrato para poder continuar prestando o serviço, de forma que ele, como Presidente do Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo, e o Sr. Marco Antônio, como Presidente do Conselho Central, assinaram o contrato que inclusive prevê possibilidade de rompimento, mediante aviso de noventa dias. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que, segundo ata extraída de cartório, no dia treze de outubro o hospital tinha presidente, na pessoa do Sr.

Antônio, sendo este o primeiro ponto que estranhou, tanto o fato do prazo indeterminado; o Vereador Hermann disse não conhecer a fundo o estatuto, mas que acreditava que o Sr. Aparecido José não tinha legitimidade para assinar o contrato, porque quem representava a pessoa jurídica é o Presidente. O Sr. Aparecido José disse poder provar que tanto ele quanto o Sr. Marco Antônio têm autonomia. A administradora Walkyria Corrêa Procópio lembrou que a primeira ata da Presidência do Sr. Antônio Leite foi uma ata provisória, de nomeação, e não de eleição, sendo por isso que o Sr. Aparecido assinou o contrato, tanto que, no período em que o Sr. Antônio foi o Presidente nomeado, ele não assinou outros contratos, para o que ele dependeria de autorização do Conselho Metropolitano e Central. O Vereador Hermann disse que, mesmo provisoriamente, o Sr. Antônio Leite era o representante. A Sra. Walkyria disse que o Sr. Antônio Leite, tendo sido nomeado, para assinar qualquer contrato necessitaria pedir consessão ao Conselho Central e Metropolitano, por dever de hierarquia, e que não poderia assinar por si somente ao ser nomeado e não eleito. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que também lhe chamou a atenção, comparando os dois contratos, sobre o primeiro ter eleito o foro da comarca de Rio Pomba, sede da contratante, e o segundo o foro da comarca de Muriaé, sede da Multihospitalar; perguntou ao Sr. Aparecido, como representante da Sociedade São Vicente de Paulo, o motivo de haver abrido mão do foro da comarca de Rio Pomba. O Sr. Dickson Cavalher disse que isso foi uma opção feita no dia de firmar o contrato, sobre o que não houve divergência; informou que, até hoje, entre a Sociedade São Vicente de Paulo e a Multihospitalar não houve nenhuma divergência de contrato ou quanto ao foro escolhido. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que, na prática, o foro de Muriaé é mais interessante para a empresa do que para o hospital; destacou que, em ambos os contratos, no caso de rescisão é necessário notificar a empresa noventa dias antes, sob pena de uma multa de R\$24.000,00, vindo com preocupação esta cláusula para o hospital e, na qualidade de representante do hospital, jamais assinaria um contrato dessa natureza; o Vereador Hermann citou outro ponto que foi a autorização pela Câmara, em 2010, de um repasse de subvenção ao hospital no valor de R\$480.000,00, e que em outubro o Prefeito pediu a elevação dessa subvenção em R\$56.000,00, sob a alegação de que, segundo a diretoria, era para socorrer financeiramente o hospital no fim do ano; disse já saber em que foi empregada essa verba, mas que gostaria de ouvir da Multihospitalar em que foi empregada essa verba de R\$56.000,00. O Vereador Romeu Moreira Batista comentou que questionou, quando da apreciação do projeto pela Câmara, quem iria receber o dinheiro no hospital, uma vez que o Prof. Tião havia acabado de sair e a diretoria era desconhecida pela Câmara; disse o Vereador Romeu que, a seu pedido, o Presidente da Câmara buscou a informação e soube que era o Sr. Antônio Leite quem estava na presidência, após o que a Câmara aprovou a subvenção. O Sr. Marco Aurélio disse que apresentou as prestações de contas e números e perguntou ao Vereador Hermann para onde foi o dinheiro. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que foi para a empresa Multihospitalar, segundo consta na prestação de contas de R\$536.000,00, representado pelos R\$480.000,00 mais R\$56.000,00, o que, hora alguma, foi passado para os vereadores na reunião de outubro do ano passado; perguntou se o hospital está recolhendo em dia a

contribuição social, Cofins e Pis, relativas ao pagamento da Clínica Médica Rio Pomba. A Sra. Walkyria respondeu que o hospital tem alguns impostos atrasados desde 2007 e anteriores mas, até o ano de 2006 eles já prescreveram, de forma que hoje se tem em torno de sessenta e sete mil reais de impostos atrasados de 2007 a 2011. O Vereador Hermann disse que existe imposto não recolhido na administração da Multihospitalar e a Sra. Walkyria respondeu que sim. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis pediu que o Vereador Hermann mostrasse ao pessoal da Multihospitalar sobre o repasse de R\$56.000,00, para que pudessem informar sobre o seu destino. A Sra. Walkyria disse que esses R\$56.000,00 não foram única e exclusivamente para pagar a Multihospitalar; que esta recebeu sim e não sabe se em todos os meses da conta que recebe a subvenção municipal está na prestação de contas as notas fiscais que foram pagas com o valor da subvenção municipal, mas não exclusivamente esse recurso foi repassado para pagamento da Multihospitalar, tanto que têm na prestação de contas apresentada à Prefeitura em janeiro, todas as notas mensalmente apresentadas e não só da Multihospitalar. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que respeita a justificativa mas que ela não se coaduna com a realidade, porque os R\$56.000,00 foram para pagar a Multihospitalar e explicou que o Sr. Prefeito enviou repasse de R\$480.000,00 como subvenção ao hospital, correspondendo a doze meses de quarenta mil reais, o que estava sendo repassado todos os meses até maio; comentou que, chegando em junho, quando a Multihospitalar recebeu o primeiro honorário, a Prefeitura começou a repassar o valor de R\$48.000,00 ao hospital, sendo oito mil reais destinado à empresa; seguiu o Vereador Hermann dizendo que, chegando em outubro, a conta não ia fechar, de forma que se pediu esse dinheiro exclusivamente para pagar a empresa; disse que questionou isso em seu requerimento porque hora alguma isso foi informado pelo Sr. Prefeito e nem pela empresa; questionou o Vereador Hermann sobre o empréstimo na ordem de sessenta e seis mil reais para pagamento do décimo terceiro, perguntando se ele já foi pago. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que primeiramente deveria se resolver a questão dos R\$56.000,00. O Vereador Hermann disse que já havia demonstrado o seu entendimento e o Sr. Marco Aurélio disse que foram prestadas as contas, um entendimento batendo com o outro e variando a interpretação. O Sr. Marco Aurélio disse que isso é um assunto melindre, porque foram contratados pelo Prof. Sebastião e estão sendo questionados sobre um pagamento da Prefeitura, mas que as documentações poderão ser analisadas e debatidas até não existir dúvidas; disse que foram prestadas contas e que o hospital está aberto, tanto que o Vereador Agildo e a Vereadora Alinéa já estiveram lá e foram atendidos. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que a função dos vereadores é fiscalizar e que devem cobrar do administrador que assumirá, referindo-se ao Sr. Aparecido José Cândido Monaiia, porque o hospital é particular mas existem convênios de subvenção que vêm para a Câmara Municipal; disse que muitas dúvidas expostas hoje estão ficando na estaca zero, como os R\$56.000,00 que o Vereador Hermann acabou de explicar serem um complemento dado pela Prefeitura para a documentação ficar certa e pagar a empresa. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a empresa parece não estar concordando com esta conclusão. O Sr. Marco Aurélio disse que faz sentido também, mas a questão é que passaram as informações dos custos assistenciais e já pediram reajuste também

para Silveirânia e Tabuleiro, não significando que o dinheiro vem para a empresa, mas sim para o hospital prestar serviços de saúde, sendo que a Multihospitalar está agregada aos prestadores de saúde do hospital; sobre a assinatura de contratos, disse que, na sua opinião, devem sentar-se os Srs. Aparecido, o Prof. Sebastião, o Sr. Antônio e quem mais eles quiserem convidar, porque eles são os empregadores. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que perguntou sobre os impostos que na reunião em que o Sr. Dickson esteve na Câmara justificando o repasse dos R\$56.000,00, ele (Dickson) disse que o hospital estava com seus impostos e fornecedores em dia, inclusive apto a receber emendas parlamentares; disse haver contradição entre a fala do Sr. Dickson e do Sr. Marco Aurélio; questionou o prazo para pagamento do empréstimo contraído. O Sr. Marco Aurélio disse que o prazo foi protelado para o dia cinco de maio; disse que havia uma vertente que gostaria de fazer o empréstimo, que o mesmo foi feito mas, na sua opinião, de forma incorreta, porque é maior do que o faturamento mensal a ser pago em três meses, de forma equivocada, e disse ter o parecer técnico a respeito disso; disse que este é um assunto a ser debatido com a presidência e que estão tentando reverter a situação pegando o valor, que já não é mais R\$60.000,00 e aumentará se não for resolvido até o dia cinco, com taxas altas; disse não saber se irão conseguir consignar esse empréstimo com o faturamento do SUS; citou que o empréstimo foi realizado pelo Presidente, Sr. Antônio, e seu Tesoureiro, Sr. Marco César, feito como empréstimo rápido para pagar o décimo terceiro dos funcionários, mas que, com calma, sobre o que foi alertado, não se estaria com esta batata quente nas mãos agora; no seu entendimento, é preciso ir a Belo Horizonte e falar com o Sr. Antônio Jorge para assinar a consignação e o empréstimo ser diluído em 48 ou 60 meses, porque o hospital não é diferente de nenhuma entidade filantrópica, apresentando no balanço as provisões mas não as fazendo. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça perguntou se o orador tinha conhecimento de que, quando o hospital contraiu o empréstimo bancário, se ele tinha título protestado em cartório. O Sr. Marco Aurélio disse acreditar que não e o Vereador Hermann disse que tinha, apresentando um vencido em primeiro de maio, no valor de R\$312,00; sobre os R\$248.000,00, disse que conversou com um contador e pode observar que, de maio a dezembro/2011, o hospital apresentou resultado negativo em todos os meses, sendo, em valores aproximados, de R\$13.496,26 em maio, R\$36.088,00 em junho, R\$20.983,05 em julho, R\$2.506,00 em agosto, R\$23.400,00 em setembro, R\$30.000,00 em outubro, R\$23.000,00 em novembro e R\$51.000,00 em dezembro, este já abatendo o empréstimo, enquanto que em janeiro, na administração do Prof. Tião, apresentou saldo positivo de R\$21.258,00, e negativo, nos meses de março e abril, de apenas R\$13.000,00. O Sr. Marco Aurélio disse que tentou demonstrar nas lâminas o freamento dessa dívida, aumentando o atendimento, segurando custos e ainda se fechou negativo, mas pelas porcentagens e na linha do tempo, reduziu-se de 344% para 35%, sinalizando que, se continuarem o trabalho, que poderá ser auditado pelos vereadores, surtir-se-á efeito; disse que não é possível reverter a situação sem trazer a população para perto e sem atendê-la; disse que está mostrando um caminho e que não se faz saneamento de empresa alguma em oito meses; comentou estar percebendo se tratar de dúvidas pequenas que estão crescendo, como se houvesse uma barreira que impede o diálogo entre a Câmara e a

Multihospitalar. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse estar percebendo que esta discussão não resultará em nada, e sugeriu a realização de uma audiência pública com a participação popular, dos ex-provedores, dos cidadãos, os vereadores, o Prefeito, o Ministério Público, enfim, uma audiência pública para se debater única e exclusivamente este assunto, porém com mais expansão. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que precisam do hospital e que o pessoal está tentando esclarecer com diálogo e boa vontade, sendo a solução ir até eles e conversar; na sua opinião, o hospital melhorou e ressaltou a dedicação do Prof. Tião na provedoria e que está vendo uma melhora. O Vereador Jorge Luís Martins Soares perguntou ao Sr. Aparecido José com que objetivo se contratou a Multihospitalar e se estão satisfeitos com a mesma, porque, no seu entendimento, foi para dar um suporte maior ao hospital para que ele consiga angariar recursos e atender melhor a sociedade, com apoio do Sr. Prefeito; recordou que já houve polêmica na Câmara em 2009, inclusive com atitudes que arrancaram aplausos mas que ficaram da boca para fora. O Sr. Aparecido José Cândido Monaia respondeu que, inicialmente, quem indicou a empresa Multihospitalar ao Prof. Sebastião foi um confrade da Sociedade São Vicente de Paulo; disse que o Prof. Sebastião avaliou e constatou ser necessário contratar uma administradora, o que se concretizou na Multihospitalar; disse que a Sociedade São Vicente de Paulo não tem capacidade para administrar o hospital através de números e etc; disse que, para a Sociedade São Vicente de Paulo, a Multihospitalar está boa e, se não tivesse, já a teriam dispensado; sobre a preocupação do Vereador Hermann de que existe multa no caso de rescisão, disse que todos os cheques do hospital são assinados pelo Presidente e o Tesoureiro da Sociedade São Vicente de Paulo diante da diretoria, não tendo como sair um cheque sem essa assinatura; disse que está nas mãos da Multihospitalar para administrar, mas está nas mãos da Sociedade São Vicente de Paulo, nas mãos de quem tudo passa. O Sr. Marco Aurélio disse que existe a figura da presidência, ou provedoria, sendo que o administrador fica da porta para dentro e o provedor fica da porta para fora, como homem de crédito perante que busca recursos. O Vereador Romeu Moreira Batista perguntou ao Sr. Aparecido José Cândido Monaia sobre a nova presidência do Hospital São Vicente de Paulo de Rio Pomba. O Sr. Aparecido José respondeu que foi nomeada uma diretoria composta por pessoas da sua diretoria, sendo que o Vice-Presidente que assumirá estava presente no recinto, apresentando o Sr. João, além do Sr. Evilázio, a Sra. Beth, Secretária do Conselho Nacional do Brasil e o Sr. Célio, como Tesoureiro, porém, sendo a responsabilidade da Sociedade São Vicente de Paulo. O Vereador Romeu Moreira Batista sugeriu que houvesse alguém de Rio Pomba e elogiou o ex-Provedor Prof. Tião, através de quem já foram feitos leilões, porque não se tem as mesmas ligações que se tem com o Prof. Tião; manifestou a sua preocupação de uma diretoria vir e fechar o hospital, como acontecem em Tabuleiro. O Sr. Aparecido José disse que não é de longe de Rio Pomba, pois foi nascido e criado nas proximidades de Piau, Tabuleiro e Boa Vista; disse que o regulamento determina que sejam dois mandatos e que o Prof. Tião ficou por dois mandatos, perfazendo quatro anos, de forma que teria que passar o mandato para outro; disse que a Sociedade São Vicente de Paulo não quer mais o hospital, estando administrando com a intenção de passar os seus hospitais; disse que a sua “briga” com o Prof. Sebastião era pela sua proposta de passar o hospital,

ao que o Prof. Sebastião respondia que ainda não conseguia pessoas para assumir que fossem Vicentinos, como se ficou até o final do mandato do Prof. Sebastião tentando Vicentinos para assumir e não conseguiram. O Vereador Romeu Moreira Batista pediu um aparte e perguntou ao Prof. Sebastião se esta afirmação do Sr. Aparecido José era verdade. O Prof. Sebastião, presente no recinto, respondeu que não era verdade. O Sr. Aparecido José disse que o Prof. Sebastião não quis mais permanecer no cargo. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, Presidente da Câmara, interveio dizendo que esta situação fugia do objeto da discussão e disse que se poderia convocar outra reunião para tratar disso. O Sr. Aparecido José seguiu dizendo que a intenção era prorrogar o mandato do Prof. Sebastião, mas que este não quis e terminou o mandato com a necessidade de se nomear uma outra diretoria, presidida pelo Sr. Antônio Leite. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas perguntou se procedia a afirmação do Vereador Agildo José dos Reis feita em outra reunião de que o maior avalista da Multihospitalar era o Sr. Prefeito por ter feito os primeiros contatos para trazê-la a Rio Pomba. O Sr. Marco Aurélio disse que não, sendo que os Executivos de Rio Pomba, Silveirânia e Tabuleiro são os grandes parceiros que dão sustentabilidade ao hospital, sem os quais é impossível de se administrá-lo; disse que pode ter acontecido algo nesse intuito, numa parceria do Prefeito e do Secretário de Saúde com o hospital e no repasse de subvenções, sendo muito importante o bom relacionamento. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa perguntou se os valores repassados pelos três municípios são satisfatórios e se estão em dia. O Sr. Marco Aurélio respondeu que não são, tendo pedido um reajuste e estando em vias de cancelar o contrato com Tabuleiro, que pagava cinco mil reais e propôs pagar cinco mil e quinhentos reais, sendo que o hospital pediu, no mínimo, dez mil reais, pois em 2011 atenderam mais de cinquenta por cento da população daquela cidade; disse que a administração de Tabuleiro foi procurada mas ainda não deu um retorno, de modo que a administração do hospital decidiu entregar uma carta de rescisão contratual, sendo que desde janeiro Tabuleiro não paga ao hospital e o Procurador Jurídico daquele município alegou haver remédio jurídico e que entraria com liminar para cancelar a rescisão porque não têm condições de aumentar o repasse, o que passa a ser injusto com Rio Pomba; disse que Silveirânia aumentará o valor de R\$4.500,00 para R\$8.000,00, já estando sendo aprovado pela Câmara; disse que isso não é da região, mas um problema estrutural do SUS que precisa ser resolvido. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse conhecer a luta do Prof. Tião no hospital e da sua vontade de receber o hospital para repassá-lo à comunidade; perguntou ao Sr. Aparecido José se a Prefeitura tem alguma influência no gerenciamento e na administração do Hospital São Vicente de Paulo. O Sr. Aparecido José Cândido Monaia disse que a Sociedade São Vicente de Paulo não é partidária, que pessoalmente ele não é vinculado a nenhum partido e a ninguém, a não ser à Igreja e com o objetivo de ir até a pessoa do pobre; disse que o que a Sociedade procura é por recursos se o hospital está passando por dificuldades financeiras, fazendo leilões e bingos; disse que a Prefeitura não tem e nem pode ter essa influência, porque senão a Sociedade passaria a ser partidária. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que a Prefeitura não administra o hospital mas, de acordo com a lei das subvenções, os repasses passam sob o crivo da Prefeitura e, pelo que está percebendo, a Prefeitura está aprovando as contas atuais

da empresa, por não haver questionamento. O Sr. Marco Aurélio despediu-se colocando à disposição em qualquer dia para dirimir as dúvidas. O Sr. Presidente da Câmara convidou o Sr. Dickson Cavalher, também diretor da Multihospitalar, para usar a palavra. Este, na tribuna, colocou-se à disposição para responder as perguntas dos Vereadores e aproveitou para elogiar a administração do Prof. Tião como um provedor muito atuante e dizendo que o período em trabalharam juntos somente acrescentou; disse que, se o Prof. Tião voltar, será um prazer e o hospital andar, porque a administração sem provedoria não funciona; disse que o seu contato com o Dr. Fernando, Prefeito, foi quando a Multihospitalar já estava contratada e prestando serviços ao hospital; disse que não conhecia o Prefeito desta cidade antes de vir morar aqui, e comentou que já há um ano tem endereço com residência fixa nesta cidade, não sendo nenhum aventureiro, mas um cidadão rio-pombense, pelo menos de segunda a sexta-feira. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que a primeira parcela de R\$800.000,00 conseguida pelo Sr. Prefeito para a reforma do hospital já chegou e daqui a três meses a segunda parcela chegará, sendo que, para isso, a licitação tem que ter sido feita, a obra iniciada, com a devida prestação de contas e colocada uma placa na frente do hospital informando alguns dados; perguntou em que pé estão estas providências e se existe risco de se perder a verba. O Sr. Dickson respondeu que, além da Multihospitalar ter que resolver toda a parte documental do hospital, que não estava em dia em alguns pontos, teve que fazer prestação de contas de quatro convênios que não eram da sua época e que estavam incompletas ou incorretas; disse ter ficado claro que a dívida de 2010 para 2011 aumentou apenas em R\$63.000,00, dentre estes R\$20.000,00 sendo retorno que foi necessário fazer com dinheiro mal investido; disse que graças a isso a verba de R\$833.000,00 está aprovada, como foi sobre isso que ele se referiu na outra ocasião em que veio à Câmara; disse que a primeira parte do convênio já está depositada na conta e o hospital fazendo toda a parte documental, de engenharia e prestação de contas, para se iniciar o trabalho bem acompanhado e bem investido; disse que quando o Vereador Agildo afirmou que ele mentiu a respeito de impostos, comentou que, naquele momento, ele poderia ter dado uma informação equivocada sim pelo fato de o hospital não ter um sistema informatizado e por estes estarem trabalhando “no escuro”, com trabalho feito manualmente; lamentou que muitas das informações apresentadas hoje pouca coisa foi levada em consideração, há não ser aquilo que era de interesse próprio, e disse que, devido a esse convênio, o hospital terá uma grande melhora, sendo que a população que vai até lá sabe que o hospital está melhorando, enquanto que quem não é a favor do hospital não o será nunca, assim como quem não é a favor de uma subvenção atual não o será nunca; disse que nenhuma empresa trabalha sem garantia e que o primeiro contrato foi de experiência e curto, mas a maioria são de anos e prevendo multas elevadíssimas, enquanto o seu é de parceria; disse que o segundo contrato é diferente do primeiro mas igual a muitos com os quais a empresa trabalha, porque ela precisa de garantias para se preparar no caso de se rescisão, tendo em seus quadros administradores que não são baratos, por serem profissionais diferenciados que não estão medindo esforços para trabalhar em Rio Pomba; lamentou que não estejam sendo questionados e tendo a oportunidade de conversar, parecendo que estão colocando amadores no hospital. O Vereador Agildo José dos Reis disse que ninguém aqui é contra o hospital e que, antes de conhecer a

Multihospitalar, já brigava em prol do hospital; disse que a Confraria cometeu um dos maiores erros em não colocar ninguém dos Vicentinos e rio-pombense na diretoria do hospital, o que precisa ser revisto; sobre o foro de Muriaé, perguntou como ficará a situação caso seja necessário resolver algum problema. O Sr. Aparecido José disse ser uma pena que o Vereador Agildo não conheça a Sociedade São Vicente de Paulo; disse ter o Presidente do Conselho Central, que é de Ubá, e dois Presidentes de Conselho Particular, que são desta área, e todos foram consultados se havia Vicentinos dispostos a assumir, todos respondendo que não era possível arrumar nesta área, e disse haver uma hierarquia na Sociedade São Vicente de Paulo, embasada na Conferência, após vindo o Conselho Particular, e depois os Conselhos Centrais, sendo que ele, do Conselho Metropolitano, não consegue ver a sua base, que são as suas bases, e disse que elas foram consultadas e como resposta se soube que a situação era difícil até mesmo para haver se conseguido o Sr. Antônio Leite, para não deixar o hospital parar, sendo que este disse estar assumindo o hospital por não haver outras pessoas; disse que se refere a Vicentino com pelo menos um pouco de conhecimento para responder à altura pela responsabilidade. O Vereador Agildo José dos Reis pediu que o Sr. Aparecido José se prepare porque haverá, muito em breve, por falta de tratamento da Multihospitalar, uma paralisação por alguns funcionários, insatisfeitos com o tratamento que estão tendo; disse que está no hospital vinte e quatro horas por dia, direto, de manhã, de tarde e de noite, tentando ajudar às pessoas, e o pessoal da portaria e da enfermagem está insatisfeito com o tratamento que estão recebendo, sendo pessoas com vinte anos de casa e que se atendem às necessidades do trabalho mesmo fora dos plantões; aconselhou que o Sr. Aparecido José faça uma reunião com os funcionários para confirmar que estão insatisfeitos com o tratamento que têm recebido; disse estar querendo que eles parem sim, porque aí veremos onde as coisas vão chegar, porque tem pessoas autoritárias com os funcionários; disse que o Sr. Dickson já começou com mentira, porque ele falou em choque de gestão, e citou (o Vereador Agildo) que foi até o hospital, pegar um corpo, e viu carro doado pelo Ifet apodrecendo com pneus vazios, os equipamentos de lavanderia molhados em suas embalagens, apesar de serem inoxidáveis, o mato alto nos fundos do hospital, e questionou se isso é administrar; disse que o Dr. Fernando está dando mais recursos ao hospital, porque os que passaram deram migalhas, mas muitos hoje estão querendo aparecer; disse que o certo é o Sr. Prefeito, de pés no chão, investir pesado no hospital, o que ele sempre diz, mas não dá para se trazer uma empresa desconhecida e nomear uma confraria de São Vicente sem ninguém da cidade e todo mundo jogando dinheiro no hospital, que é um “balaio vazio” com a dívida aumentando; disse que precisamos muito do hospital, reconheceu que que não têm o direito de cobrar muito do hospital, por ser particular, mas citou que são obrigados a prestar contas à Câmara sim, em se tratando de dinheiro público; pediu perdão ao Sr. Dickson e disse que, até o momento, ele entrou em contradição em várias coisas que foram constadas em ata. Com relação ao maquinário da lavanderia, o Sr. Marco Aurélio disse que estes estão num galpão coberto, sendo que chegou parte da verba para reformar a lavanderia e existe uma legislação específica, de forma que não se consegue colocar as máquinas trabalhando com a alimentação de energia atual, por ser arcaica, e estão aguardando o momento para instalá-las; disse que já havia dito

existirem problemas que serão sanados no momento oportuno; quanto ao carro do Ifet, disse se tratar de um Ômega, cedido antes da administração da Multihospitalar, que já foi substituído por um Corsa e que aguarda apenas ser retirado pelo Ifet, conforme acordo feito com o hospital, este sendo o motivo de estar parado. O Sr. Dickson disse que não estão e nunca estarão aqui para esconder nada, mas pediu que fossem perguntados, porque parece que estão sendo acusados; disse que quando afirmou ter gente que não gosta do hospital, disse não ter se referido a nenhum dos vereadores presentes, mas disse saber que existem pessoas querendo que o hospital dê errado e fazendo política em cima dele, ficando a Multihospitalar refém disso. O Vereador Agildo Reis disse que não está fazendo acusação, mas que é uma mentira se dizer que está fazendo choque de gestão. O Sr. Dickson disse que choque de gestão está sendo muito bem feito, não sabendo o que o Vereador Agildo entende como sendo isso, porque gestão é administração e muitos funcionários estão insatisfeitos, como bem disse o Marco Aurélio, existindo muitas coisas a serem mudadas e que serão mudadas, porque a empresa foi contratada para profissionalizar o hospital e fará isso, sendo o maior cliente a população e para quem os resultados foram apresentados; disse que um bom funcionário não depende de tempo de casa, mas sim de vestir a camisa e fazer a sua parte; disse que não irá beneficiar a ninguém por ter tempo de casa ou por qualquer motivo. O Vereador Agildo José dos Reis disse que eles deveriam demitir todos os funcionários de Rio Pomba e trazer de fora porque fariam melhor, sendo muitas as reclamações. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o Vereador Agildo não está querendo cooperar. O Sr. Dickson disse não concordar com o Vereador Agildo porque os funcionários do hospital são muito bons, a Multihospitalar está lá há apenas um ano e não pode cobrar de um colaborador sem lhe dar treinamento, capacitá-lo e implantar ferramentas adequadas ao trabalho, sem delegar responsabilidades para serem cobradas, havendo muitos setores sendo reestruturados e podendo haver falta de suporte a muitos colaboradores, mas disse haver outros que não rendiam e hoje rendem muito, principalmente na parte administrativa, que hoje faz um excelente trabalho, fazendo vislumbrar inclusive uma melhora no faturamento do hospital; pediu que sejam questionados, porque se parece que querem jogar a Multihospitalar contra a Prefeitura ou contra o Prof. Tião, pessoa que ele preza muito e respeita. O Vereador Agildo José dos Reis disse esperar que a Multihospitalar realmente tire o hospital da dívida e o melhore; disse que a Câmara dará um tempo, já que cobra muito e precisa cobrar, mas deseja que o apresentado aqui seja cumprido e não apenas lorota e mentirada; disse que o que foi falado hoje pelo Sr. Marco Aurélio foi muito mais firme e sincero do que a primeira vinda do Sr. Dickson, porque os vereadores o elogiaram e depois questionaram quando saiu o balancete, uma vez que a população cobra dos vereadores. O Vereador Romeu Moreira Batista disse achar um absurdo não haver ninguém de Rio Pomba na diretoria do hospital. O Sr. Dickson disse ser esta a vontade também da Multihospitalar por haverem vários projetos de captação de recursos a serem feitos, alguns em parceria com a provedoria; disse haverem entrelinhas que causaram essa divergência e que não cabe à Multihospitalar, mas sim à Sociedade São Vicente de Paulo. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que deveria haver uma reunião, inclusive com o Prof. Tião. O Sr. Dickson concordou e disse ver no Sr. Aparecido José muita boa vontade em

fazer o que for preciso para Rio Pomba; pediu desculpas de deixou o Vereador Agildo chateado e deixou claro que, daqui para frente, as informações dadas na Câmara serão muito bem respaldadas, porque na primeira vinda veio se apresentar e não tinha como fazer os relatórios de 2011; disse que, quantas vezes necessitar virem de novo à Câmara, virão com qualquer informação necessária e, com certeza, apresentando atendimentos assistenciais melhores que os apresentados hoje. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que o primeiro contrato não foi de experiência, como relatado pelo Sr. Dickson porque, se o fosse, teria o prazo de noventa dias. O Sr. Dickson disse que usou o termo “experiência” de uma forma pessoal, porque foi feito um contrato de seis meses para saber se a Multihospitalar era o que oferecia, após o que se fez um contrato da forma legal e padrão com todos os outros hospitais. O Sr. Presidente agradeceu ao Srs. Dickson, Marco Aurélio e à Multihospitalar; disse que todos precisam muito de que o hospital dê certo e que vê uma melhora no mesmo, principalmente com a presença do médico plantonista; às vinte e uma horas e cinquenta minutos, não havendo mais comentários, o Sr. Presidente encerrou o uso da Tribuna Popular. O Sr. Dickson se colocou sempre à disposição para esclarecer as dúvidas, e disse que o próprio colaborador insatisfeito tenta prejudicar a empresa. O Sr. Presidente disse que gostaria de ouvir, em outra ocasião, o Prof. Tião, para esclarecer sobre o que foi dito sobre a transição dos Vicentinos, porque acompanhou a sua administração. O Sr. Presidente da Câmara, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, disse que o Vereador Agildo José dos Reis recebeu uma moção da Câmara Municipal de Petrópolis e que o autor deseja entregá-la em uma das nossas sessões; como o Regimento Interno é omissivo, consultou ao Plenário sobre a possibilidade do vereador receber a moção dessa forma. Por unanimidade, o Plenário aprovou que a entrega da moção seja feita em sessão ordinária da Câmara. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e cinquenta e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária (o)

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Jorge Luís Martins Soares

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Agildo José dos Reis

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Fabrcio Fernandes Costa Caiafa

Ata da Sexagésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia três de maio de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (66ª sessão ordinária, de 20/04/2012). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Nas correspondências, foi lido convite para inauguração da nova sede Biblioteca Municipal. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 515: Indica ponto facultativo no dia do aniversário dos servidores; 2) Indicação nº 516: Indica construção de passarela entre o bairro Nossa Senhora Rosa Mística e o bairro Nossa Senhora das Graças; 3) Indicação nº 518: Indica a recuperação do prédio da quadra Unidos do Tejuco; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 512: Colocação de redutores de velocidade; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 505: Construção de quadras poliesportivas; 2) Indicação nº 506: Cobertura de quadras; d) do Vereador Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 519: Indico providências no curso do rio Pomba. Às dezenove horas e oito minutos foi aberta a ordem do dia e lido o Parecer da Assessoria Jurídica ao Projeto de Lei nº 1.491. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes solicitou a tramitação deste projeto considerando que fez correspondência ao Setor de Cadastro da Prefeitura, que ainda não obteve resposta e que a mesma será de interesse não somente seu, mas de todos os vereadores. Então, o Sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.491, do Vereador Agildo José dos Reis, que denomina rua com o nome de João Carlos de Abreu Rocha no bairro São Manoel. Seguindo, foi lido o Parecer da Assessoria Jurídica ao Projeto de Lei nº 1.492. Após, o Sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.492, do Vereador Agildo José dos Reis, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude – CMJ, e dá outras providências. O Vereador Agildo José dos Reis disse respeitar o parecer da Assessora Jurídica e disse que a Câmara já votou projetos inconstitucionais que dependiam só da parte do Sr. Prefeito, como no caso do projeto do Vereador Jorge que dispôs sobre o carnaval de rua e que é a mesma coisa deste, sem mudança nenhuma. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que no parecer jurídico referente ao projeto do carnaval achou-se uma brecha de que não cabe só ao Executivo legislar em assunto de interesse local. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes parabenizou ao Vereador Agildo pelo seu trabalho, e citou vários artigos do projeto que determinam o seu vício, como os arts. 4º, 7º e 12, porque interferem na administração do Executivo e tornam o projeto realmente inconstitucional. O Vereador Agildo José dos Reis disse que pode ser, mas pediu a votação do projeto, porque o mesmo foi feito por um grupo de jovens da cidade insatisfeitos em não receber benefício algum do Poder Executivo, sendo a grande maioria alunos do Ifet; disse que o projeto veio deles, que gastam seus recursos na cidade e não recebem benefícios nenhum deste Prefeito e de todos que já passaram; citou que nas Prefeituras de Juiz de Fora, Ubá e Barbacena existe o conselho da juventude e

Piraúba o terá; disse que seria bom se o Sr. Prefeito o enviasse mas, no caso negativo, apresentou-o à Câmara. O Vereador Jorge Luís Martins Soares comentou que o projeto do carnaval não gerou vícios, pois somente determinou o local da sua realização. Já estando esgotados os prazos regimentais, o Sr. Presidente solicitou que a Comissão de Educação, Saúde e Assistência emitisse o seu parecer verbalmente. Pela unanimidade dos seus membros, esta comissão acompanhou o parecer jurídico e concluiu-se contrária ao projeto. Em seguida, o Sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, por unanimidade, concluiu pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.492, acompanhando o parecer jurídico. Encerrada a discussão e havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.492, obtendo-se a sua rejeição por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; votando a favor apenas o Vereador Agildo José dos Reis. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça justificou o seu voto como sendo devido à inconstitucionalidade da matéria. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes sugeriu que o Vereador Agildo leve o projeto ao Sr. Prefeito na forma de uma indicação. O Vereador Jorge Luís Martins Soares parabenizou a administração municipal, na pessoa do Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo e toda a sua equipe, pela edição da revista informativa que mostra tantas obras em prol do município; citou duas como mais marcantes que são a regularização previdenciária dos servidores e o programa de regularização fundiária. O Vereador Agildo José dos Reis agradeceu publicamente ao Sr. Prefeito pela colocação da iluminação pública no Loteamento Panorama, bem como a todos os vereadores e especialmente ao Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, que acompanha desde o começo; disse ao Vereador Jorge que o jornalzinho da Prefeitura ficou muito bom, mas que na semana que vem sairá a “outra face da moeda” com o seu jornal. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e dezessete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária (o)

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Jorge Luís Martins Soares

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Fabrício Fernandes Costa Caiafa

Ata da Sexagésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e sete minutos do dia dezessete de maio de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; ausente o Vereador Agildo José dos Reis; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (67ª sessão ordinária, de 03/05/2012). Votada, essa ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Considerando que a próxima sessão incidirá no feriado de 07 (sete) de junho, dia de Corpus Christi, e não sabendo se a Prefeitura decretará ponto facultativo no dia 08 (oito) de junho, o Sr. Presidente consultou ao Plenário se a próxima sessão se realizará no dia oito de junho, sexta-feira, ou no dia onze, segunda-feira. Após debate, o Plenário decidiu, pela unanimidade dos presentes, pela antecipação da próxima sessão ordinária para o dia 06 (seis) de junho, quarta-feira. Seguindo, em atendimento ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de abril de 2012. Nas correspondências, foram lidos: a) carta de apresentação do novo Promotor de Justiça; b) carta do Dr. José Lucas Coelho, apresentando sugestões para a fixação dos subsídios da próxima legislatura. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.499, da Mesa Diretora, que dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 150, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.499. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o Sr. Presidente consultou a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final sobre o Projeto de Lei nº 1.499. Esta, pela unanimidade dos seus membros, opinou favoravelmente à proposição. Em seguida, o Sr. Presidente consultou a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que apresentou o seu parecer verbal a favor do Projeto de Lei nº 1.499, por unanimidade dos seus membros. Então, havendo a autorização plenária, o Sr. Presidente colocou em discussão, no próprio Expediente, o Projeto de Lei nº 1.499. O Sr. Presidente comentou sobre o objetivo da proposição e sobre o índice aplicado. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.499 foi submetido à votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo nos trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.500, do Executivo, que abre crédito especial no orçamento vigente e dá outras providências. A pedido do Sr. Presidente, a Vereadora Alinéa Cristina Lamas leu a seguinte mensagem: “segundo informou a Vitória, Contadora da Prefeitura, devido à inovação do SICOM – Sistema Informatizado de Contas Municipais, implantado pelo Tribunal de Contas, projetos como este serão frequentemente enviados à Câmara; o prazo para informar o mês de janeiro no Sicom é até 06 de junho.” O Sr. Presidente disse achar que, por um equívoco, o Sr. Prefeito não pediu urgência, e disse também que não vê motivo para que o projeto continue tramitando; pediu a opinião dos Vereadores e disse que o projeto é para acertar assuntos de governo. O Vereador Jorge Luís Martins Soares opinou pela votação hoje. Os Vereadores Gerardo Magela e Hermann chamaram a atenção para o fato de o projeto estar retroagindo a janeiro de 2012, e o Vereador Gerardo disse que a próxima sessão

acontecerá no dia 06, em tempo para o Sicom, de forma que o projeto poderia continuar tramitando para análise e ser votado no dia seis. O Sr. Presidente disse que o Prefeito de Mercês enviou projeto à Câmara genérico, sem especificar as dotações, de forma que a Câmara não saberia no que estava votando; disse que, no nosso caso, o Prefeito está explicando o objetivo em cada projeto. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que a sua dúvida é em saber quais projetos são tratados, pois a proposição só tem códigos em números. O Sr. Presidente disse que esses projetos são orientações da assessoria do Prefeito. O Vereador Hermann disse achar que os vereadores deveriam analisar melhor os projetos, para saber onde está sendo aberto o crédito especial. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que simplesmente gostaria de um maior esclarecimento. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que, pelo que a contadora Vitória explicou, é somente uma forma de adequação para sistema de informatização. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes salientou que o próprio Prefeito não pediu urgência. O Vereador Jorge Luís Martins Soares ressaltou o prazo de seis de junho. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que o problema é o Sr. Prefeito haver enviado na última hora. O Sr. Presidente disse que é como a revisão dos subsídios, quando foi necessário ficar aguardando a divulgação do índice. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que no dia seis haverá reunião da Câmara, e o Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que a reunião é à noite. A Mesa Diretora apresentou o Requerimento nº 151, solicitando o regime de urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.500. Votado, este requerimento foi aprovado por 04 (quatro) votos dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Jorge Luís Martins Soares e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; obtendo 03 (três) votos contrários dos Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista, sendo que este último justificou estar votando contra porque o projeto do Prefeito não pede urgência. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas justificou o seu voto a favor devido ao projeto de lei ser auto-explicativo. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça pediu que a Vereadora Alinéa explicasse do que tratam o projeto e os códigos, porque não queria votar contra, mas garante que os vereadores não sabem no que estão votando. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse saber, pelo que a Vitória explicou, que o projeto necessita ser desse jeito e não pode ser modificado; disse que a Ana Paula, da Planejar, que presta assessoria à Câmara, disse-lhe que o projeto é realmente necessário. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que os vereadores não tiveram a oportunidade de votar a favor. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que não precisava dessa situação e que, se o projeto ficasse tramitando, todos votariam a favor. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, pela unanimidade dos seus membros, concluiu favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.500. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que estava votando a favor porque seu conhecimento sobre contabilidade pública é pequeno e porque confiava na experiência da funcionária Vitória, muito competente com quem já trabalhou na Prefeitura, sendo ainda pessoa de boa índole em quem ele confia. Então, havendo a autorização plenária, o Sr. Presidente colocou em discussão, no próprio Expediente, o Projeto de Lei nº 1.500. Encerrada a discussão, o Projeto de

Lei nº 1.500 foi submetido à votação e aprovado por 04 (quatro) votos dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Jorge Luís Martins Soares e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; obtendo 03 (três) votos contrários dos Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que o Vereador Jorge insinuou que existem vereadores contra o nome da funcionária Vitória; seguiu dizendo que conhece a Vitória há muitos anos, que já trabalhou com ela por muitos anos e se trata de pessoa muito competente; disse que não foi dada oportunidade aos vereadores de analisarem devidamente o projeto. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que não insinuou nada, que somente disse que confia no que a funcionária Vitória escreveu e confia nela, sem que isso signifique insinuação a ninguém, e que o Vereador Gerardo está muito sentido. Dando sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.501, do Executivo, que abre crédito especial no orçamento vigente e dá outras providências. A Mesa Diretora apresentou o Requerimento nº 152, solicitando o regime de urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.501. Votado, este requerimento foi aprovado por 04 (quatro) votos dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Jorge Luís Martins Soares e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; obtendo 03 (três) votos contrários dos Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, pela unanimidade dos seus membros, concluiu favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.501. Então, havendo a autorização plenária, o Sr. Presidente colocou em discussão, no próprio Expediente, o Projeto de Lei nº 1.501. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.501 foi submetido à votação e aprovado por 04 (quatro) votos dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Jorge Luís Martins Soares e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; obtendo 03 (três) votos contrários dos Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.502, do Executivo, que abre crédito especial no orçamento vigente e dá outras providências. A Mesa Diretora apresentou o Requerimento nº 153, solicitando o regime de urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.502. Votado, este requerimento foi aprovado por 04 (quatro) votos dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Jorge Luís Martins Soares e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; obtendo 03 (três) votos contrários dos Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, pela unanimidade dos seus membros, concluiu favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.502. Então, havendo a autorização plenária, o Sr. Presidente colocou em discussão, no próprio Expediente, o Projeto de Lei nº 1.502. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.502 foi submetido à votação e aprovado por 04 (quatro) votos dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Jorge Luís Martins Soares e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; obtendo 03 (três) votos contrários dos Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista. Após, foi lido o Projeto

de Lei nº 1.503, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que declara de utilidade pública a Fundação de Apoio ao Ensino Tecnológico e Profissionalizante de Rio Pomba. O Sr. Presidente determinou a tramitação deste projeto e o encaminhou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Seguindo, o Sr. Presidente comunicou o recebimento do Projeto de Lei nº 1.504, do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2013 e dá outras providências. Devido à sua extensão, o Plenário dispensou a leitura do Projeto de Lei nº 1.504. O Sr. Presidente disse que os vereadores têm quinze dias, a partir de hoje, para a apresentação de emendas. Devido à ausência do Vereador Agildo José dos Reis, seguiu tramitando o Projeto de Lei Complementar nº 15, que altera a Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, no que se refere à propaganda volante. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 517: Indica ponto facultativo o dia do aniversário dos funcionários da Câmara; b) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 521: Implantação do estacionamento rotativo; 2) Indicação nº 526: Asfaltamento de vias; 3) Indicação nº 527: Providências no estacionamento de veículos; c) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 522: Providências no parque de exposições; 2) Indicação nº 524: Construção de apartamentos conveniados no Bairro Santa Helena; 3) Indicação nº 525: Pontos de ônibus no Bairro Sol Nascente; d) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 513: Iluminação da Rua Tiradentes; 2) Indicação nº 514: Iluminação na Rua Caetano Machado; 3) Indicação nº 528: Providências no Distrito Industrial. Após, foi lida a Moção nº 54, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, de aplausos a Fernando Coelho Gomes. Votada, a Moção nº 54 foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Seguindo, foi lida a Moção nº 55, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, de aplausos a Néelson Antônio Pereira. Votada, a Moção nº 55 foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Às vinte horas, aberta a ordem do dia, tendo em vista a ausência do Vereador Agildo José dos Reis, autor do projeto de lei, o Sr. Presidente determinou a tramitação do Parecer da Assessoria Jurídica, ao Projeto de Lei nº 1.491, da carta enviada pelo Setor de Cadastro da Prefeitura em resposta a consulta feita pelo Vereador Gerardo, e do Projeto de Lei nº 1.491, do Vereador Agildo José dos Reis, que denomina rua com o nome de João Carlos de Abreu Rocha no bairro São Manoel. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e um minuto e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária (o)

Gerardo Magela Alves Menezes

Jorge Luís Martins Soares

Romeu Moreira Batista

Agildo José dos Reis

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Fabício Fernandes Costa Caiafa

Ata da Décima Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia trinta de maio dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; atendendo à convocação feita através do Ofício nº 33/2012-PC-Circular, com publicação por edital no quadro de publicações da Câmara; foi aberta a sessão pelo Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente colocando em discussão a ata da sessão anterior (68ª sessão ordinária, de 17/05/2012). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Às dezenove horas e quatro minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Ofício nº 151/2012, do Executivo, e, em seguida, o Projeto de Lei nº 1.506/2012 (antes Projeto de Lei nº 1.504, porém, renumerado para 1.506), que autoriza o Poder Executivo a participar do consórcio intermunicipal para a recuperação ambiental da Bacia do Baixo Muriaé, Pomba e Carangola – CIRAB. Após, foi lido o Requerimento nº 154, da Mesa Diretora, requerendo o regime de urgência especial para o projeto supracitado. O Vereador Agildo José dos Reis disse tratar-se de um bom projeto e que cumpre com o interesse da população ribeirinha em ter sua segurança defendida, especialmente os moradores do Bairro José Mendonça dos Reis; manifestou-se favorável ao projeto. Votado, o Requerimento nº 154 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, por unanimidade, manifestou-se pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.506. Em seguida, o Sr. Presidente consultou a Comissão de Meio Ambiente. Por unanimidade, esta concluiu-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.506. Seguindo, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, pela unanimidade dos seus membros, opinou favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.506. Após, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.506, que autoriza o Poder Executivo a participar do consórcio intermunicipal para a recuperação ambiental da Bacia do Baixo Muriaé, Pomba e Carangola – CIRAB. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.506, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.505, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a conceder remissão total de crédito tributário do município de Rio Pomba a dívida da Codemig relativa a impostos e taxas e contribuições e seus acessórios, incidentes sobre terrenos de sua propriedade no Distrito Industrial de Rio Pomba/MG. O Vereador Agildo José dos Reis disse que a Codemig é um órgão do Estado, a quem então pertencem os terrenos do Distrito Industrial; disse que telefonou para a Codemig, que ficou de enviar uma resolução, e questionou como os vereadores intervirão em terrenos do Estado, cabendo esse assunto à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que uma condição para que a Codemig doe os terrenos ao município é a remissão de dívidas. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que o problema está no fato de a Câmara conceder a remissão e depois a Codemig não doar os terrenos; disse que o projeto deveria vir instruído com uma manifestação da Codemig da sua intenção de doar. O Vereador Agildo José dos Reis

disse que gostaria que o projeto ficasse em tramitação até a próxima reunião. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que os terrenos da Codemig beneficiam Rio Pomba e ter sido informado de que eles serão doados para a Prefeitura, para que esta doe às empresas que quiser. Para maior esclarecimento, a Secretária fez a leitura da Lei Estadual nº 20.020/2012. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse estar clara a lei, mas que não há garantia da doação ao município; disse ainda que a lei entrou em vigor em janeiro deste ano, e questionou o motivo de somente agora o projeto ser enviado à Câmara Municipal em regime de urgência; disse ainda que não se conhece o valor da dívida da Codemig a ser perdoada. Os Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Alinéa Cristina Lamas disseram que não existe débito da Codemig. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que procurou esta informação junto ao assessor jurídico da Prefeitura, Douglas, e que, segundo a Codemig, é praxe doar o terreno somente havendo esta lei; disse que este é um projeto excelente, que vai gerar renda e emprego; disse que o município deveria estar regendo isso há muito tempo, porque o Prefeito tem maior interesse do que o Governador do Estado, que se preocupa com o todo; colocou-se favorável ao projeto e ao pedido de urgência. O Vereador Agildo José dos Reis perguntou ao Vereador Fabrício quais os critérios a Prefeitura usará para doar os terrenos. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que, geralmente, quando se vai doar um terreno, é necessário passar pela Câmara Municipal. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que gostaria de discutir mais o projeto, ter informações escritas da Codemig e um documento quanto à inexistência de dívida, caso contrário não votará a favor. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que certamente o Sr. Prefeito já tem outras intenções de beneficiar a cidade ao enviar este projeto. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o Vereador Fabrício tem mais conhecimento e perguntou a opinião deste sobre a doação dos terrenos ao município. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que a Codemig não está vendendo mais lotes e quer doá-los aos municípios, porque a modalidade atual para a venda é através de leilão, sendo que a Codemig não quer mais essa responsabilidade; comentou que algumas cidades de Minas Gerais não aceitaram os terrenos. O Vereador Romeu Moreira Batista perguntou se o Prefeito poderá doar os terrenos para gerar empregos. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse será necessária a autorização da Câmara, e que o assessor jurídico da Prefeitura lhe informou que o projeto necessita ser votado até o final do mês; sobre a necessidade da urgência e a data de envio do projeto, disse que as coisas têm que ser feitas assim, devido a alguns procedimentos que são necessários; comentou que, já prevendo isso, enviou cópia dos projetos de leis para os vereadores junto com a convocação desta sessão. O Vereador Agildo José dos Reis disse que não houve tempo suficiente para estudar o assunto. O Sr. Presidente disse que tenta ser o mais transparente possível. Após, foi lido o Requerimento nº 155, da Mesa Diretora, requerendo o regime de urgência especial para o projeto supracitado. Votado, o Requerimento nº 155 recebeu 04 (quatro) votos favoráveis dos Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, e 04 (quatro) contrários dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Gerardo Magela Alves Menezes, Agildo José dos Reis e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça. Havendo empate, o Sr. Presidente votou

favorável ao Requerimento nº 155, obtendo-se então a sua aprovação por 05 (cinco) votos. Após, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, pelos votos dos Vereadores Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Alinéa Cristina Lamas manifestou-se pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.505, ficando o Vereador Romeu Moreira Batista como voto vencido. Em seguida, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, por unanimidade, manifestou-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.505. Então, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.505, que recebeu 04 (quatro) votos favoráveis dos Vereadores: Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Alinéa Cristina Lamas e Jorge Luís Martins Soares, e 04 (quatro) contrários dos Vereadores: Agildo José dos Reis, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Gerardo Magela Alves Menezes e Romeu Moreira Batista.. Havendo empate, o Sr. Presidente votou favorável ao Projeto de Lei nº 1.505, obtendo-se então a sua aprovação por 05 (cinco) votos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e trinta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária (o)

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Jorge Luís Martins Soares

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Agildo José dos Reis

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Fabrício Fernandes Costa Caiafa

Ata da Sexagésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia seis de junho de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão extraordinária anterior (10ª sessão extraordinária, de 30/05/2012). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Nas correspondências, foram lidos: a) convite da Polícia Militar para inauguração da sede do depósito regional da Defesa Civil em Ubá; b) convite da Secretaria de Esportes. Em seguida, o Sr. Presidente comunicou que há uma cópia na gaveta de cada Vereador do Ofício nº 156/2012, enviado pelo Sr. Promotor de Justiça, sobre os gastos com publicidade no ano eleitoral, dando assim amplo conhecimento da recomendação. Dando continuidade, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 54, de aplausos a Fernando Coelho Gomes. Após, a autora, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, pronunciou-se e fez a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. O homenageado, Fernando Coelho Gomes, pronunciou-se em agradecimentos. Pasando às proposições, foi lida a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista, que altera a redação do caput do art. 93, referente à publicação. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e a encaminhou para análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 15, do Vereador Agildo José dos Reis, que altera a Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, no que se refere à propaganda volante. O autor disse que o objetivo do projeto é determinar que os veículos de som usados na propaganda volante sejam emplacados em Rio Pomba, evitando-se a concorrência com veículos que vêm de outros municípios apenas para fazer propagandas. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e da Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais. Ato contínuo, o Sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.503, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que declara de utilidade pública a Fundação de Apoio ao Ensino Tecnológico e Profissionalizante de Rio Pomba, por estar aguardando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Seguindo na pauta, o Sr. Presidente encaminhou para análise da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas o Projeto de Lei nº 1.504, do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2013 e dá outras providências. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.507, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que denomina rua com o nome de Luiz Gonzaga de Oliveira no Bairro Jardim América. O Sr. Presidente determinou a tramitação desta proposição e a enviou para análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Em seguida, foi lido o Projeto de Lei nº 1.508, do Executivo, que autoriza desmembramento, desdobro e a regularização de loteamentos na zona urbana, inferiores a 125 m², e seu respectivo registro, e dá

outras providências. O Sr. Presidente disse que este projeto já está sendo discutido antes de vir à Câmara, por tratar de regularização de loteamentos urbanos. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, por unanimidade, concluiu pela legalidade do projeto. Em seguida, o Sr. Presidente solicitou que se manifestasse a Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais. Esta, por unanimidade, opinou favoravelmente ao projeto. Então, com autorização plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, ainda no Expediente, o Projeto de Lei nº 1.508. O Vereador Agildo José dos Reis parabenizou a administração pelo envio do projeto e aos moradores da Rua Dr. Fausto, que se mobilizaram para conseguir este projeto, sendo eles interessados na legalização de suas propriedades, bem como moradores de outras localidades; manifestou-se a favor do projeto. O Vereador Romeu Moreira Batista citou a importância também do empenho da Sra. Fernanda, do Cartório de Registro de Imóveis; adiantou o seu voto favorável. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.508, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 156, do Vereador Agildo José dos Reis, requisitando informações sobre publicação de atos do Executivo na imprensa. Votado, o Requerimento nº 156 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 157, do Vereador Agildo José dos Reis, requisitando informações sobre as rotas do transporte escolar. O Vereador Agildo José dos Reis disse querer saber se a remuneração dos contratados é por quilômetro e se a quilometragem de algumas Kombis estão conferindo, porque já reclamou várias vezes de Kombis sem condições de transportar alunos estarem prestando serviço, como passou na licitação um carro que não tem nem cinto de segurança e que pode tombar com uma criança, ano 1996, carregando crianças; disse que, se a Prefeitura paga pelo transporte escolar, tem que pagar por algo de qualidade para os alunos. Votado, o Requerimento nº 157 foi aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 529: Construção de casas populares; b) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 534: Serviço de divulgação de falecimentos; 2) Indicação nº 535: Praça no Bairro Santa Helena; c) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 523: Extensão de rede elétrica no Bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 532: Iluminação na Travessa Heráclito Teixeira; 3) Indicação nº 533: Iluminação em vila existente junto à Rua Cel. Antônio Pedro; d) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 427-2ª edição: Redutores de velocidade na Rua Dr. Bruno José Gonçalves; 2) Indicação nº 520: Iluminação na Av. Jorn. José de Assis Vieira; 3) Indicação nº 530: Pontos de ônibus no Bairro Estação; e) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 531: Aplicação de cascalho na zona rural. Continuando os trabalhos, foi lida a Moção nº 56, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, de aplausos a Gilmar Alves Lima. Votada, a Moção nº 56 foi aprovada por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; votando contra o Vereador Agildo José dos Reis. Este justificou o seu voto como sendo devido ao fato de o Sr. Gilmar ter sido

Secretário de Esportes e, na mesma época, ter aberto uma empresa, em nome de terceiros, com endereço da sua residência para o pagamento de seguranças, sobre o que ele, Vereador Agildo, já havia se pronunciado contra naquela época. Ato contínuo, foi lida a Moção nº 57, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, de aplausos aos motoristas da Secretaria de Saúde. Votada, a Moção nº 57 foi aprovada por unanimidade. Às dezenove horas e trinta e sete minutos, conforme regular inscrição, o Sr. Presidente convidou para usar a Tribuna Popular o Sr. Manoel Fernandes Arede Filho, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Rio Pomba, para falar sobre o meio ambiente. Na tribuna, o Sr. Manoel Arede lembrou que ontem foi o Dia Mundial do Meio Ambiente e que, há muito tempo, vem falando sobre este assunto, ainda tão pouco valorizado; falou sobre a Agenda 21 e disse que em Rio Pomba se desperdiça muita coisa da Agenda 21; falou sobre o córrego Independência, que leva um esgoto a céu aberto pela cidade; leu carta enviada por ele ao então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva; disse que agora é preciso colocar em funcionamento o saneamento em Rio Pomba, para que o nosso futuro seja brilhante e melhor; disse que muitas indústrias boas deixam de vir para o nosso Distrito Industrial por falta de saneamento e que a Câmara Municipal precisa dar esse apoio, fazendo com que os moradores tenham um tratamento de esgoto correto. Às dezenove horas e quarenta e quatro minutos, nada mais havendo, o Sr. Presidente deu por encerrado o uso da tribuna e abriu a Ordem do Dia da sessão, quando foram lidas as conclusões do parecer da Assessoria Jurídica da Câmara ao Projeto de Lei nº 1.491. Após, foi lida correspondência do Setor de Cadastro da Prefeitura, solicitada pelo Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, relativa ao Projeto de Lei nº 1.491. Então, o Sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.491, do Vereador Agildo José dos Reis, que denomina rua com o nome de João Carlos de Abreu Rocha no bairro São Manoel. O Vereador Romeu Moreira Batista sugeriu ao autor a retirada do projeto. O Vereador Agildo José dos Reis, autor, disse que até a próxima sessão tomará uma decisão. Dada a palavra livre, o Vereador Agildo José dos Reis disse que frequentemente as pessoas tentam persegui-lo próximo às eleições; comentou que, no dia vinte e dois de maio, recebeu um comunicado de que lhe tomaram o partido, o PSC, sendo alguém de Rio Pomba que foi a Belo Horizonte e tomou essas providências; a essas pessoas, o Vereador Agildo disse que “quebraram a cara”, porque o partido já retornou à sua Presidência no dia trinta e um de maio, fato já publicado; disse que não adianta quererem “correr atrás” para derrubá-lo ou difamá-lo, porque a comunidade conhece o trabalho que faz em Rio Pomba desde os seus dezesseis anos como líder comunitário; àqueles que ficam espalhando boatos na internet sobre ele sem sequer lhe perguntar nada, disse que são covardes e bonitos por fora mas podres por dentro, porque julgam as pessoas sem saber o que está acontecendo; disse que essas pessoas se acham bonitas e querem agradar ao poder, porque ele (Vereador Agildo) sempre foi um Vereador que incomoda àqueles que se acham os donos do poder. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis perguntou ao Vereador Agildo por qual motivo o partido lhe foi tomado. O Vereador Agildo disse que saberá no dia doze, quando haverá uma reunião do partido, mas, inicialmente, sabe que foi a pedido de algum deputado. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que é o Presidente do PDT e que o seu partido está irregular porque não pagou uma taxa e

que, após o pagamento, o partido voltará a ficar em vigor. O Vereador Agildo Reis disse que a sua situação é completamente diferente. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o Vereador Agildo chegou na Câmara dando a notícia da destituição do seu partido, mas que esse Vereador já sabia que o partido tinha voltado para ele; disse que o Vereador Agildo está jogando os vereadores e as pessoas e, na verdade, deixou os vereadores numa situação muito difícil por uma nota que saiu no jornal O Imparcial, sobre o que ele nem quer entrar em detalhes. O Vereador Agildo Reis disse: “não olhe a janela dos outros porque as suas estão mais sujas do que a minha”; sobre o seu partido, disse que é uma questão interna sobre o que ele sabe do que está falando e se trata de perseguição. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a palavra que o Vereador Agildo usou deu a entender, pela situação que os vereadores ficaram devido ao problema do Vereador Agildo. O Vereador Agildo disse que não citou o nome de ninguém, mas que se a carapuça serviu que a enterrem. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse ter certeza de que aqui na Câmara não há ninguém perseguindo o Vereador Agildo, e pediu que este pense bem antes de falar. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária (o)

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Agildo José dos Reis

Jorge Luís Martins Soares

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Gerardo Magela Alves Menezes

Romeu Moreira Batista

Ata da Septuagésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; ausente o Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (69ª sessão extraordinária, de 06/06/2012). Votada, essa ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Como correspondência, foi lido convite para abertura do Torneio de Férias 2012. Em seguida, o Sr. Presidente comunicou que autorizou o uso do recinto da Câmara para a realização de convenções dos partidos que o solicitaram, conforme prevê a Lei Eleitoral nº 9.504, art. 8º, § 2º. Seguindo nos trabalhos, o Sr. Presidente deu abertura à audiência pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei nº 1.504, do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2013, chamando para fazer uma explanação, representando o Chefe do Poder Executivo Municipal, o Sr. Gilberto Batista de Almeida. Este, usando de recursos multimídia, iniciou falando sobre o embasamento legal para esta audiência e sobre os objetivos desta, que sobretudo se trata de uma demonstração e discussão da LDO, com a possibilidade de debates com a população; passou a uma apresentação básica do que são estes instrumentos diretores do município e a uma abordagem sobre a proposição encaminhada ao Legislativo. Houve debates e perguntas dos Vereadores. Encerrada a audiência pública e para dar sequência aos trabalhos, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 55, de aplausos a Néelson Antônio Pereira. Após, a autora, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, pronunciou-se e fez a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. O homenageado, Néelson Antônio Pereira, pronunciou-se em agradecimentos. Posteriormente, atendido também o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 56, de aplausos a Gilmar Alves Lima. Após, o autor, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, pronunciou-se e fez a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. O homenageado, Gilmar Alves Lima, pronunciou-se em agradecimentos. Em seguida, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 57, de aplausos aos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde. Após, a autora, Vereadora Alinéa Cristina Lamas, pronunciou-se e fez a entrega da moção aos homenageados presentes: José Aparecido Inácio dos Santos, Marcelo de Oliveira e Sebastião Batista Ângelo, quando lhes foram concedida salva de palmas. Representando os homenageados, o motorista da Secretaria de Saúde, Marcelo de Oliveira, pronunciou-se em agradecimentos. A Moção nº 58, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, seguiu tramitando, a pedido da autora. Passando às proposições, o Sr. Presidente comunicou que continuava tramitando, enquanto aguarda a análise da Comissão de Legislação, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista, que altera a redação do caput do art. 93,

referente à publicação. Da mesma, forma, estando sob análise da Comissão de Legislação e da Comissão de Serviços, seguiu tramitando o Projeto de Lei Complementar nº 15, do Vereador Agildo José dos Reis, que altera a Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, no que se refere à propaganda volante. Dando sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.509, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural dos Granatos. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 159, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.509. Votado, o Requerimento nº 159 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, obtendo-se a opinião dos membros presentes favorável ao projeto. Então, com a permissão plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, ainda no expediente, o Projeto de Lei nº 1.509. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.509 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo, foi lido o Projeto de Resolução nº 309, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que regulamenta o sítio oficial da Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. O Sr. Presidente determinou a tramitação desta proposição e o enviou para análise da Comissão de Legislação. Seguindo os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 158, do Vereador Agildo José dos Reis, que requer informações sobre a situação financeira do Hospital São Vicente de Paulo (requerimento dirigido ao hospital). O Vereador Agildo José dos Reis disse que a questão do hospital precisa ser acompanhada de perto, porque recebeu informação de que estão devendo a fornecedores, e também pela necessidade de se saber o valor atual da dívida; falou da responsabilidade que os vereadores têm para com o hospital e que este requerimento objetiva saber da realidade atual do hospital. Colocado em votação, o Requerimento nº 158 foi aprovado por 04 (quatro) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Agildo José dos Reis; recebendo 03 (três) votos contrários dos Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. O Vereador Jorge Luís Martins Soares justificou o seu voto lembrando as palavras de um dos diretores que estiveram aqui na Câmara de que parece haver uma guerra entre os vereadores e o hospital, e pela disponibilidade dos diretores do hospital em receber os vereadores para quaisquer informações, bastando ir até lá, enquanto o requerimento parece “peitar” os administradores. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse que os seus motivos para votar contra são os mesmos citados pelo Vereador Jorge. O Vereador Agildo José dos Reis disse que fez este requerimento mediante sugestão do Sr. Marco Aurélio, um dos administradores da Multihospitalar. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes justificou o seu voto como sendo devido à abertura de acesso que tem no Hospital São Vicente de Paulo, como recentemente precisou de uma informação e a obteve prontamente; citou a justificativa do Vereador Jorge e disse que é momento de os vereadores se unirem ao hospital. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse respeitar a opinião dos colegas mas acha de suma relevância recebermos uma resposta oficial do hospital, por mais que as portas estejam abertas. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 538/2012: Trânsito de carretas na zona rural;

2) Indicação nº 539/2012: Dentistas para UBS; b) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 540/2012: GPS para ambulâncias; c) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 537/2012: Remuneração dos professores; d) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 536/2012: Segurança na entrada do parque de exposições. Sobre a Indicação nº 538, a Vereadora Maria do Carmo disse que os dentistas já estão contratados e possivelmente trabalhando. O Vereador Agildo disse que ela estava equivocada porque esteve lá esta semana e não havia dentistas. O Vereador Maurílio garantiu que já houve a seleção dos dentistas, que apenas ainda não estão trabalhando. Sobre a Indicação nº 537, o autor, Vereador Jorge Luís frisou que o Sr. Prefeito tem melhorado a remuneração do pessoal do magistério e lutado em seu favor; porém, disse que o seu pedido se trata de um complemento, porque a carga horária das professoras é árdua e existe a necessidade de elaborarem planos de aula em casa e constantes reuniões de trabalho, de forma que a sua indicação visa a recompensá-las por estas reuniões. Após, às vinte e uma horas e três minutos, o Sr. Presidente convidou para usar a Tribuna Popular o Sr. Jairo Martins Mata, Presidente do PC do B, para falar sobre a liberação de passagem na Rua Casuarina. Na tribuna, o orador Jairo Martins Mata disse que protocolou requerimento e abaixo-assinado na Prefeitura sobre o fechamento da passagem à Rua Casuarina há mais de trinta dias, sobre o qual o Prefeito ainda não deu retorno; citou que já houve esse debate na Câmara e perguntou o que os vereadores poderiam fazer nesse sentido. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a Câmara poderia requisitar informações ao Sr. Prefeito. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que se trata de um loteamento particular e que seria necessário chamar os proprietários para uma reunião junto com o Prefeito e os interessados. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que, conforme já relatou em reunião anterior, trata-se de uma servidão de passagem e que é um equívoco dizer que se trata de propriedade particular na qual o município não pode intervir, porque há interesse público; recordou ter dito, quando do primeiro uso da tribuna, que o caminho inicial seria a busca do consenso e, caso não houvesse, o município poderia ingressar na justiça com ação de reintegração de posse; comentou que o Sr. Prefeito deveria responder ao requerimento dos moradores para que tomem ciência da real situação. O Vereador Jorge Luís Martins Soares, como Líder do Governo, disse que levará o recado ao Sr. Prefeito para ter certeza sobre a situação e levará a resposta ao orador e ao Sr. José de Paula; disse que não é argumento sobre o local ser de propriedade particular, mas sim um fato e devem ser procurados os proprietários para se encontrar o melhor caminho; na sua opinião, é favorável à abertura da passagem e apóia o requerimento dos moradores. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça citou um exemplo semelhante acontecido na zona rural. O Vereador Agildo José dos Reis perguntou e o orador respondeu que protocolou o requerimento na Prefeitura no dia dezesseis de maio deste ano; então, o Vereador Agildo disse que o Prefeito tem quinze dias prorrogáveis por mais quinze para responder, mas, independentemente disso, tem que informar aos cidadãos; discordou do Vereador Jorge quanto a se tratar de loteamento particular, porque é a Rua Casuarina é reconhecida pela Câmara e pelo Município, de modo que este certamente tem que intervir. O orador, Sr. Jairo, citou um agravante e a sua

preocupação de que, segundo a lei, após um ano e um dia passará a ser direito adquirido do loteador que fechou a passagem. O Vereador Romeu Moreira Batista manifestou a mesma preocupação citada pelo orador. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça comentou que o prazo de um ano e um dia permite que o Juiz conceda uma liminar sobre o pedido, enquanto que, depois desse prazo, não se pode mais pedir liminar mas continua o direito que, nesse caso, pode durar vários anos; perguntou ao orador se o local é área de domínio do DER. O orador respondeu que não. O Vereador Jorge Luís Martins Soares perguntou porque os moradores não fizeram uma ocorrência policial no momento em que a passagem foi fechada. O orador respondeu que não se queria uma solução policial, mas sim judicial. Às vinte e uma horas e dezesseis minutos, nada mais havendo, foi encerrado o uso da Tribuna Popular e aberta a Ordem do Dia, quando foi lido o Parecer nº 14, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, ao Projeto de Lei nº 1.504. Em seguida, foi colocado em única discussão o Projeto de Lei nº 1.504, do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2013 e dá outras providências. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.504 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo, foram lidos o Parecer da Assessoria Jurídica ao Projeto de Lei nº 1.491, e a Correspondência do Setor de Cadastro da Prefeitura ao Projeto de Lei nº 1.491. Após, foi colocado em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.491, do Vereador Agildo José dos Reis, que denomina rua com o nome de João Carlos de Abreu Rocha no bairro São Manoel. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que a passagem não é rua e sugeriu que o autor retire a proposição. Então, o Vereador Agildo José dos Reis, autor, na forma dos arts. 136, § 1º, V, e 146, do Regimento Interno, solicitou a retirada de tramitação da proposição, o que foi atendido pelo Sr. Presidente. Ato contínuo, foi lido o Parecer nº 17, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, ao Projeto de Lei nº 1.503, bem como o Requerimento nº 160, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, requisitando o regime de urgência simples para o Projeto de Lei nº 1.503. Votado, o Requerimento nº 1.503 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.503, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que declara de utilidade pública a Fundação de Apoio ao Ensino Tecnológico e Profissionalizante de Rio Pomba. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.503 foi submetido à votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Parecer nº 18, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, ao Projeto de Lei nº 1.507. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que a Câmara entrará em recesso, que o ex-Vereador Luiz Luiz é merecedor da homenagem, acreditando ser esta a opinião de todos os colegas, de forma que o projeto poderia ser votado hoje. Então, havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, foi colocado em única discussão o Projeto de Lei nº 1.507, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que denomina rua com o nome de Luiz Gonzaga de Oliveira no Bairro Jardim América. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.507 foi submetido à votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e vinte e quatro minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e

aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária (o)

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Agildo José dos Reis

Jorge Luís Martins Soares

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Fabício Fernandes Costa Caiafa

Ata da Septuagésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas e três minutos do dia dois de agosto de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; ausente o Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (70ª sessão ordinária, de 21/06/2012). Votada, essa ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Em seguida, o Sr. Presidente apresentou a justificativa do Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa à sua ausência à sessão anterior, sendo que o Plenário a aprovou pela unanimidade dos presentes, nos termos do art. 167, § 2º, do Regimento Interno. Como correspondência, foi lida carta de envio do relatório anual de atividades da Ascarp referente ao ano de 2011, nos termos do art. 2º da Lei nº 1.037/1998. Seguindo, em atendimento ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de maio de 2012. Dando continuidade, foi lida a Moção nº 58, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, de aplausos à Suellen Senra Saraiva, servidora desta Casa. Votada, a Moção nº 58 foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Considerando que a servidora homenageada estava presente, foi-lhe entregue a moção e concedida uma salva de palmas. Neste momento, o Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça compareceu à sessão e integrou-se ao Plenário. A homenageada, Suellen Senra Saraiva, pronunciou-se em agradecimentos, após o que também se manifestou a Vereadora Alinéa Cristina Lamas. Após, o Sr. Presidente determinou a tramitação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, dos Vereadores Gerardo, Hermann e Romeu: Altera a redação do caput do art. 93, referente à publicação, enquanto se aguarda o parecer da Comissão de Legislação. Após, foi lido o Parecer jurídico ao Projeto de Lei Complementar nº 15 e o Sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 15, do Vereador Agildo José dos Reis, que altera a Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, no que se refere à propaganda volante, enquanto se aguarda os pareceres da Comissão de Legislação e da Comissão de Serviços. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.510, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que denomina rua com o nome de João Carlos de Abreu Rocha no Bairro Jardim América. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da Comissão de Legislação. Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 310, dos Vereadores Maurílio Rodrigues dos Reis, Agildo José dos Reis e Romeu Moreira Batista, que revoga o art. 12 e o inciso XIII do art. 48, insere o inciso XVI ao art. 35 e o inciso XLII ao art. 41 da Resolução nº 113/90 – Regimento Interno da Câmara, com referência à utilização do recinto da Câmara. O Vereador Agildo José dos Reis sugeriu que o projeto fosse votado ainda hoje, para reduzir a pauta da Câmara. Então, havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Sr. Presidente consultou a Comissão de Legislação. Esta, pela unanimidade dos seus membros, opinou favoravelmente à proposição. Após, o Sr. Presidente colocou em única discussão, ainda no Expediente, o Projeto de Resolução nº 310. O Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, falou

sobre os objetivos do projeto. Encerrada a discussão, o Projeto de Resolução foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 161, do Vereador Romeu Moreira Batista, que requer informações sobre providência de trânsito. Votado, o Requerimento nº 161 foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foram lidas as seguintes proposições: a) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 22/2009-2ª edição: Transporte exclusivo para Juiz de Fora dos pacientes da oncologia; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 512-2ª edição: Colocação de redutores de velocidade; 2) Indicação nº 541: Fertilização *in vitro* no Curral Bonito; 3) Indicação nº 543: Placas indicativas na região de Passa Cinco da Estação; c) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 544: Rotatória para veículos no Bairro Jardim América; 2) Indicação nº 545: Contenção de avanço de rio nos Carmos. Às dezenove horas e trinta minutos, aberta a Ordem do Dia, foi lido o Parecer nº 19, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Resolução nº 309. Após, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Resolução nº 309, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que regulamenta o sítio oficial da Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. Encerrada a discussão, o Projeto de Resolução nº 309 foi colocado em única discussão e aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente perguntou se algum Vereador desejava usar a palavra, quando então o Vereador Agildo José dos Reis disse que o Sr. Prefeito respondeu aos seus requerimentos tarde demais; comentou que, quando entra com requerimento pela Câmara, também o faz como pessoa física; disse que ainda está faltando a resposta para o requerimento sobre os gastos com a Exposição Agropecuária e com as revistinhas, assuntos que ele está precisando; o Vereador Agildo solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que emprestasse o veículo da Câmara ao servidor Ramon, para fazer o percurso das linhas K e A, do transporte escolar, para medir a quilometragem percorrida e verificar se confere com o informado. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e trinta e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Jorge Luís Martins Soares

Agildo José dos Reis

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Fabício Fernandes Costa Caiafa

Ata da Septuagésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas e seis minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (71ª sessão ordinária, de 02/08/2012). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, em atendimento ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de junho e julho de 2012. Após, o Sr. Presidente determinou a tramitação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista: Altera a redação do caput do art. 93, referente à publicação, enquanto se aguarda o parecer da Comissão de Legislação. Seguindo na pauta, permaneceram tramitando o Parecer jurídico ao Projeto de Lei Complementar nº 15 e o Projeto de Lei Complementar nº 15, do Vereador Agildo José dos Reis, que altera a Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, no que se refere à propaganda volante, enquanto se aguarda os pareceres da Comissão de Legislação e da Comissão de Serviços. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.511, do Vereador Agildo José dos Reis, que denomina rua com o nome de Eduardo Dalmoro no Bairro Jardim América. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da Comissão de Legislação. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.512, da Mesa Diretora, que estabelece o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para o mandato de 2013 a 2016 e dá outras providências. O Vereador Agildo José dos Reis perguntou aos vereadores Romeu, Gerardo e Maurílio como foi calculado o subsídio do Prefeito no mandato anterior, quando ele (Agildo) não era vereador e não se lembra. O Vereador Maurílio disse que não sabia informar por não se lembrar, mas que desta vez não se está dando nem um centavo de aumento. O Vereador Agildo disse que a Câmara não tem culpa desse salário mas as pessoas questionam o fato de a Presidente Dilma ter um salário de R\$14.000,00 e o Prefeito de Rio Pomba tem um salário de R\$16.000,00, enquanto que em Juiz de Fora é R\$15.000,00. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças. Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 311, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, que cria o Programa de Capacitação Para Novos Vereadores. O Vereador Agildo José dos Reis sugeriu que o mesmo fosse votado ainda hoje. A Vereadora Alinéa falou do objetivo do seu projeto, que é principalmente ajudar aos novos vereadores a conhecerem a função que estão assumindo. Não havendo necessidade da urgência, o Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças. Continuando nas proposições, foi lido o Projeto de Resolução nº 312, da Mesa Diretora, que estabelece o subsídio dos Vereadores para a legislatura de 2013 a 2016 e dá outras providências. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças. Seguindo, foi lido o Projeto de Resolução nº 313, da Mesa Diretora, que

estima a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal de Rio Pomba para o exercício de 2013. O Sr. Presidente disse que este projeto necessita ser votado hoje, devido ao prazo para encaminhamento ao Executivo para inclusão na proposta orçamentária municipal. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o valor previsto para a sede da Câmara deveria ser aumentado um pouco, para possibilitar ao presidente do ano que vem realizar a compra ou a construção, citando ainda que o valor dessa dotação já foi maior e que o orçamento da Câmara poderia ser de um valor maior. O Vereador Maurílio disse que isso é posto somente para dar uma abertura; disse que os ex-presidentes sabem que o Presidente da Câmara não faz nada sem a autorização do Prefeito e dos Vereadores; comentou que o pessoal do Banco do Brasil está dizendo que irá precisar do imóvel, de forma que a Câmara terá que comprar um lote central para a sede, vendendo o lote atual, com a concordância do Prefeito e a aprovação dos vereadores; disse que o valor constado é apenas para dar uma iniciativa no projeto. O Vereador Romeu disse que poderia ter sido construída a sede no lote. O Vereador Maurílio disse que tentou construí-la, quando surgiu uma residência no centro da cidade à venda e a maioria dos vereadores foi contra; disse que o povo questionará se a Câmara colocar um milhão e trezentos mil em seu orçamento. O Vereador Hermann disse que existe artigo autorizando a abertura de créditos suplementares. O Vereador Maurílio disse que basta fazer uma abertura de crédito se a Câmara decidir comprar uma sede. O Vereador Jorge Luís Martins Soares, como Presidente da Comissão de Finanças, disse que irá pedir vistas para entender melhor o projeto. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o projeto precisa ser aprovado este mês e lembrou que é possível pedir a abertura de crédito; disse não estar entendendo o Vereador Jorge porque este foi contrário à compra da sede. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que foi contra porque achou um valor absurdo pela casa onde se teria que gastar mais dinheiro para a reforma. O Vereador Maurílio disse que eram novecentos metros quadrados pelo valor de R\$400.000,00. O Vereador Jorge disse que se sentiu traído por ter sido o último a saber da informação de que se estava negociando a casa e que a sua opinião não valeria; comentou que, na sua opinião, não era a hora de fazer aquela compra e que o Banco do Brasil também não pode despejar a Câmara assim de uma hora para outra; disse que, se houver possibilidade de abertura de crédito, estará tudo bem e se manifestou a favor. Então, havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Projeto de Resolução nº 313 foi colocado em discussão ainda no Expediente. O Sr. Presidente consultou a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e esta, por unanimidade, manifestou-se favorável ao projeto. Encerrada a discussão, o Projeto de Resolução nº 313 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 542: Realização do Torneio de Férias em janeiro; b) do Vereador Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 547: Redutores de velocidade. Às dezenove horas e quarenta e três minutos, aberta a Ordem do Dia, foi lido o Parecer nº 20, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.510. Em seguida, foi colocado em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.510, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que denomina rua com o nome de João Carlos de Abreu Rocha no Bairro Jardim América. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo

Plenário, a pedido do autor, o Projeto de Lei nº 1.510 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que se considera pertencente à família do Dr. João, agradeceu pela aprovação do projeto e ao autor, Vereador Maurílio, fazendo também agradecimento ao Vereador Agildo, que primeiramente lembrou do nome do Dr. João Carlos. O Vereador Agildo José dos Reis disse que recebeu informações da Prefeitura sobre os gastos com a realização da exposição agropecuária em 2012, que totalizam R\$431.084,80, e citou os valores correspondentes às despesas com detalhamento por natureza; disse que também foi informado pela Sra. Maria Vitória Ferreira Mendes, contadora da Prefeitura, sobre os custos das revistas informativas, cuja primeira edição custou R\$3.000,00, a segunda custou R\$2.748,00 e a terceira edição custou R\$6.900,00; o Vereador Agildo informou ainda que o custo mensal pela prestação de serviço de assessoria de comunicação, a cargo da empresa Futuro Comunicação Ltda., é de R\$5.390,00 desde maio, de forma que a Prefeitura, através dessa administração, paga R\$159.000,00 por ano de de publicidamente somente à empresa citada, além de site e do jornal O Imparcial, o que é uma vergonha para uma cidade onde não se tem uma ambulância de UTI e onde o hospital, de janeiro a maio deste ano, já tem uma dívida de R\$159.000,00, valor que já está vindo para a Câmara segunda ou terça-feira. O Vereador Jorge Luís Martins Soares comentou que a sua Indicação nº 543 será atendida pelo DER/Ubá; parabenizou a Secretária de Educação Municipal, as professoras e diretoras, pela nota conquistada no IDEB, comprovando que a Educação em Rio Pomba continua progredindo; citou que a nota da última avaliação da rede municipal de ensino foi de 6,00, quando a Nota Brasil estabelecida pelo Governo em 2011 era de 4,6; comentou que a nota anterior, quando começou a administração do Dr. Fernando, foi de 5,2, então havendo ganhos e sinalizando que a educação municipal está em boas mãos e a existência de um ensino público de qualidade. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, tendo em vista o feriado de sete de setembro, na sexta-feira, sugeriu que a próxima sessão ordinária, prevista para o dia seis de setembro, seja antecipada para o dia cinco de setembro, quarta-feira. O Sr. Presidente consultou o Plenário e então se decidiu unanimemente pela antecipação, conforme sugerido. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Jorge Luís Martins Soares

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Agildo José dos Reis

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Fabrício Fernandes Costa Caiafa

Ata da Septuagésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia cinco de setembro de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (72ª sessão ordinária, de 16/08/2012). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Passando às correspondências, foram lidos: a) comunicado do Promotor de Justiça sobre abertura de inquérito do posto de saúde do Parque de Exposições na gestão 1993/1996; b) carta do hospital sobre dilatação do prazo para envio de informações. O Vereador Agildo José dos Reis disse que as informações solicitadas ao hospital são devido a um requerimento seu; comentou sobre a situação financeira do Hospital São Vicente de Paulo e disse que entrou com uma representação, nesta data, junto ao Ministério Público para o fornecimento das informações o mais rapidamente possível; disse que o Sr. Presidente da Câmara observou o que determina a lei mas a empresa Multihospitalar não cumpriu com a Câmara e, no seu entender, está esperando passarem as eleições. Passando às proposições, o Sr. Presidente, por estar aguardando o parecer da Comissão de Legislação, determinou a tramitação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista, que altera a redação do caput do art. 93, referente à publicação. Também seguiram tramitando, enquanto aguardam o parecer das comissões de Legislação e de Serviços, o Parecer jurídico ao Projeto de Lei Complementar nº 15 e o Projeto de Lei Complementar nº 15, do Vereador Agildo José dos Reis, que altera a Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, no que se refere à propaganda volante. Após, foram lidas as seguintes emendas ao Projeto de Lei nº 1.512: *Modificativa nº 1*, dos Vereadores Agildo José dos Reis e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça; *Supressiva nº 2*, dos Vereadores Agildo José dos Reis e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça; e *Supressiva nº 3*, dos Vereadores Agildo José dos Reis e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça. Em seguida, foi lido o Parecer nº 16, da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei nº 1.512. Após, foi lido o Requerimento nº 163, da Mesa Diretora, requerendo o regime de urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.512 e as emendas. Colocado em votação, o Requerimento nº 163 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente colocou em discussão, ainda no Expediente, as três emendas apresentadas pelos Vereadores Agildo e Hermann. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que em cada legislatura, no último ano, a Câmara fixa o subsídio para a seguinte, porque o Vereador não pode aumentar o próprio subsídio, legislando em causa própria; disse que, junto com o Vereador Agildo, apresentou três emendas ao Projeto de Lei nº 1.512, a primeira delas reduzindo o subsídio do Prefeito de R\$16.419,58 para R\$12.000,00; disse que essa redução não foi calculada aleatoriamente, mas sim para adequar à realidade do nosso município, porque no mandato anterior o salário do Prefeito aumento de nove para treze mil reais; referindo-se aos valores dos subsídios

dos Prefeitos de Juiz de Fora e de Ubá, disse não achar correto aprovar um subsídio de dezesseis mil reais para Rio Pomba, que é muito menor que as cidades mencionadas; com relação ao terço de férias e ao décimo terceiro subsídio, disse que o tema é polêmico sob o aspecto jurídico, porque existem decisões da Justiça entendendo serem inconstitucionais e outras o contrário; o Vereador Hermann disse se filiar à corrente que entende tais pagamentos como inconstitucionais, porque o art. 39, § 4º, da Constituição Federal é claro nesse sentido ao vedar o acréscimo de qualquer gratificação ou adicional, sendo que ele (Hermann) entende como tais a gratificação natalina e o adicional de férias; comentou que, na legislatura anterior, foi previsto o pagamento do décimo terceiro e do terço de férias aos agentes políticos, sendo que o Ministério Público, em 2009, recomendou que fossem vetados tais pagamentos, o que foi feito pela Câmara no mesmo ano; disse que, em 2010, a Câmara revogou as leis revogadoras e ripristinou os efeitos da lei original, concedendo aos agentes políticos o direito ao recebimento do 13º subsídio e do terço de férias; comentou que votou contra tal proposta e que, posteriormente, devolveu aos cofres públicos os valores recebidos a título de décimo terceiro e terço de férias referentes aos anos de 2010 e 2011; disse entender que, além de ilegal, tais pagamentos são imorais, e que os agentes políticos não precisam disso e devem dar exemplo à população; comentou que a Constituição Federal é de 1988 e que até 2010 nenhum Vereador havia recebido décimo terceiro e terço de férias; disse que outro ponto interessante das emendas é a economia de R\$133.734,12 que será gerada, totalizando R\$530.000,00 ao longo de quatro anos e que poderá ser investido em áreas como médicos, saneamento básico ou professores. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que simplesmente está sendo seguida a lei, pois quando se aprovou o 13º salário e depois se revogou o mesmo, foi sob uma ordem de que seria inconstitucional, mas que depois teve de volta, do próprio Tribunal de Contas, falando que os agentes políticos teriam direito ao décimo terceiro, de modo que os vereadores simplesmente cumpriram a lei; perguntou se o Vereador Hermann achava justo o secretário municipal, que trabalha a partir das sete da manhã, sem hora de parar, não receber o décimo terceiro salário, pois acha que isso é injusto. O Vereador Hermann disse entender a colocação do Vereador Maurílio, mas que segue o que está na Constituição (o Vereador Hermann); disse que sua intenção não é prejudicar os secretários, mas aplicar a lei e a Constituição. O Vereador Agildo José dos Reis disse que assinou as emendas e entende o Vereador Hermann, mas deixou claro que o Supremo Tribunal Federal permitiu que o funcionalismo de confiança, de cargo comissionado, tivesse direito ao décimo terceiro, tanto o vereador quanto o secretário; disse que, hoje, entende que esses recursos devem ser devolvidos à Prefeitura e que não houve má fé, pois simplesmente o Ministério Público alertou a esta Casa que os agentes políticos não poderiam receber, depois do que o Supremo decidiu e os vereadores revogaram a lei revogadora. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis perguntou por que o Vereador Agildo foi um dos primeiros a concordar com o aumento para que os vereadores recebessem o décimo terceiro. O Vereador Agildo José dos Reis disse que não foi o primeiro a concordar, porque a lei foi aumentada na gestão em que o Sr. Maurílio era Vereador, no mandato passado, e foi o Vereador Maurílio quem aprovou a lei; o Vereador Agildo disse que havia perdido a eleição e ido embora, que recebeu sim neste mandato e agora assinou a emenda

junto com o Vereador Hermann, porque a lei federal permitiu e ele (Agildo) recebeu, mas os Vereadores poderão revogá-la. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que aprovou a lei sim, em 2008, mas que o Vereador Agildo foi um dos primeiros Vereadores, dentre os atuais, a pedir a volta da lei. O Vereador Agildo comentou que, quando os vereadores se reuniram, disse que se, a decisão do Supremo Tribunal Federal permitia, que os Vereadores recebessem, sendo que foi isso que ele (Agildo) questionou ao Sr. Presidente. O Vereador Jorge Luís Martins Soares manifestou o seu voto contra às três emendas e disse que, como o próprio Vereador Agildo comentou, não se está fazendo nada contra a lei ao aprovar o décimo terceiro e o terço de férias; disse que cada caso é um caso e não se pode generalizar as comparações, pois se assim fosse os vereadores de Rio Pomba teriam que ganhar mais em comparação aos de Juiz de Fora; disse que tanto os secretários quanto o Prefeito e os Vereadores se dedicam vinte e quatro horas em favor da comunidade e querem o bem comum da cidade; comentou que é visto que todos os secretários têm progredido os setores da Prefeitura, incontestavelmente, com o apoio do Sr. Prefeito; disse não saber o quanto ganha um Defensor Público em Rio Pomba, em classe especial, se é menos do que um Defensor Público de outro lugar, mas que não deveria haver essa distinção; mais uma vez disse votar contra as emendas porque é favorável que o Prefeito e os secretários tenham seus aumentos reconhecidos, sendo que nunca viu isso de baixar salários e citou o salário mínimo que está aí e os patrões precisam pagar os empregados, pois todos precisam do dinheiro para sobreviver; comentou que a administração merece a confiança, tendo assumido com as certidões negativas e hoje estando todas controladas e com uma reforma previdenciária realizada; comentou que, para conseguir isso, o Sr. Prefeito não cumpriu oito horas diárias de trabalho, mas teve horas de estrada, de apoio, de sono perdido, o que é notório; disse que confia em todos os que estão prestando serviço nesta administração. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que a Câmara Municipal procura fazer todas as coisas na legalidade e com base na moralidade e nas coisas certas; lembrou que, há poucos dias atrás, a Câmara votou para não aumentar o número de vereadores na próxima legislatura, contrariando a lógica de que seria muito mais fácil aumentar para onze lugares e facilitar a reeleição; com relação à legalidade do décimo terceiro e do terço de férias, disse que isso é discutível e que a maioria das decisões, como do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça de Minas, são a favor do décimo terceiro; leu algumas matérias sobre esse assunto e disse que a redução salarial é extremamente inviável, pois não foi esta legislatura que votou o subsídio atual do Prefeito; disse que não é a favor de aumentar o valor, mas também não é a favor de reduzi-lo, considerando que a emenda é uma medida populista para conseguir votos, o que está muito claro, não por parte do Vereador Hermann, que não é mais candidato; informou que em Tabuleiro houve um aumento de 27% para o Prefeito e os Vereadores; que em Mercês 33%; em Silveirânia aproximadamente 30%; em Tocantins 25%; em Piraúba 27% e esta Casa é a única que não está dando aumento algum na região. O Vereador Agildo José dos Reis disse que não se trata de emenda populista, porque as pessoas cobraram os Vereadores nas ruas sobre o décimo terceiro; disse que, se o povo não quer que pague o décimo terceiro a vereador, ao Prefeito e aos secretários, ele, como Vereador, sendo candidato ou não, não poderia deixar de assinar a emenda com o

seu colega Vereador Hermann, sabendo que o dinheiro pode ir para outras aplicações; o Vereador Agildo disse que votará a favor de todas as emendas e acreditar que todos os que estão aqui dentro sabem quais vereadores votarão a favor e contra a emenda, e pediu que as pessoas guardem isso muito bem, porque elas sabem do que ele está falando. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o povo lhe tem cobrado nas ruas, quando ele bate em suas casas para pedir voto e diz que é Vereador, se ele é quem foi preso com drogas. O Vereador Agildo José dos Reis interrompeu o Vereador Jorge e disse que este está misturando. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que não está misturando e está falando ao Vereador Agildo o que o povo lhe cobra quando bate às portas, se foi ele, sendo que responde “eu não sou”; disse que pode ter todos os defeitos, mas este ainda não, apesar de que pode cometê-lo futuramente porque não se sabe o dia de amanhã; disse que não foi ele quem foi autuado. O Vereador Agildo José dos Reis pediu ao Vereador Jorge se ele poderia repetir o que disse, que bate às portas para o quê? O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que está batendo às portas e visitando as famílias, as casas, porque estão em campanha. O Vereador Agildo José dos Reis pediu para constar em ata as palavras do Vereador Jorge, porque daquela porta para dentro não se pode falar em política, fato que ele, Agildo, levará ao Ministério Público. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que tem imunidade parlamentar aqui dentro. O Vereador Agildo José dos Reis cobrou do Sr. Presidente da Câmara que o assunto está sendo desviado do debate das emendas para outro assunto; disse que o assunto é o salário do Prefeito e não quem foi preso lá fora. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que não está falando quem foi preso, mas a pergunta que as pessoas lhe fazem. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que também é contra, porque o Prefeito, o Vice-Prefeito e os secretários, todos são trabalhadores que deixam suas casas e vão trabalhar oito ou dez horas, sendo que qualquer trabalhador tem direito ao décimo terceiro e ao terço de férias; disse para as pessoas olharem a cidade como está e que é difícil, no final de gestão, votar nesse projeto; disse que sua impressão hoje é de se tratar de uma jogada política. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse que também é contra as emendas e lembrou ao Vereador Agildo, quando este disse que da porta para dentro não se fala em política por estarmos em período eleitoral, que ele próprio (Agildo) pediu às pessoas para observarem bem em quem elas irão votar, o que, no seu entendimento (da Vereadora Alinéa) é política sim. O Vereador Romeu Moreira Batista disse nada do que está acontecendo nesta Casa é fora do normal, porque a Câmara teve o maior cuidado quando aprovou o décimo terceiro e as férias, em 2008, quando ele era o Presidente da Câmara e o Prefeito era o Sr. Giovanni Baía; disse que nada foi feito às escondidas e que foi consultado o Tribunal de Contas, mas que agora o Sr. Presidente da Câmara cometeu um erro de deixar muito em cima da hora, sendo que o Vereador Agildo sabe que tem que tirar proveito disso sendo um candidato da oposição; disse que o Vereador Agildo está certo e que faria o mesmo em seu lugar; disse que os Vereadores erraram no salário do Prefeito, que ganhava um vencimento mais dois terços, assim como o Presidente da Câmara na época, porque esses dois terços foram juntados ao vencimento para formar o salário do Prefeito, num aumento de aproximadamente quarenta por cento, apesar de haver onze anos que não se aumentava, justamente porque os Presidentes da Câmara não tinham peito para votar

o assunto; comparou a situação com a defasagem salarial que sofrem os servidores municipais perante os aumentos do salário mínimo; disse que não é o dono da verdade mas que está falando com conhecimento e com muita responsabilidade perante o seu eleitorado; parabenizou aos Vereadores Hermann e Gerardo, que se manifestaram contra o décimo terceiro mas foram os únicos que devolveram os valores, enquanto houve Vereadores que se manifestaram contra o décimo terceiro mas depois receberam. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que, como homens públicos, é preciso que os Vereadores sempre se manifestem e mantenham o respeito à opinião dos colegas; disse que não está aqui para apoiar política de lado algum, inclusive deixou a política e não quer que ninguém faça política usando o seu nome, porque está neutro nesta eleição; disse ser favorável às emendas pela explicação dada pelo Vereador Hermann, a quem considera um excelente advogado, amigo e pessoa de confiança, não querendo dizer que desconfia dos demais Vereadores pois cada um tem o direito de manifestar à sua forma; agradeceu pelas palavras do Vereador Romeu e disse que realmente, assim como o Vereador Hermann, devolveu os valores do décimo terceiro e do terço de férias, por ser questionável a sua legalidade. O Sr. Presidente deu por encerrada a discussão das emendas e anunciou que as colocaria em votação; explicou que a Emenda nº 01, Modificativa, reduz o salário do Prefeito de R\$16.419,58, mesmo valor atual, para R\$12.000,00. A Emenda nº 01 - Modificativa, foi rejeitada por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; recebendo 03 (três) votos favoráveis dos Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Agildo José dos Reis. Após, o Sr. Presidente colocou em votação a Emenda nº 02, Supressiva, que retira o décimo terceiro dos agentes políticos. A Emenda nº 02 – Supressiva, foi rejeitada por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; recebendo 03 (três) votos favoráveis dos Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Agildo José dos Reis. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que gostaria de votar favorável ao décimo terceiro para os secretários municipais, mas infelizmente é tudo ligado; disse que chegou a comentar com o Vereador Hermann que não deveria mexer nos secretários, mas na lei está tudo embutido e não tem jeito dele separá-la, de modo que foi favorável à emenda. Após, o Sr. Presidente colocou em votação a Emenda nº 03, Supressiva, que retira as férias remuneradas dos agentes políticos. A Emenda nº 03 – Supressiva, foi rejeitada por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; recebendo 03 (três) votos favoráveis dos Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Agildo José dos Reis. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.512, da Mesa Diretora, que estabelece o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para o mandato de 2013 a 2016 e dá outras providências. O Projeto de Lei nº 1.512 foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes

Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; e recebeu 03 (três) votos contrários dos Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Agildo José dos Reis. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.513, do Vereador Agildo José dos Reis, que denomina rua com o nome de Cipriano dos Reis Coutinho no Bairro Jardim América. O Sr. Presidente remeteu este projeto à Comissão de Legislação. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.514, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, que denomina praça com o nome de Joaquim da Mota Campos no Bairro Jardim América. O Sr. Presidente remeteu este projeto à Comissão de Legislação. Em seguida, foi lido o Projeto de Lei nº 1.515, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que denomina rua com o nome de José Lima de Oliveira no Bairro Jardim América. O Sr. Presidente remeteu este projeto à Comissão de Legislação. Seguindo na pauta, foram lidas as seguintes emendas ao Projeto de Resolução nº 312: *Supressiva nº 1*, dos Vereadores Agildo José dos Reis e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça; *Supressiva nº 2*, dos Vereadores Agildo José dos Reis e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça. Após, foi lido o Parecer nº 17, da Comissão de Finanças, ao Projeto de Resolução nº 312. O Sr. Presidente disse que esse assunto já foi discutido e é a mesma polêmica do décimo terceiro dos vereadores; anunciou que colocaria em votação as duas emendas. A Emenda nº 01 - Supressiva, e a Emenda nº 02 – Supressiva, foram colocadas em votação e rejeitadas por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; recebendo 03 (três) votos favoráveis dos Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Agildo José dos Reis. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça justificou o seu voto dizendo que é contra o décimo terceiro e o terço de férias para os vereadores mediante o que estabelece o art. 39, § 4º, da Constituição Federal, e citou decisão publicada no dia nove de março, na Folha de São Paulo; o Vereador Hermann questionou o art. 4º do projeto de resolução, pois este considera, para efeito de gozo de férias anuais, o recesso do mês de janeiro, e questionou o Vereador Hermann como se faria no último ano do mandato. Após, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 312, da Mesa Diretora, que estabelece o subsídio dos Vereadores para a legislatura de 2013 a 2016 e dá outras providências. O Projeto de Resolução nº 312 foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Alinéa Cristina Lamas, Jorge Luís Martins Soares e Romeu Moreira Batista; e recebeu 03 (três) votos contrários dos Vereadores: Agildo José dos Reis, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Gerardo Magela Alves Menezes. Dando sequência, foi lido o Requerimento nº 162, do Vereador Agildo José dos Reis, requisitando informações sobre obra na Praça Vereador Mundico. O Vereador Agildo José dos Reis perguntou à Vereadora Maria do Carmo se ela poderia lhe dar uma informação. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que o Vereador Agildo já fez o requerimento e deve esperar a informação da Prefeitura. O Vereador Agildo José dos Reis disse que a empresa que executa a obra é a Camaq, a mesma que ele já denunciou ao Ministério Público em outro contrato; disse que as pessoas lhe perguntam sobre o valor da obra ser de R\$37.000,00 e se seria somente aquilo que foi feito, sendo que lá consta apenas um passeio e meio-fio, apesar de

não saber se a obra terminou. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes interrompeu e disse que quando o Vereador Agildo ganhar para Prefeito a obra fica pronta. O Vereador Agildo José dos Reis disse que a Vereadora Maria do Carmo está misturando as coisas. Votado, o Requerimento nº 162 foi aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo J. Reis: 1) Indicação nº 551: Regularização da torre de retransmissão de TV; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 549: Padronização de quebra-molas; 2) Indicação nº 550: Colocação de quebra-molas; 3) Indicação nº 552: Construção da sede do CRAS; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 546: Asfaltamento de ruas; 2) Indicação nº 553: Colocação de poste de iluminação no Bairro Santa Isabel; d) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 548: Asfaltamento de ruas do Bairro Nossa Senhora das Graças. Após, foi lida a Moção nº 59, do Vereador Agildo José dos Reis, de pêsames pelo falecimento de Dom Hélio Gonçalves Heleno. O Vereador Agildo José dos Reis falou sobre a saudosa passagem do então Padre Hélio por nossa cidade; pediu ao Sr. Presidente que enviasse a moção também às paróquias de Rio Pomba. Colocada em votação, a Moção nº 59 foi aprovada por unanimidade. Às vinte horas e trinta minutos, aberta a Ordem do Dia, foram lidos o Parecer nº 22, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Resolução nº 311, e o Parecer nº 15, da Comissão de Finanças, ao Projeto de Resolução nº 311. Em seguida, foi colocado em única discussão o Projeto de Resolução nº 311, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, que cria o Programa de Capacitação Para Novos Vereadores. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que irá votar contra o projeto por achar que ele deixa o Presidente da Câmara em dificuldade, porque cabe a este manejar o orçamento, o que lhe impõe uma responsabilidade muito grande inclusive perante o Tribunal de Contas; disse que todos os Presidentes da Câmara terão a preocupação com a capacitação dos vereadores, mas o projeto aperta muito o Presidente da Câmara, embora a ideia seja excelente. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça endossou as palavras do Vereador Gerardo, embora ache louvável a intenção da Vereadora Alinéa, e disse que também votará contra porque entende que o Vereador deve fazer cursos de capacitação com recursos próprios e não públicos. Colocado em votação, o Projeto de Resolução nº 311 foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; recebendo 03 (três) votos contrários dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Agildo José dos Reis. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse que a Câmara Municipal costuma devolver, ao final do ano, mais de R\$270.000,00, e que R\$10.000,00 retirados para oferecer de ajuda a um vereador desta Casa para que se inteire mais do papel que vem a fazer aqui não fará tanta diferença. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que em seu mandato de Presidente da Câmara os vereadores fizeram curso de capacitação, que no mandato do ex-Presidente Romeu Moreira Batista sempre fizeram, assim como no mandato do Presidente Maurílio, e não existe projeto; disse achar que, sinceramente, esse projeto não tem função nenhuma porque dependerá da assinatura do Presidente da Câmara. Seguindo, foi lida a conclusão do Parecer nº 21, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.511, e colocado em primeira

discussão o Projeto de Lei nº 1.511, do Vereador Agildo José dos Reis, que denomina rua com o nome de Eduardo Dalmoro no Bairro Jardim América. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Projeto de Lei nº 1.511 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes parabenizou ao Vereador Maurílio pelo projeto aprovado na sessão anterior que denomina rua com o nome de João Carlos de Abreu Rocha; ressaltou o caráter, a amizade e o companheirismo do Dr. João Carlos; disse que conversou com o filho do Dr. João Carlos, Rodrigo, e este, em nome da família, pediu para agradecer ao Vereador Maurílio e a todo o Plenário da Câmara; o Vereador Gerardo agradeceu ao Vereador Agildo pela lembrança do nome do Dr. Eduardo Dalmoro. O Vereador Agildo José dos Reis disse que fez um pedido ao Sr. Presidente da Câmara e ainda não obteve resposta; disse que a Câmara aprovou um requerimento seu pedindo informações sobre as rotas do transporte escolar, sobre o qual ele não obteve resposta, foi ao Ministério Público e conseguiu a resposta do Sr. Prefeito no dia vinte de agosto; o Vereador Agildo detalhou o trajeto da linha “K” e disse que, segundo as informações, o veículo percorre cento e dois quilômetros por dia; perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se ele irá autorizar o seu pedido, para que o servidor da Câmara, Ramon, possa ir conduzindo o carro da Câmara com ele (Agildo) para verificar se realmente roda os 102 quilômetros que constam na resposta do Prefeito. O Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, disse que o poderia ir sim, pois o carro da Câmara está aí para isso mesmo. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Jorge Luís Martins Soares

Agildo José dos Reis

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Fabício Fernandes Costa Caiafa

Ata da Septuagésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia vinte de setembro de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (73ª sessão ordinária, de 05/09/2012). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, em atendimento ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de agosto de 2012. Enquanto aguarda o parecer da Comissão de Legislação, continuou tramitando a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista, que altera a redação do caput do art. 93, referente à publicação. Também permaneceu tramitando, enquanto aguarda os pareceres das Comissões de Legislação e de Serviços, o Parecer jurídico ao Projeto de Lei Complementar nº 15, e o Projeto de Lei Complementar nº 15, do Vereador Agildo José dos Reis, que altera a Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, no que se refere à propaganda volante. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.516, do Vereador Romeu Moreira Batista, que declara de utilidade pública o Bike Clube Rio Pomba. O autor pediu ao Sr. Presidente que consultasse ao Plenário quanto à deliberação deste projeto ainda hoje. Então, havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, designando o Vereador Agildo José dos Reis para substituir o Vereador Romeu Moreira Batista, na forma do art. 72 do Regimento Interno. Esta, pela unanimidade dos seus membros, manifestou-se pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.516. Então, o Sr. Presidente colocou em discussão, ainda no expediente o Projeto de Lei nº 1.516. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.516 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: 1) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: a) Indicação nº 556: Aparelhos de ginástica ao ar livre no Distrito Industrial; 2) do Vereador Gerardo Magela Alves Menezes: a) Indicação nº 457 – 2ª edição: Colocação de placas com os nomes das ruas e praças no Bairro Santa Helena; 3) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: a) Indicação nº 557: Muro de contenção no Bairro Sol Nascente; b) Indicação nº 558: Torre de telefonia celular em zona rural; 4) do Vereador Romeu Moreira Batista: a) Indicação nº 554: Instalação de guaritas para os chapas; b) Indicação nº 555: Cobertura das mesas que serão instaladas à Av. Raul Soares. Às dezenove horas e quinze minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Parecer nº 23, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.513. Após, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.513, do Vereador Agildo José dos Reis, que denomina rua com o nome de Cipriano dos Reis Coutinho no Bairro Jardim América. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.513, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Dando continuidade, foi lido o Parecer nº 25, da Comissão de Legislação, ao Projeto

de Lei nº 1.514. Após, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.514, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, que denomina praça com o nome de Joaquim da Mota Campos no Bairro Jardim América. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.514, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Parecer nº 24, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.515. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.515, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que denomina rua com o nome de José Lima de Oliveira no Bairro Jardim América. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.515, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Dada a palavra livre, o Vereador Agildo José dos Reis disse que, na sessão anterior, o Sr. Presidente da Câmara autorizou a sua solicitação de uso do carro da Câmara para verificar a quilometragem da linha K do transporte escolar; disse que, no dia dez de setembro, ele (Vereador Agildo), o Sr. Presidente da Câmara e o servidor Ramon Machado de Oliveira, este conduzindo, saíram no veículo da Câmara para percorrer a linha K, como solicitado, quando o Sr. Presidente da Câmara recebeu um telefone e decidiu retornar à sede, estando nas proximidades da saída do Bairro Santa Isabel; o Vereador Agildo disse que, depois disso, o Sr. Presidente da Câmara autorizou o uso do carro, porém que o Vereador Agildo fosse acompanhado por uma comissão; perguntou ao Sr. Presidente quem eram os membros da referida comissão. O Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, disse que designou os Vereadores Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares e o próprio Vereador Agildo José dos Reis. O Vereador Agildo José dos Reis perguntou aos demais membros da comissão qual data poderiam sair para percorrer o trajeto no carro da Câmara. O Vereador Jorge Luís Martins Soares pediu que seja feito contato com ele na próxima segunda-feira para marcarem a data. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e vinte e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Jorge Luís Martins Soares

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Agildo José dos Reis

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Fabício Fernandes Costa Caiafa

Ata da Septuagésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia quatro de outubro de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (74ª sessão ordinária, de 20/09/2012). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Neste momento, compareceu à sessão Vereador Agildo José dos Reis. Foram lidas as seguintes correspondências: a) convite para a entrega de certificados de dispensa de incorporação, da 160ª Junta do Serviço Militar; b) convite da Academia de Letras para o Festival de Poesias. Enquanto aguarda o parecer da Comissão de Legislação, continuou tramitando a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista, que altera a redação do caput do art. 93, referente à publicação. Também permaneceu tramitando, enquanto aguarda os pareceres das Comissões de Legislação e de Serviços, o Parecer jurídico ao Projeto de Lei Complementar nº 15, e o Projeto de Lei Complementar nº 15, do Vereador Agildo José dos Reis, que altera a Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, no que se refere à propaganda volante. A seguir, foram lidos a mensagem e o texto do Projeto de Lei nº 1.517, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2013. O Sr. Presidente determinou a tramitação deste projeto e anunciou que os vereadores têm quinze dias para apresentarem emendas. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: 1) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: a) Indicação nº 559: Praça à Rua Diógenes Coelho Gomes; b) Indicação nº 560: Guard-rail na Rua Henrique Dias Saraiva; c) Indicação nº 561: Asfaltamento de trecho da Rua Divino de Oliveira; 2) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: a) Indicação nº 562: Providências em vila do bairro Santa Isabel; b) Indicação nº 563: Limpeza da Av. Manoel Fernandes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Jorge Luís Martins Soares

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Fabrício Fernandes Costa Caiafa

Ata da Septuagésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia dezoito de outubro de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; ausente o Vereador Agildo José dos Reis; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (75ª sessão ordinária, de 04/10/2012). Votada, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Foram lidas as seguintes correspondências: a) convite do Interlegis para cursos a distância; b) convite da Emater para evento no Ifet amanhã; c) convite da Academia de Letras para o dia vinte. Enquanto aguarda o parecer da Comissão de Legislação, continuou tramitando a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista, que altera a redação do caput do art. 93, referente à publicação. O Vereador Romeu Moreira Batista solicitou ao Sr. Presidente que a Assessora Jurídica da Câmara emitisse um parecer sobre a proposta de emenda; e o Sr. Presidente assim determinou. Também permaneceu tramitando, enquanto aguarda os pareceres das Comissões de Legislação e de Serviços, o Parecer jurídico ao Projeto de Lei Complementar nº 15, e o Projeto de Lei Complementar nº 15, do Vereador Agildo José dos Reis, que altera a Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, no que se refere à propaganda volante. A seguir, o Sr. Presidente encaminhou à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas o Projeto de Lei nº 1.517, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2013. O Sr. Presidente disse que na próxima sessão, no dia primeiro de novembro, haverá a audiência pública para apresentação e discussão da proposta orçamentária. Tendo em vista o feriado de finados, alguns vereadores solicitaram que a sessão do dia primeiro de novembro fosse adiada. Após consenso, o Plenário aprovou a mudança da sessão para o dia 06 (seis) de novembro, terça-feira, às dezenove horas, data em que se realizará então a audiência pública da proposta orçamentária para 2013. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 568: Programa Saúde da Família Rural; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 379-3ª edição: UBS no Lindo Vale; 2) Indicação nº 496-2ª edição: Área de lazer à Rua Prefeito Messias Pereira Baía; 3) Indicação nº 564: Redutores de velocidade; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 565: Redutor de velocidade; 2) Indicação nº 566: Providências na Rua Francisco Vieira Bomtempo. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Septuagésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia seis de novembro de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Agildo José dos Reis, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; ausente a Vereadora Alinéa Cristina Lamas; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (76ª sessão ordinária, de 18/10/2012). Votada, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Assumiu as funções de Secretária a Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, na ausência da titular. Seguindo, em atendimento ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de setembro de 2012. Foi lida a seguinte correspondência: a) convite do Ifet para o dia nove de novembro. Seguindo nos trabalhos, o Sr. Presidente deu abertura à audiência pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei nº 1.517 – Substitutivo nº 01, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2013, chamando para fazer uma explanação, representando o Poder Executivo Municipal, o Sr. Gilberto Batista de Almeida. Este, usando de recursos multimídia, iniciou falando sobre o embasamento legal para esta audiência e os seus objetivos, que sobretudo se trata de uma demonstração e discussão da LOA; em seguida fez uma apresentação sobre a proposição encaminhada ao Legislativo. Houve debates e perguntas dos Vereadores. Encerrada a audiência pública e dando sequência aos trabalhos, o Sr. Presidente informou que a Assessora Jurídica da Câmara entregou hoje o seu parecer sobre a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, de forma que se fica aguardando o parecer da Comissão de Legislação e que a referida proposta segue tramitando (Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista, que altera a redação do caput do art. 93, referente à publicação). Seguindo, considerando que as comissões estão em fase de conclusão dos seus pareceres, permaneceu tramitando o Projeto de Lei Complementar nº 15, do Vereador Agildo José dos Reis, que altera a Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, no que se refere à propaganda volante. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 567: Providências na capela mortuária; b) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 570: Redutor de velocidade; c) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 569: Providências no Bairro Belvedere. Às vinte horas e treze minutos, aberta a Ordem do Dia, foi colocado em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.517 – Substitutivo nº 01, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2013. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente disse que a próxima sessão incidirá no feriado de quinze de novembro e consultou para quando será transferida a mesma. Após consenso, o Plenário aprovou a mudança da sessão para o dia 22 (vinte e dois) de novembro, quinta-feira, às dezenove horas. Com a palavra concedida pelo Sr. Presidente, o Vereador Agildo José dos Reis disse ao Vereador Fabrício que não era nada pessoal, mas que estava

encaminhando à FEAM, ao IGAM, ao IBAMA e ao Ministério Público local, além de requerimento que ia apresentar nesta Casa hoje, a respeito da obra que está sendo feita ao lado da agência dos Correios; disse não saber falar, mas que as pessoas estavam lhe questionando sobre a legalidade da obra, até que um dia foi ao local para ver e constatou que ela está praticamente em cima da ponte, de modo que deseja saber se a obra tem amparo legal, por estar próxima ao córrego; disse que citou uma obra, mas que tem outros prédios para baixo da Energisa que também estão sendo construídos dentro do córrego, sendo que muitas vezes passam despercebidas; disse que, se é legal, tudo bem, mas questionou se o município não tem uma metragem dos dois lados do córrego ou se o córrego é área particular. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que, com relação à legalidade, quem deve falar é a Prefeitura, mas que recuaram os sete metros e meio que a lei permite, que tudo está sendo feito, inclusive com a visita do Sr. Marcelo Santiago, funcionário da Prefeitura, que fotografou a obra; disse que, olhando por baixo, dá para ver que tem o recuo; com relação ao Vereador Agildo dizer que não é nada pessoal, o Vereador Fabrício disse achar que é pessoal, porque existem mais de trinta obras na cidade que foram construídas nessa mesma semelhança e até hoje ninguém tinha dado por conta. O Vereador Agildo José dos Reis disse que tomou conhecimento da obra por esses dias e o Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que das outras obras o Vereador Agildo tinha conhecimento. O Vereador Agildo disse que não tinha conhecimento antes, mas somente agora e que haverá novidades nas próximas reuniões. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que tomou conhecimento que o Vereador Agildo iria entrar com um requerimento e então foi diretamente ao Prefeito, quando ficou cabendo que a Prefeitura já havia notificado a obra; disse que realmente a obra não tem cinco metros de afastamento e que o pegão está há menos de um metro do córrego. O Vereador Fabrício disse que o Vereador pode ir lá medir. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que recebeu denúncia também sobre obra de familiares do Sr. Joel Toledo, que também estão construindo; na sua opinião, a obra citada pelo Vereador Agildo está irregular. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que já foi pedido o alvará na Prefeitura e também que será necessário destruir mais de vinte obras na cidade. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes perguntou se a Prefeitura deu o alvará e o Vereador Fabrício respondeu que não, pois ficaram de fazer uma avaliação e não fizeram, conforme todas as outras. O Vereador Agildo José dos Reis disse que a obra está em cima da ponte e o Vereador Fabrício disse que no local não tem ponte. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que a principal obra que a Prefeitura terá que fazer é passar aquilo para a Copasa, canalizar o córrego, de forma que não sabe como será feito com as obras que já estão prontas, mas com relação à obra que está sendo construída e outra que existe perto, questionou como passará um tratamento de esgoto. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que com sete metros e meio distante do córrego dá para passar a tubulação e o Vereador Romeu disse que lá não existe esse afastamento. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que o principal motivo da notificação da Prefeitura foi para saber sobre a propriedade do terreno, pois o mesmo havia sido adquirido pelos Correios da antiga fábrica de tecidos, o que foi comprovado pelo Cartório de Registro de Imóveis. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que o

Código de Obras é muito antigo e, na época em que foi feito, ele era o Presidente da Câmara, ocasião na qual o engenheiro Marcílio sugeriu mais de trinta emendas, podendo haver acertos a serem feitos. O Vereador Fabrício respondeu que sim, inclusive com relação às marquises, que está gerando problemas para o registro dos imóveis no cartório; disse que pretende apresentar esta emenda, mas que o código de obras tem que partir da Prefeitura, pois é ela quem sabe das necessidades de mudanças. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Jorge Luís Martins Soares

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Agildo José dos Reis

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Fabrício Fernandes Costa Caiafa

Ata da Septuagésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (77ª sessão ordinária, de 06/11/2012). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à justificativa da ausência da Vereadora Alinéa Cristina Lamas ocorrida na sessão anterior, visando ao art. 167 do Regimento Interno. Por unanimidade a justificativa foi acolhida. Passando às proposições, foi lido o Requerimento nº 165, do Vereador Agildo José dos Reis, requisitando informações sobre licenciamento de obra na extensão do loteamento Nova Era. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que esteve com o Sr. Francisco, Presidente do América Atlético Clube, e este lhe disse que o problema que houve naquele clube foi por culpa de medidas feitas por eles mesmos, ao fechar uma passagem de escoamento de água com o intuito de evitar a entrada de pessoas sem ingresso durante o campeonato municipal. O Vereador Agildo José dos Reis disse que o seu requerimento é devido às reclamações de várias pessoas residentes nas proximidades do Posto Cacique e do Hotel América; disse que comunicou o fato ao Supervisor do Instituto Estadual de Florestas, ao Pelotão do Corpo de Bombeiros e ao Promotor de Justiça da Comarca; quanto ao comentário feito pelo Vereador Maurílio, disse que alguns sócios do América Atlético Clube dizem que não foi daquela forma. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que o pedido de informações do vereador não tem nada demais e que dará até mais sustentação ao município para o esclarecimento de dúvidas. O Vereador Agildo José dos Reis disse que não pode mais acontecer em Rio Pomba a omissão da Prefeitura com relação aos loteamentos e construções de casas. Colocado em votação, o Requerimento nº 165 foi rejeitado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares e Alinéa Cristina Lamas; recebendo 03 (três) votos a favor dos Vereadores: Agildo José dos Reis, Gerardo Magela Alves Menezes e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça. Em seguida, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 572: Providências em calçada e rua; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 533-2ª edição: Iluminação em vila existente junto à Rua Cel. Antônio Pedro; 2) Indicação nº 571: Municipalização de escola; 3) Indicação nº 573: Iluminação na vila existente junto à Av. Djanira Lucas Esteves; c) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 502-2ª edição: Acessibilidade física para cadeirantes. Sobre a Indicação nº 571, o autor comentou que é um pedido e quem tomará as providências, se cabíveis, será o Executivo; disse que a mesma se origina de pedido de mães desejando a transferência de seus filhos para o Grupo São José; comentou que a indicação não é para ferir ou menosprezar a ninguém. Após, foi lida a Moção nº 60, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, de reconhecimento a Joaquim Alves de Araújo por sua conduta

exemplar e relevantes serviços prestados à comunidade. Votada, a Moção nº 60 foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a Moção nº 61, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, de reconhecimento a José Henrique Marini por sua conduta exemplar e relevantes serviços prestados à comunidade. Votada, a Moção nº 61 foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, foi lida a Moção nº 62, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, de reconhecimento a Solon Moreira Santiago por sua conduta exemplar e relevantes serviços prestados à comunidade. Votada, a Moção nº 62 foi aprovada por unanimidade. Às dezenove horas e dezoito minutos foi aberta a Ordem do Dia e lido o Parecer nº 18, da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei nº 1.517. Após, o Sr. Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.517 – Substitutivo nº 01, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2013. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.517 – Substitutivo nº 01, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido e colocado em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 141, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, que outorga homenagem de honra ao mérito e dá outras providências (placa de honra ao mérito profissional à Sra. Ezilma Sueli Arrighi de Araújo). Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 141 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Antes da discussão da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista, que altera a redação do caput do art. 93, referente à publicação, o Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que a proposta está tramitando há bastante tempo, sempre permanecendo em tramitação, e pediu vistas para a apresentação de emenda. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça endossou o pedido e comentou que a emenda terá a finalidade de suprimir a expressão imprensa “local”. O Plenário unanimemente aprovou o pedido de vistas até a próxima sessão. Então, seguiram tramitando a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, o parecer jurídico à mesma e o Parecer nº 27, da Comissão de Legislação. Seguindo na pauta, foram lidos: a) Parecer jurídico ao Projeto de Lei Complementar nº 15; b) Parecer nº 26, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei Complementar nº 15; c) Parecer nº 2, da Comissão de Obras, ao Projeto de Lei Complementar nº 15. Após, o Sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Complementar nº 15, do Vereador Agildo José dos Reis, que altera a Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, no que se refere à propaganda volante. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça acrescentou aos pareceres das Comissões que, no seu entendimento, o projeto de lei é inconstitucional por vício de iniciativa, pois deveria vir do Executivo ao tratar de administração pública; disse também que a medida restringirá a livre concorrência. O Vereador Agildo José dos Reis disse que algumas pessoas fazem propaganda na cidade apenas para si próprio, e que qualquer pessoa de outra cidade poderá ser chamada sem pagar nada ao município. O Vereador Hermann disse que é necessário sim pagar uma taxa na Prefeitura, independente de onde seja. O Vereador Agildo disse que quem será prejudicado é o pessoal de Rio Pomba mesmo e que trabalham no ramo. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes comentou que as pessoas de Rio Pomba fazem a divulgação dos leilões de São Manoel também nas cidades vizinhas. O Vereador Fabrício Fernandes Costa

Caiafa acrescentou ao comentário da Vereadora Maria do Carmo que, se as Prefeituras das cidades vizinhas resolvem fazer o mesmo, os profissionais de Rio Pomba não poderão ir até lá. O Vereador Fabrício disse concordar se o projeto fosse para haver uma fiscalização maior sobre as pessoas que fazem propaganda e não pagam a taxa de licenciamento. Encerrada a discussão e havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Projeto de Lei Complementar nº 15 foi colocado em votação e rejeitado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; recebendo o voto favorável do Vereador Agildo José dos Reis. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça justificou o seu voto como sendo pela inconstitucionalidade do projeto, no seu entendimento. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes sugeriu a mudança da data da reunião do dia vinte de dezembro. Após consenso, o Plenário decidiu pela antecipação da mesma para o dia 13 (treze) de dezembro. Sobre a entrega da proposta de homenagem de honra ao mérito aprovada, de autoria do Vereador Hermann, o Sr. Presidente consultou e o Plenário deliberou pela sua entrega na sessão ordinária do dia treze, bem como as manifestadas pelas Vereadoras Maria do Carmo e Alinéa, a serem apresentadas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Alinéa Cristina Lamas
Secretária

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Agildo José dos Reis

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Jorge Luís Martins Soares

Fabrício Fernandes Costa Caiafa

Ata da Septuagésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia seis de dezembro de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (78ª sessão ordinária, de 22/11/2012). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, foi feita a leitura da Moção nº 61, de reconhecimento a José Henrique Marini. Após, o autor, Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, pronunciou-se e fez a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. O homenageado, José Henrique Marini, pronunciou-se em agradecimentos. Seguindo, também atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, foi feita a leitura da Moção nº 60, de reconhecimento a Joaquim Alves de Araújo. Após, o autor, Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, pronunciou-se e fez a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. O homenageado, acompanhado de “porta voz”, pronunciou-se em agradecimentos. Atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, na sequência foi feita a leitura da Moção nº 62, de reconhecimento a Solon Moreira Santiago. Após, o autor, Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, pronunciou-se e fez a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. O homenageado, Solon Moreira Santiago, pronunciou-se em agradecimentos. Considerando que a Secretária não se encontrava em condições físicas para a leitura, desta parte em diante as leituras foram feitas pelo Vereador Jorge Luís Martins Soares, secretário *ad hoc*. Dando continuidade, em atendimento ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de outubro de 2012. Após, foi lido convite para a confraternização da Polícia Militar. Em seguida, foi lido relatório da Comissão de Patrimônio, o qual o Sr. Presidente da Câmara colocou à disposição dos Vereadores para a verificação da relação dos bens que serão reclassificados, até o dia 12 de dezembro. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.518, do Executivo, que dispõe sobre concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências. Na sequência, foi lido o Requerimento nº 166, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei 1.518. Votado, o Requerimento nº 166 foi aprovado por unanimidade. Então, visando ao art. 159 do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, pela unanimidade dos seus membros, manifestou-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.518. Então, o Plenário decidiu pela discussão do Projeto de Lei nº 1.518 no próprio Expediente e assim procedeu o Sr. Presidente. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes falou da necessidade, segundo a lei, de as entidades prestarem contas dos seus trabalhos, o que somente é cumprido fielmente pela Associação dos Sem Casa; sugeriu que os vereadores do próximo mandato acompanhem o cumprimento dessa obrigação. O Vereador Agildo José dos Reis

concordou com o Vereador Gerardo e disse que os R\$700.000,00 para o hospital representa poucos recursos, enquanto se paga uma empresa de Muriaé para administrar o hospital a R\$8.000,00 por mês, sendo que o hospital tem dívidas. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.518, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.519, do Executivo, que institui a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CCSIP, e dá outras providências. Após, foi lido o Requerimento nº 168, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei 1.519. Sobre o Requerimento nº 168, o Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que em quinze de setembro de dois mil e nove a Câmara rejeitou projeto semelhante a este, e comentou que houve tempo suficiente para que o Prefeito o reenviasse à Câmara para que o mesmo fosse debatido, como deve ser; sugeriu que o projeto fique em tramitação e se faça reuniões extraordinárias. Votado, o Requerimento nº 168 foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Alinéa Cristina Lamas e Fabrício Fernandes Costa Caiafa; recebendo os votos contrários dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Agildo José dos Reis. Então, visando aos arts. 86 e 159 do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação conjunta das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Obras e Serviços Públicos Municipais. As comissões de Legislação e de Finanças manifestaram-se favoráveis ao Projeto de Lei nº 1.519 pela unanimidade dos seus membros. A Comissão de Serviços Públicos manifestou-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.519 por dois votos a favor (Vereadores Fabrício e Jorge), versos um voto contra (Vereador Agildo). O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa fundamentou o seu voto pela constitucionalidade do projeto embasando-se no art. 149-A, da Constituição Federal. Assim, o parecer conjunto das comissões foi pela legalidade e normalidade do Projeto de Lei nº 1.519. O Sr. Presidente, observando o art. 159, § 2º, do Regimento Interno, remeteu o Projeto de Lei nº 1.519 à ordem do dia desta sessão, para discussão. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.520, do Executivo, que denomina próprio público com o nome de Maria Thereza Corrêa Netto Cunha a quadra poliesportiva da Escola Municipal São José. Após, foi lido o Requerimento 169, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei 1.520. Votado, o Requerimento nº 169 foi aprovado por unanimidade. Então, visando aos arts. 86 e 159 do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação conjunta das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Educação, Saúde e Assistência. O parecer conjunto das comissões foi pela legalidade e normalidade do Projeto de Lei nº 1.520. Então, o Plenário decidiu pela discussão do Projeto de Lei nº 1.520 no próprio Expediente e assim procedeu o Sr. Presidente. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que teve a honra de prestar homenagem à Professora Terezinha Cunha nesta Casa e disse que o nome foi muito bem lembrado para denominar a quadra. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.520, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Na sequência, foi lido o Projeto de Resolução nº 314, da Mesa Diretora, que dispõe sobre a transferência provisória da sede da Câmara Municipal e dá outras providências correlatas. Seguindo, foi lido o

Requerimento 167, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Resolução nº 314. Votado, o Requerimento nº 167 foi aprovado por unanimidade. Então, visando ao art. 159 do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. O parecer da comissão foi pela legalidade e normalidade do Projeto de Resolução nº 314. Então, o Plenário decidiu pela discussão do Projeto de Resolução nº 314 no próprio Expediente e assim procedeu o Sr. Presidente. Encerrada a discussão por ausência de oradores, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 314, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: a) Indicação nº 574: Instalação de unidade do Corpo de Bombeiros; b) Indicação nº 575: Pontos de ônibus no Lindo Vale; c) Indicação nº 576: Redutor de velocidade na Rua Geraldo Rosa Soares. Às vinte horas e vinte minutos, aberta a ordem do dia, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.519, do Executivo, que institui a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CCSIP, e dá outras providências. O Vereador Agildo José dos Reis disse que desde 1989 luta contra a taxa de iluminação pública que foi implantada em Rio Pomba e mantida inconstitucionalmente até 1993; questionou se os consumidores receberam de volta os valores pagos; citou trechos de comentários de Vereadores constantes na ata do ano de dois mil e nove, quando foi rejeitado projeto semelhante; disse que há uma súmula do Supremo Tribunal Federal de março de 2011 obrigando a não cobrar a iluminação com municípios de até vinte mil habitantes, e que estava viajando e não conseguiu o texto da referida súmula; disse que está terminando o seu mandato mas buscará, em janeiro de 2013, a iniciativa popular para retirar a taxa de iluminação através de um projeto de lei baseado na súmula do STF; disse para a população se preparar porque no ano que vem virá mais taxa; manifestou o seu voto contra e esperar que todos os Vereadores também votem contra; disse que esse projeto é necessário porque é preciso pagar a folha de pagamento da prefeitura, que está cheia, mas, graças a protocolo seu junto ao Ministério Público, terá que haver concurso público em Rio Pomba no ano que vem, pondo fim à mamata da contratação. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que este projeto merecia mais discussão na Câmara e não ser remetido em regime de urgência; protestou com base no art. 185 do Regimento Interno dizendo que nenhuma proposição pode ser posta em discussão sem que tenha sido incluída na ordem do dia com antecedência mínima de vinte e quatro horas do início das sessões; disse ainda que esse projeto já foi analisado em 2009 e rejeitado por unanimidade, de modo que deveria ter sido reenviado no próximo mandato; comparando o projeto de 2009 e este, disse haver constatado as diferenças de que, no projeto atual (art. 2º), foi suprimida a exigência de haver iluminação pública no logradouro a ser cobrada a contribuição, e também com relação ao art. 5º, do qual foi suprimido o parágrafo único, deixando incógnito o que será feito com a sobra da arrecadação das contribuições; por isso, disse que o projeto deveria ser discutido e chamados técnicos para o debate, adiantando o seu voto contrário, haja ou não debates e mais informações; disse achar que o projeto é inconstitucional por ferir o princípio da igualdade tributária, ao tratar, em seu art. 4º, de forma desigual situações iguais, ao estabelecer valores diferenciados entre contribuintes. Sobre o

art. 185 citado pelo Vereador Hermann, o Sr. Presidente disse que o projeto está tramitando há setenta e duas horas e que consultou muito bem sobre a possibilidade do mesmo ser incluído na ordem do dia e ser votado, de modo que somente está cumprindo a lei, como sempre se fez na Câmara. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes lembrou que a taxa de iluminação pública antes existente foi revogada por um projeto de lei de iniciativa popular. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que a sua opinião é a mesma de 2009 com relação à baixa qualidade do serviço prestado pela Energisa na zona rural. Pediu que a assessora jurídica da Câmara se manifestasse. A Dra. Vânia Maria Barros Saraiva disse que somente tomou conhecimento do projeto ao chegar nesta sessão; disse que a Constituição Federal realmente permite a cobrança da contribuição, mas é preciso verificar sobre a súmula citada pelo Vereador Agildo, da qual ela não tem conhecimento, sendo que a contribuição é facultativa aos municípios. Os Vereadores Agildo José dos Reis, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Gerardo Magela Alves Menezes disseram que o Sr. Presidente deveria colocar o projeto em primeira discussão hoje e segunda discussão na próxima sessão. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o Sr. Presidente dever ter consultado a assessoria jurídica da Câmara antes de colocá-lo em tramitação. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que há o respaldo dos pareceres das comissões. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.519 foi colocado em votação e aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; recebendo 03 (três) votos contrários dos Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Agildo José dos Reis. Ao votar, o Vereador Romeu Moreira Batista disse que tem muito respeito pelo Presidente da Câmara, Vereador Maurílio; disse que ele (Romeu) já foi Presidente da Câmara por várias vezes e nunca colocou um projeto desse vulto, com tanta urgência, sem consultar a assessoria jurídica; disse que votava a favor confiando na competência do Presidente da Câmara, Vereador Maurílio. Seguindo, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 142, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que outorga homenagem de honra ao mérito e dá outras providências. Encerrada a discussão pela ausência de oradores, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 142, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi colocado em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 143, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, que outorga homenagem de honra ao mérito e dá outras providências. Encerrada a discussão pela ausência de oradores, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 143, obtendo-se a sua aprovação por 07 (sete) votos dos Vereadores: Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Alinéa Cristina Lamas, Jorge Luís Martins Soares, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Gerardo Magela Alves Menezes e Romeu Moreira Batista; votando contra o Vereador Agildo José dos Reis. Seguindo os trabalhos, foi lida a Emenda nº 1, dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13. O Sr. Presidente colocou a citada emenda em votação, obtendo-se a sua rejeição por 06 (seis) votos dos Vereadores: Agildo José dos Reis, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Fabrício

Fernandes Costa Caiafa, Alinéa Cristina Lamas, Jorge Luís Martins Soares e Romeu Moreira Batista; votando a favor os Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Jorge Luís Martins Soares
Secretária(o)

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Gerardo Magela Alves Menezes

Romeu Moreira Batista

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Ata da Octagésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e seis minutos do dia treze de dezembro de dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; ausentes os Vereadores Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas e Fabrício Fernandes Costa Caiafa; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (79ª sessão ordinária, de 06/12/2012). Votada, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Na ausência da Secretária, Vereadora Alinéa Cristina Lamas, atuou como secretário 'ad hoc' o Vereador Jorge Luís Martins Soares. Seguindo, observando art. 41, XXVI, do Regimento Interno, o Sr. Presidente apresentou o relatório dos trabalhos realizados pela Câmara Municipal no ano de 2012. Após, foi lido atestado médico justificando a ausência da Vereadora Alinéa Cristina Lamas a esta sessão. O Plenário acolheu pela unanimidade dos presentes a justificativa apresentada pela Vereadora Alinéa, na forma do art. 167 do Regimento Interno. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.521, do Executivo, que altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 1.382/2011 e dá outras providências. Na sequência foi lido o Requerimento nº 170, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.521. Votado, o Requerimento nº 170 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, visando ao art. 159 do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta, pela unanimidade dos seus membros, manifestou-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.521, sendo que a Vereadora Alinéa Cristina Lamas foi substituída pelo Vereador Gerardo Magela Alves Menezes. Então, o Plenário decidiu pela discussão do Projeto de Lei nº 1.521 no próprio Expediente e assim procedeu o Sr. Presidente. Encerrada a discussão pela ausência de oradores, o Projeto de Lei nº 1.521 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.522, do Executivo, que institui o programa Família Acolhedora de Crianças e Adolescentes e dá outras providências. Também foi lido o Ofício nº 558, do Promotor de Justiça da Comarca, sobre o Projeto de Lei nº 1.522. Após, foi lido o Requerimento nº 171, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.522. Votado, o Requerimento nº 171 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, visando aos arts. 86 e 159 do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação conjunta da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Educação, Saúde e Assistência. O parecer conjunto foi pela legalidade e normalidade do Projeto de Lei nº 1.522. Então, o Plenário decidiu pela discussão do Projeto de Lei nº 1.522 no próprio Expediente e assim procedeu o Sr. Presidente. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes elogiou a atuação do Promotor de Justiça, Dr. Breno Costa da Silva Coelho, e disse que os pedidos dele a esta Casa devem ser muito bem acolhidos. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.522 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.523, do Executivo, que dispõe sobre a atuação do Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/RIO POMBA quanto ao registro e

encaminhamento de reclamações. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado às comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, e Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, sendo que já foi enviado à assessoria jurídica da Câmara; o Sr. Presidente disse que, se necessário, o Sr. Prefeito poderá convocar uma sessão extraordinária. Às dezenove horas e cinquenta e três minutos, aberta a Ordem do Dia, foram lidos a conclusão do Parecer jurídico à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, e a conclusão do Parecer nº 27, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei Complementar nº 15. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça solicitou a leitura da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13 e assim se procedeu pelo secretário. Seguindo, foi colocado em primeira discussão a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13, dos Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista, que altera a redação do caput do art. 93, referente à publicação. Votada, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13 recebeu 03 (três) votos contrários dos Vereadores Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Jorge Luís Martins Soares e Romeu Moreira Batista; e 02 (dois) votos a favor dos Vereadores Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Gerardo Magela Alves Menezes. Assim, por não atender ao quorum previsto no art. 38, § 1º, da Lei Orgânica Municipal, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13 foi rejeitada. Após, passando às homenagens aprovadas, foi lido o Ofício nº 2.327, do Sr. Juiz de Direito da Comarca. O Sr. Presidente citou a presença do Vice-Prefeito, Sr. Dalmo Maurício Furtado. Seguindo, foi lida a justificativa do Decreto Legislativo nº 137/2012, que outorga placa de honra ao Mérito Profissional a Ezilma Sueli Arrighi de Araújo. Após, o autor, Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, pronunciou-se à homenageada. Encerrado o pronunciamento, a homenageada, Sra. Ezilma Sueli Arrighi de Araújo assinou o livro de honra dos homenageados e recebeu a placa das mãos do autor. A homenageada pronunciou-se em agradecimentos. Seguindo, foi lida a justificativa do Decreto Legislativo nº 138/2012, que outorga placa de honra ao Mérito Educacional, Social, Cultural e de Saúde à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Após, a autora, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, pronunciou-se à homenageada. Encerrado o pronunciamento, a Presidente da APAE, Professora Maria Lúcia Dias Moreira assinou o livro de honra dos homenageados e recebeu a placa das mãos da autora. Representando a APAE, pronunciou-se a sua Presidente, Professora Maria Lúcia Dias Moreira. Ato contínuo, foi lida a justificativa do Decreto Legislativo nº 139/2012, placa de honra ao Mérito de Saúde a Reginaldo Furtado de Carvalho. Após, a autora, Vereadora Alinéa Cristina Lamas, convidada pela Presidência da Câmara, pronunciou-se ao homenageado. Encerrado o pronunciamento, o homenageado, Reginaldo Furtado de Carvalho assinou o livro de honra dos homenageados e recebeu a placa das mãos da autora. O homenageado pronunciou-se em agradecimentos. Dada a palavra livre, o Vereador Gerardo Magela Alves Menezes pronunciou-se muito emocionado em despedida, ao completar neste ano trinta anos de vida pública, com sete mandatos consecutivos de Vereador e cinco mandatos de Presidente da Câmara; dirigiu palavras aos homenageados; pediu desculpas por falhas cometidas para com algum colega; lembrou que, nesses trinta anos, faltou a apenas duas sessões da Câmara, uma coincidente com a data de sepultamento de seu tio, que morava em sua residência, e outra por estar acometido

de enfermidade contagiosa; recordou sua atuação profissional na área de saúde; agradeceu aos servidores da Câmara pela presteza em atendê-lo. O Vereador Romeu Moreira Batista pediu desculpas aos colegas por qualquer falha cometida e despediu-se especialmente do Vereador Gerardo Magela, lembrando até de já ter sido seu cabo eleitora; agradeceu à APAE e falou do carinho que tem para com todos os funcionários da associação, mas um respeito muito grande pela atual Presidente, Professora Lúcia; dirigiu palavras aos homenageados, mas especialmente a Reginaldo Furtado de Carvalho; fez agradecimentos aos servidores da Câmara Municipal. O Vereador Jorge Luís Martins Soares felicitou os homenageados; fez comentários sobre a pessoa do Vereador Gerardo Magela, a quem conhece desde a sua primeira votação; disse orgulhar-se de pertencer ao PMDB, partido onde está o Vereador Gerardo; comentou haver aprendido muito neste mandato com a atuação do Vereador Gerardo. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes congratulou-se com os homenageados; comentou sobre a pessoa do Vereador Gerardo Magela, grande amigo do seu pai, Mundico, e seu irmão, Dr. Sérgio Roberto, ressaltando o zelo pela transparência quando o Vereador Gerardo exerceu a Presidência da Câmara; citou também a sua destacada figura no Sindicato dos Produtores Rurais; felicitou a todos, inclusive aos servidores da Câmara. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça agradeceu ao seu amigo, Vereador Gerardo, por ter representado tão bem a comunidade riopombense, como exemplo de retidão e caráter; agradeceu ao povo de Rio Pomba pela oportunidade de ter ocupado esta cadeira por um mandato. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis agradeceu a todos pela presença e parabenizou aos homenageados; agradeceu aos companheiros pela oportunidade de tê-lo eleito Presidente da Câmara e disse que espelhou-se na prática dos ex-Presidentes desta Casa; agradeceu aos servidores da Câmara pela disposição ao trabalho; disse que é uma pena o Vereador Gerardo estar se despedindo, pois poderia estar nesta Casa ainda mais. Conforme determina o art. 176, § 3º, do Regimento Interno, a ata desta sessão ordinária foi redigida e colocada em discussão e votação, sendo aprovada pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão pelo Sr. Presidente e assinada esta ata por mim, Secretário, e demais Vereadores presentes a esta sessão.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Jorge Luís Martins Soares
Secretário “ad hoc”

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Ata da Décima Primeira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia vinte de dezembro dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; ausentes os Vereadores Agildo José dos Reis e Alinéa Cristina Lamas; atendendo à convocação feita através do Ofício nº 74/2012-PC-Circular, com publicação por edital no quadro de publicações da Câmara; foi aberta a sessão pelo Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente colocando em apreciação a justificativa do Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa à sua ausência à sessão anterior. Pela unanimidade dos presentes, a justificativa foi aceita pelo Plenário. Atuou como Secretário nesta sessão o Vereador Jorge Luís Martins Soares. Aberta a Ordem do Dia, foi lido o Projeto de Resolução nº 315/2012, da Mesa Diretora, que dispõe sobre a transferência provisória da sede da Câmara Municipal e dá providências correlatas. Após, foi lido o Requerimento nº 172, Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Resolução nº 315. Votado, o Requerimento nº 172 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, sendo que a Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes substituiu a Vereadora Alinéa Cristina Lamas, que concluiu pela legalidade do Projeto de Resolução nº 315. O Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Resolução nº 315 e, encerrada esta pela ausência de oradores, o submeteu o Projeto de Resolução nº 315 à votação, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Aplicando-se subsidiariamente o art. 176, § 3º, do Regimento Interno, a ata desta sessão extraordinária foi redigida e colocada em discussão e votação, sendo aprovada pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão pelo Sr. Presidente às dezoito horas e vinte minutos e assinada esta ata por mim, Secretário, e demais Vereadores presentes a esta sessão.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Jorge Luís Martins Soares
Secretário “ad hoc”

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Gerardo Magela Alves Menezes

Romeu Moreira Batista

Fabrício Fernandes Costa Caiafa

Ata da Décima Segunda Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas do dia vinte e sete de dezembro dois mil e doze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores Agildo José dos Reis, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; ausentes os Vereadores Alinéa Cristina Lamas e Fabrício Fernandes Costa Caiafa; atendendo à convocação feita através do Ofício nº 78/2012-PC-Circular, com publicação por edital no quadro de publicações da Câmara; foi aberta a sessão pelo Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis. Atuou como Secretária nesta sessão a Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. Aberta a Ordem do Dia, foi lido o Parecer da Assessora Jurídica da Câmara sobre o Projeto de Lei nº 1.523. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 173, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.523. Votado, o Requerimento nº 173 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, sendo que os vereadores ausentes, componentes das comissões, foram substituídos por designação do Sr. Presidente. O parecer conjunto das comissões foi pela legalidade e constitucionalidade do projeto. Após, foi colocado em única discussão o Projeto de Lei nº 1.523, do Executivo, que dispõe sobre a atuação do Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/RIO POMBA quanto ao registro e encaminhamento de reclamações. Encerrada a discussão pela ausência de oradores, o Projeto de Lei nº 1.523 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo na pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.524, do Executivo, que autoriza o Município de Rio Pomba – MG a participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste nas Microrregiões Além Paraíba, Carangola, Juiz de Fora/Lima Duarte/Bom Jardim, Leopoldina/Cataguases, Muriaé, Santos Dumont, São João Nepomuceno/Bicas e Ubá – CISDESTE, e dá outras providências. Também foi lido o Parecer da Assessora Jurídica da Câmara referente ao Projeto de Lei nº 1.524. Após, foi lido o Requerimento nº 174, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.524. Votado, o Requerimento nº 174 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e da Comissão de Educação, Saúde e Assistência, sendo que os vereadores ausentes, componentes das comissões, foram substituídos por designação do Sr. Presidente. O parecer conjunto das comissões foi pela legalidade e constitucionalidade do projeto. Após, foi colocado em única discussão o Projeto de Lei nº 1.524, do Executivo. Encerrada a discussão pela ausência de oradores, o Projeto de Lei nº 1.524 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Agildo José dos Reis disse que ambos os projetos são muito importantes para o município. O Vereador Agildo José dos Reis apresentou nota fiscal solicitando a complementação da sua justificativa à ausência da sessão do dia treze de dezembro do corrente ano, sendo que o Sr. Presidente disse que recolocaria sob apreciação da Mesa Diretora. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão pelo Sr. Presidente às dezoito horas e vinte e cinco minutos e redigida esta

ata que foi colocada em discussão e votação na própria sessão, a qual, após aprovada, segue assinada por mim, Secretário, e demais Vereadores presentes a esta sessão.

Maurílio Rodrigues dos Reis
Presidente da Câmara

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes
Secretária

Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça

Jorge Luís Martins Soares

Romeu Moreira Batista

Gerardo Magela Alves Menezes

Agildo José dos Reis

TERMO DE ENCERRAMENTO

Neste Livro, que contém 92 (noventa e duas) folhas numeradas sequencialmente, foram lavradas as atas das sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba de 1º/01/2012 (primeiro de janeiro de dois mil e doze) até 31/12/2012 (trinta e um de dezembro de dois mil e doze).

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Suplente de Secretária, assino com o Senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 31 de dezembro de 2012.

VEREADORA MARIA DO CARMO VIEIRA DA SILVA GOMES
Suplente de Secretária

VEREADOR MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara